



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**DOS AÇORES AO VALE DO TAQUARI: ASPECTOS DA MIGRAÇÃO
AÇORIANA A PARTIR DAS RELAÇÕES TERRITORIAIS E
AMBIENTAIS NA LONGA DURAÇÃO**

Cibele Caroline da Rosa

Lajeado, dezembro de 2017

Cibele Caroline da Rosa

**DOS AÇORES AO VALE DO TAQUARI: ASPECTOS DA MIGRAÇÃO
AÇORIANA A PARTIR DAS RELAÇÕES TERRITORIAIS E
AMBIENTAIS NA LONGA DURAÇÃO**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Licenciatura em História, da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando da Silva Laroque

Lajeado, dezembro de 2017

Dedico este trabalho à minha família,
em especial à memória de minha
mãe, agricultora, a qual me ensinou
muito mais que qualquer texto
acadêmico poderia fazer.

“Assovia o vento dentro de mim. [...] Dono de nada, dono de ninguém, nem mesmo de minhas certezas, sou minha cara contra o vento, a contravento, e sou o vento que bate em minha cara”.

Eduardo Galeano, “A Ventania”.

Agradecimentos

As linhas abaixo, que formam este trabalho de conclusão de curso, não são resultado de uma experiência individual. Por vezes, a pesquisa tem seus momentos de solidão e necessários momentos de isolamento. Pesquisar, coletar dados, ler, escrever, são todas tarefas individuais que se fazem imprescindíveis à produção acadêmica.

Este humilde trabalho é resultado de um esforço meu somado a muitas pessoas. As palavras abaixo, escritas de forma apressada e sem muita preocupação com o rigor acadêmico, são singelas formas de agradecimento àquelas pessoas que foram importantes para a escrita deste estudo. Prometo que abraçarei todos os nomes citados, pois os agradecimentos pessoais são mais relevantes que um conjunto de palavras no papel.

Em primeiro lugar, agradeço a minha família. Paciência e amor definem o que passamos. Foram horas, dias, meses em que não pude participar da vida de cada um da maneira que gostaria. Obrigada pelas palavras de apoio, pelos olhares de compaixão, pelos gestos não ditos, mas sentidos. Agradeço em especial às minhas duas irmãs, Livani e Luana, as quais amo com um amor que transcende minha existência. Apesar da distância no momento que escrevo estas palavras, sinto que estamos próximas não apenas por laços consanguíneos, mas também pelos mais belos laços de amor.

Aos meus amigos, por entenderem os momentos de ausência. Por saberem do processo longo e dificultoso que é a escrita de um trabalho longo. As dúvidas que cercam a minha existência. Obrigada por compartilhá-las comigo. Em especial a minha grande amiga Karen que, apesar da distância, não duvidamos da nossa amizade.

A meu orientador, Luís Fernando Laroque, pela paciência da orientação. O caminho que um orientador e um orientado traçam é único e tenho certeza que aprendi muito contigo, Laroque, durante a caminhada! Muito obrigada!

Aos meus colegas de projeto pelas saídas de campo e produção acadêmica. Foram quase dois anos de pesquisa e, aos poucos, vamos conhecendo e nos adaptando as pessoas. Neste caminho fiz grandes amigos, pessoas com as quais dividi meus sofrimentos e dúvidas acerca da escrita. Obrigada por aguentarem meus momentos de fúria e loucura, quando não conseguia entregar as coisas a tempo. A vida sem emoção não tem graça, não é?

Aos professores do curso, com os quais aprendi muito. Saio admirando todos por algum motivo. Por alguma forma de ser ou de ensinar. Gostaria, enquanto professora e pesquisadora (talvez) ser um pouquinho de cada um. Márcia, Sérgio, Silvana, Maribel e Neli, aprendi muito com vocês. Obrigada, Mateus, pela parceria e paciência! És um grande amigo que levarei sempre em meu coração!

Agradeço em especial ao prof. Tiago que aceitou o convite para ser o segundo avaliador deste trabalho. Tenho certeza que as contribuições serão as melhores. Um professor se tornou muito mais que um professor. Ultrapassamos aquela velha barreira de professor e aluna e nos tornamos grande amigos, parceiros.

Agradeço à Univates pela estrutura disponibilizada e pela bolsa concedida. Sem ela, a pesquisa não estaria completa.

Um agradecimento em especial aos produtores rurais que sempre nos receberam muito bem em suas casas. Abriram as portas de sua casa e de suas vidas para pessoas que, por vezes, nem conheciam. Obrigada!

Aos funcionários dos Arquivos Histórico e Público do Rio Grande do Sul pela paciência em atender meus pedidos. No final, meu rosto já era conhecido (a menina dos açorianos), eu sei, mas foram por bons motivos.

Devo citar aqui alguns nomes com os quais contei ao longo dessa caminhada e foram essenciais. A Natália, por ter se tornado a minha grande amiga e parceira. Aprendi que a empatia é um sentimento que a gente pode desenvolver e

estou em construção constante. A Ramon, por me ouvir cantando Pink Floyd o tempo todo durante o período de bolsa e construção do TCC. Obrigada, também, pela parceria nas idas aos arquivos. Aprendi muito contigo! A Marina, que apesar da distância entre alunos de graduação e pós-graduação, se mostrou uma grande amiga, principalmente nos últimos momentos de escrita deste trabalho. A Vinicius, pelas conversas que me tiravam do mundo acadêmico e me faziam perceber que a vida é maior do que isso. A Bia, por sempre elevar minha autoestima, apesar de às vezes eu achar que estava mentindo.

A Bárbara, por aguentar todas minhas viagens acadêmicas e por me ensinar a cozinhar e, o melhor, por cozinhar para mim! Obrigada! A certeza é que eu ganhei uma grande amiga nessa caminhada. A Cícero, pelas palavras de apoio em momentos difíceis e por me fazer perceber que a vida é mais que uma pesquisa.

Resumo

Por meados da década de 1740, moradores do conjunto de ilhas que formam o Arquipélago dos Açores solicitaram à Coroa Portuguesa que fosse realizada uma migração em massa de pessoas para a América portuguesa. A resposta da Coroa soou positiva e o Edital de 1747 dava conta de um grande processo migratório de açorianos para o Meridional americano, em fronteira com os espanhóis. Os primeiros açorianos instalaram-se na porção mais ao sul do território que hoje conhecemos por Região Vale do Taquari por volta da segunda metade da década de 1755. O trabalho tem como objetivo compreender o processo histórico da migração de açorianos ao sul do Brasil Meridional para o que atualmente corresponde a porção sul do Vale do Taquari, bem como analisar aspectos referentes às relações entre migrantes, território e meio ambiente. A metodologia é um estudo qualitativo a partir da análise de documentos, tais como correspondências oficiais entre a Provedoria Real e a Coroa, os registros de doação de terras, a Relação de Moradores de 1784, diários de campo e entrevistas orais com onze descendentes de açorianos. Os procedimentos metodológicos versam acerca da revisão bibliográfica, levantamento de dados a partir dos documentos referidos e análise do conteúdo. Os resultados da pesquisa demonstraram que a presença açoriana próxima ao rio Taquari se deu praticamente uma década antes da fundação da freguesia com o mesmo nome. Além disso, os registros de doações de terras permitem inferir sobre quem as recebia, demonstrando que não eram apenas casais de açorianos, mas filhos e agregados de casais também. Ainda, foi possível inquirir acerca da função da migração açoriana para as terras meridionais da América portuguesa, que, de acordo com revisão bibliográfica e análise das fontes, demonstrou que a migração foi estratégica para Portugal, na medida em que reforçava a presença lusa na região em disputa e ainda formava uma espécie de cordão de proteção em relação aos grandes criadores de gado. Ademais, foi possível perceber aspectos na longa duração associados à presença açoriana na porção sul do Vale do Taquari, onde o cultivo de mandioca e a religiosidade representam uma forte marca da herança açoriana.

Palavras-Chave: migração açoriana; descendentes de açorianos; porção sul do Vale do Taquari.

Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa da Colonização do Vale do Taquari.....	15
Figura 2 – Mapa com os produtores rurais descendentes de açorianos entrevistados no Vale do Taquari, RS	16
Figura 3 – Planta do Forte de Taquari de 1764	41
Figura 4 – Demonstração das Lagoas de Viamão	46

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Uso de agrotóxicos por produtores rurais descendentes de açorianos no Vale do Taquari/RS	76
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ATRAVÉS DO ATLÂNTICO: FRONTEIRA, MIGRAÇÃO E DISPOSIÇÃO DOS AÇORIANOS NO CONTINENTE DE RIO GRANDE DE SÃO PEDRO.....	25
2.1 Gentes das ilhas no meridional da América portuguesa: aspectos fronteiriços envolvendo as coroas ibéricas	25
2.2 Quando migrar é necessário: das ilhas do arquipélago para o Continente de São Pedro de Rio Grande.....	30
2.3 É preciso se movimentar: o desembarque dos súditos migrantes e a disposição no Continente do Rio Grande de São Pedro.....	36
3 OS QUE AQUI CHEGAM E COMO CHEGAM: SÚDITOS NA FREGUESIA DE TAQUARI.....	43
3.1 Aspectos ambientais do Vale do Taquari/RS	43
3.2 Esta terra que é nossa: primeiras concessões de terras a casais das Ilhas em Taquari.....	47
3.3 Na terra enfim conseguida: açorianos em Taquari através da Relação dos Moradores de 1784.....	55
4 CULTIVOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS DE DESCENDENTES DE AÇORIANOS NA PORÇÃO SUL DA REGIÃO VALE DO TAQUARI	66
4.1 Cultivos envolvendo descendentes de açorianos nas microrregiões Sul, Centro e Centro-Oeste do Vale do Taquari	66
4.2 <i>É veneno ou é remédio?</i> Uso de agrotóxicos por produtores rurais descendentes de açorianos nas Microrregiões Sul, Centro e Centro-Oeste do Vale do Taquari	72
4.3 No va i e vem do tempo histórico: migração açoriana na perspectiva da longa duração	78
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6 REFERÊNCIAS.....	89
6.1 Documentais.....	89
6.2 Bibliográficas	92
APÊNDICES	98

1 INTRODUÇÃO

A história brasileira é formada por uma série migrações históricas e contemporâneas, conforme intensificou-se nos últimos anos, sobretudo na Europa. Tratando-se do Brasil de norte a sul, de leste a oeste, observamos diversos traços culturais transpostos, que nos remetem a outras migrações e que acabaram por criar a cultura brasileira, além de imigrantes que chegam, diariamente, nos portos e aeroportos brasileiros. Os contatos advindos das migrações dos grupos étnicos possibilitaram o encontro de danças, cantos, formas de religiosidade - expressões que possuem uma série de signos e significados que se fazem presentes na sociedade atual.

O estado do Rio Grande do Sul também possui tais características, somadas à presença de grupos indígenas, remanescentes de espanhóis/castelhanos, africanos escravizados, portugueses e açorianos bem como de outros processos migratórios de europeus, tais como alemães, italianos, holandeses, franceses, poloneses além de grupos de judeus, libaneses, entre outros. Temos cidades que remetem em seus nomes e suas características às urbes europeias, festivais de dança alemã, festas de gastronomia italiana e muitos outros traços que lembram à cultura de alguns grupos indígenas e também de descendentes de africanos submetidos a escravidão. Como exemplo de festa de origem açoriana na região do Vale do Taquari, destacamos o Natal Açoriano.

A região do Vale do Taquari é composta de trinta e seis municípios, nos quais, grosso modo, é possível identificar traços culturais de descendentes de indígenas, africanos, portugueses, açorianos, alemães, italianos, holandeses e mais recentemente haitianos e senegaleses. O foco principal deste estudo são os

açorianos, cujo projeto inicial da empreitada colonizadora portuguesa foi, inicialmente, para povoar a região das Missões.

No final da década de 1740, os moradores do conjunto das Ilhas dos Açores se encontravam em uma situação calamitosa. Os constantes abalos sísmicos e erupções vulcânicas, além de atormentarem o dia a dia de uma população que convivia com o incerto, ainda contribuíam para as progressivas crises na produção do trigo, principal cereal consumido e comercializado nas Ilhas (GRAEBIN, 2004). A falta de terras cultiváveis em virtude da geografia acidentada e as disputas de terras entre nobres, Igreja e populares esboçavam um quadro de calamidade para os moradores menos abastados das freguesias do arquipélago (COMISSOLI, 2009). Além disso, questões acerca do sistema de heranças do Antigo Regime português, em que apenas o primogênito era agraciado com os bens da família, faziam com que muitos sentissem a necessidade de sair em busca de novas oportunidades e terras para a sobrevivência. Tais dificuldades foram condicionantes para dar início ao processo migratório dos moradores do arquipélago (GRAEBIN, 2004; HAMEISTER, 2006; COMISSOLI, 2009).

Ao desembarcarem em Santa Catarina, muitos casais açorianos foram remanejados para o Continente do Rio Grande de São Pedro, para o povoamento da região das Missões, a qual seria recebida pelos portugueses em troca da Colônia de Sacramento, cedida então, para os espanhóis. Entretanto, o conflito entre indígenas Guaraní e exércitos das Coroas ibéricas que se desenrolou na região missioneira, desencadeando o litígio que ficou conhecido como a Guerra Guaranítica (1754-56), impediu que os açorianos fossem realocados, imediatamente, para a região.

As vidas destas pessoas passaram a ser em trânsito. Muitos casais foram deslocados para outras regiões do Continente, formando pequenos povoados, dentre elas a que no ano de 1764 seria elevada à categoria de freguesia de São José de Taquari.

Assim, perguntamos: Como se deu o processo de migração de açorianos para o Rio Grande do Sul e a apropriação do território que hoje forma o Vale do Taquari? Quais as relações que podem ser observadas entre os migrantes açorianos e o meio ambiente? No que tange à cultura, quais as permanências e mudanças que podem ser observadas na longa duração da presença açoriana no Vale?

A primeira hipótese que lançamos relaciona-se com a disposição dos açorianos no Continente de Rio Grande de São Pedro. Assim, partimos da presunção de que, ao considerar o espaço e tempos de litígio entre as Coroas ibéricas, a função primordial da migração de açorianos seria a de resguardo das possessões portuguesas. Em vista disto, a migração de casais, fossem estes formados por homens, mulheres, filhos e agregados, formariam bases sólidas de sustento e presença portuguesa frente aos espanhóis. Esta hipótese vai de encontro ao que muito tempo se acreditou na historiografia acerca da migração de casais açorianos para o Rio Grande do Sul e do que conhecemos como Vale do Taquari, qual seja o de que estes casais migraram na tentativa de formação de lavouras de média proporção.

A segunda proposição está relacionada com a tentativa de compreender os motivos que acarretaram na migração de gentes das Ilhas para o território que hoje forma o estado do Rio Grande do Sul e Vale do Taquari. Neste sentido a hipótese proposta é que os fatores ambientais do arquipélago estavam intimamente ligados a tal processo, pois os mesmos dificultariam a produção de alimentos, principalmente o trigo, o principal cereal produzido nas Ilhas. Além disso, partimos da assunção de que o ambiente disposto nas terras próximas ao rio Taquari foram relevantes para as formas de cultivo e sobrevivências econômica.

Referente à nossa terceira hipótese, buscamos compreender a presença açoriana até os dias atuais. Taquari, primeiro município do Vale, teve como ato de sua criação a chegada de casais açorianos na região dos Campos de Viamão. Partimos da premissa de que muitos elementos culturais, tais como a religiosidade e formas de reciprocidade foram mantidos pelos descendentes dos ilhéus residentes na microrregião sul do Vale do Taquari.

Desta forma, o objetivo geral do estudo consiste em compreender o processo histórico da migração de açorianos ao sul do Brasil Meridional para o que atualmente corresponde a porção sul do Vale do Taquari, bem como analisar aspectos referentes às relações entre migrantes, território e meio ambiente. Como objetivos específicos, podemos destacar:

- Compreender o processo de migração de açorianos a partir do conflito entre as Coroas de Portugal e da Espanha;

- Analisar os motivos da migração de ilhéus para o Continente de Rio Grande de São Pedro;
- Analisar o processo de acesso à terra dos migrantes açorianos;
- Descrever o ambiente ao qual os migrantes foram inseridos em Taquari;
- Compreender a estrutura produtiva dos migrantes na freguesia de Taquari;
- Analisar as relações com o ambiente local dos descendentes de açorianos atualmente;
- Averiguar permanências e mudanças nas práticas agrícolas e culturais ao longo da presença açoriana e de seus descendentes na atual região do Vale do Taquari.

Neste sentido, acreditamos que este trabalho justifica-se pela inquirição a um paradigma já posto nos escritos acerca da migração de açorianos para o Rio Grande do Sul. Tal paradigma, como referido anteriormente, refere-se à intenção da Coroa portuguesa na promoção do processo migratório pela tentativa de formação de pequenas e médias propriedades rurais. Ademais, é um trabalho realizado com descendentes de açorianos, na tentativa de compreensão dos aspectos na longa duração desta migração.

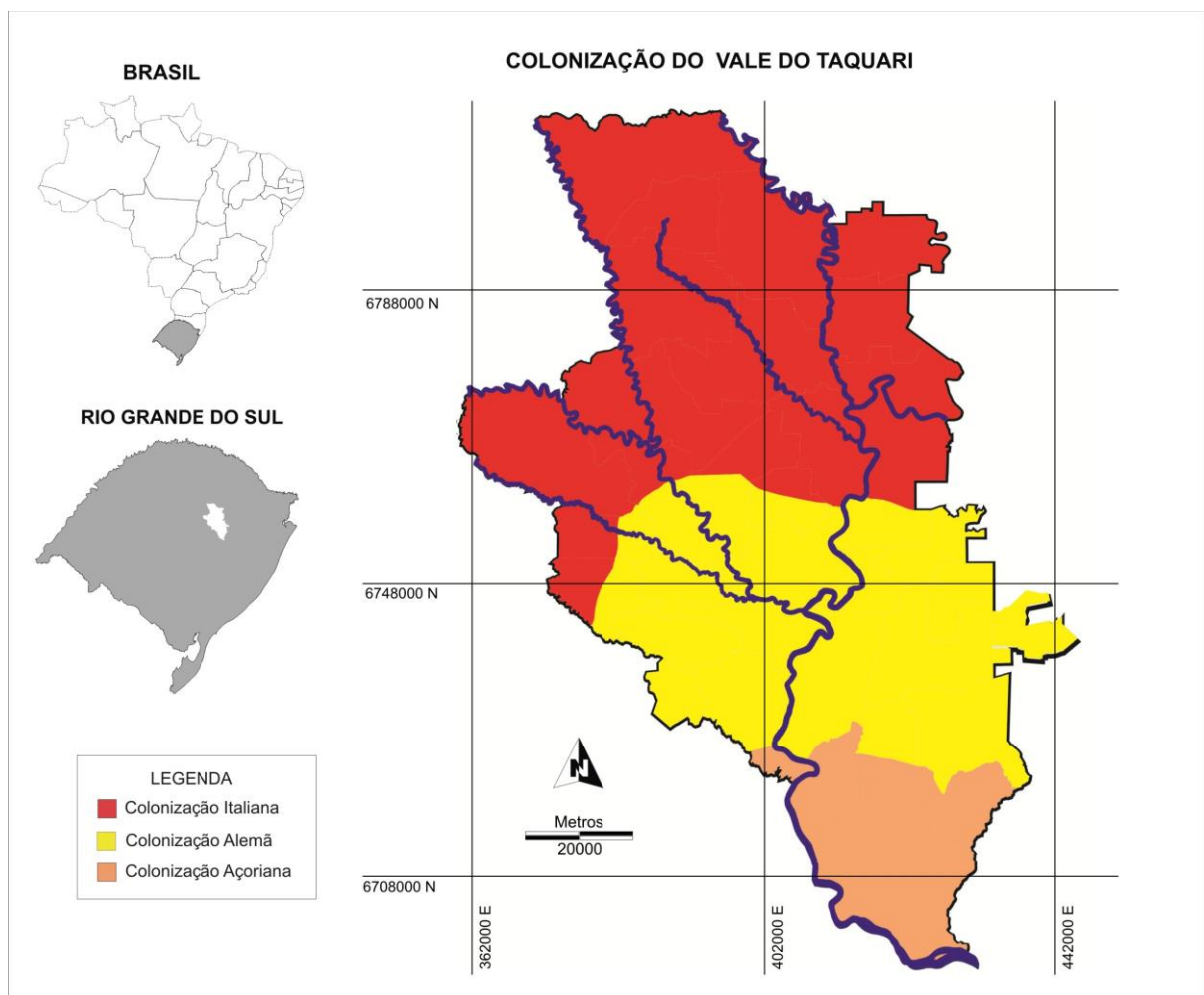
Destacamos que os trabalhos realizados em âmbito acadêmico acerca da migração açoriana para o atual Vale do Taquari ainda são poucos. Podemos citar o artigo de Vera Carvalho (2002), “Da ilha de açores à freguesia de Taquari: uma trajetória dos imigrantes açorianos no continente de Rio Grande” em que a autora traça alguns aspectos referentes às primeiras instalações de açorianos em Taquari e a monografia de Cleidirose Silva (2009), “Cultura açoriana em Taquari e Paverama: costumes e religiosidade preservados ao longo do tempo”, na qual a autora procurou compreender aspectos culturais açorianos presentes ainda hoje nos municípios analisados. Desta forma, esta monografia soma-se aos trabalhos acadêmicos já produzidos sobre o processo sócio histórico em questão.

Além disso, este estudo é fruto de investigações realizadas pelos projetos “Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: Determinantes, dinâmicas e implicações” (2012-2016) e o projeto “Identidade étnicas em espaços territoriais da bacia hidrográfica Taquari-Antas/RS: história, movimentações e desdobramentos socioambientais”, ambos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Univates. As entrevistas e diários de campo utilizados nesta pesquisa são vinculados a ambos os projetos, os quais contam com relatos de descendentes de açorianos, alemães e

italianos. Para esta pesquisa, selecionamos como amostragem onze produtores rurais descendentes de açorianos, moradores das microrregiões Sul, Centro e Centro-oeste, conforme mapa (FIGURA 2). Estes produtores são residentes nos municípios de Taquari, Tabaí, Bom Retiro do Sul, Cruzeiro do Sul e Paverama.

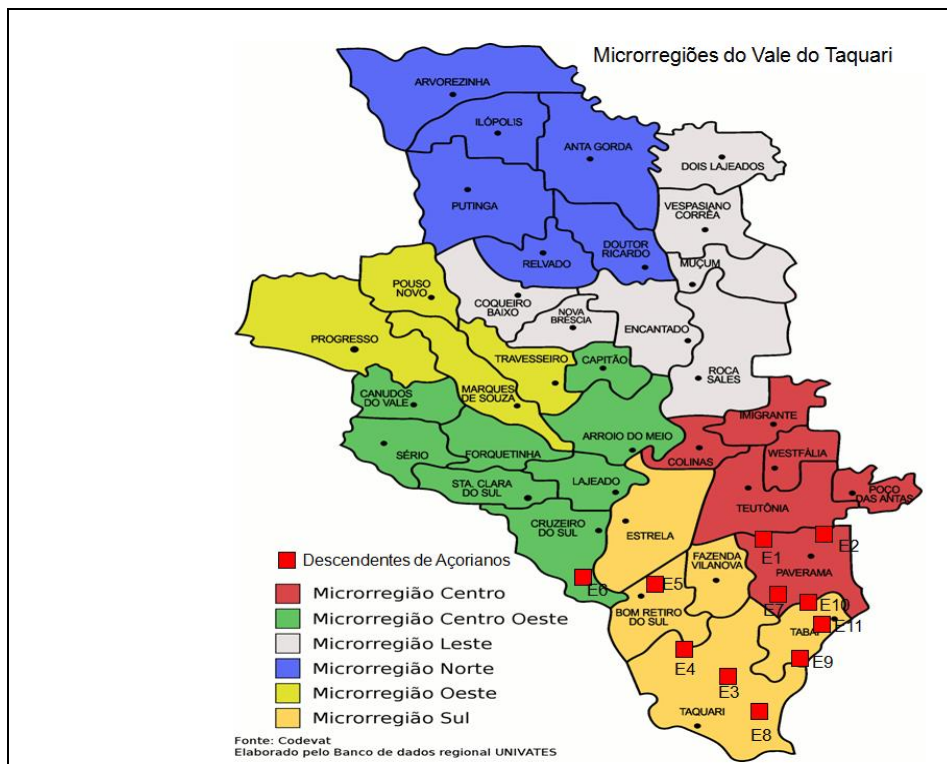
Os mapas a seguir representam o processo de colonização europeia durante os séculos XVIII e XIX para o Vale do Taquari e como os descendentes de açorianos entrevistados localizam-se na região (FIGURAS 1 E 2). Neste sentido, é possível observar que os descendentes ainda localizam-se em na porção mais ao Sul do Vale.

Figura 1 – Mapa da Colonização do Vale do Taquari



Fonte: Acervo dos projetos de pesquisa "Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações" e "Identidades Étnicas na Bacia Hidrográfica Taquari/Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais", ambos da Univates

Figura 2: Mapa dos produtores rurais descendentes de açorianos no Vale do Taquari, RS



Fonte: Acervo dos projetos de pesquisa “Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações” e “Identidades Étnicas na Bacia Hidrográfica Taquari/Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais”, ambos da Univates

Vale salientar ainda que muito do imaginário popular ainda é povoado por concepções de colonização realizada por imigrantes alemães ou italianos. No que chamaremos de senso comum, os primeiros colonizadores destas terras foram os imigrantes alemães, seguidos dos italianos, desconsiderando, inclusive a presença indígena, que remonta a tempos antes da chegada de europeus à América. Neste sentido, procuramos estabelecer dados sobre a presença de um grupo de europeus ainda no período do Brasil colônia. Além disso, as fontes consultadas para esta pesquisa nos demonstraram a presença de africanos e seus descendentes escravizados, colaborando, também com a ideia de repensar a presença negra na região do Vale do Taquari.

Para alcançar os objetivos propostos, nos abarcamos em teóricos, tanto da história quanto da cultura. Assim, em primeiro lugar, devemos relativizar a ideia de

que os açorianos apresentavam-se como um grupo étnico entre os diversos grupos que compunham as relações do período. Para tal, consideramos o conceito de Fredrik Barth (2000[1969]) acerca do fenômeno das *fronteiras étnicas*, em que o antropólogo considera que a identidade étnica é exaltada a partir do contato com outro grupo, diferente do seu. Os estudos de Barth (2000[1969]) dão conta da compressão de processos a partir da teoria da identidade contrastiva e sua separação analítica referente à cultura.

Desta forma, destacamos a tese de Martha Hameisteir (2006) e sua abordagem sobre a questão de uma identidade açoriana. A autora parte dos escritos do antropólogo Fredrick Barth para considerar que não havia uma identidade compartilhada por todos aqueles que migraram das Ilhas e que o aspecto em comum destes homens e mulheres era o local de nascimento. Concordamos com a historiadora e consideramos, a partir do próprio Barth ([1969] 2000) e suas percepções acerca do fenômeno das *fronteiras étnicas*, que este grupo de migrantes não se configurava como um grupo étnico por si e, ainda, acreditamos que suas fronteiras possam ter sido (re)significadas a partir do contato com outros grupos localizados na região.

O fato destes migrantes açorianos não formarem um grupo homogêneo e coeso não exclui a possibilidade de entendermos que estes indivíduos eram possuidores de uma cultura em comum. Desta forma, apoiados em Clifford Geertz (1989), com um método interpretativo de cultura, compreendemos que o indivíduo se encontra emaranhado numa teia de relações que ele próprio teceu. Diferente de outras interpretações que buscam alguns dos comportamentos universais das sociedades, Geertz (1989) concerne sua interpretação numa densa descrição a respeito de uma determinada cultura. Desta forma, acreditamos que a análise das estratégias empregadas por estes migrantes podem colaborar na compreensão de dados culturais sobre este grupo, que possuíam uma origem geográfica em comum.

Além da fronteira étnica entendida a partir de Barth ([1969] 2000), consideramos que, para o período em questão, é relevante destacarmos uma fronteira política. Neste sentido, Helen Osório (2007), contribui para compreendermos a disposição das terras do atual Rio Grande do Sul como espaço de disputa e conflito, marcado pelo litígio entre as Coroas ibéricas, as quais

disputam esse espaço originalmente ocupado por populações indígenas. Desta forma, a fronteira seria produto da ação humana, ou seja, não entendida como um dado *a priori*. Assim, compreendemos a fronteira como um espaço de contato e caracterizada como “imprecisa, móvel, provisória e permeável” (OSÓRIO, 2007, p. 58). Além disso, a historiadora considera que esta fronteira política se apresentava de difícil visualização, pois não havia diferenças marcantes nas terras recém-dominadas pelos impérios ibéricos.

Destacamos, aqui, as observações realizadas por Mariana Flores da Cunha Thompson Flores e Luís Augusto Farinatti (2009), no tocante ao anacronismo recorrente de alguns estudos acerca do entendimento de fronteira para o período colonial como uma fronteira entre Estado Nacionais. Ainda de acordo com os autores, estudos não relacionados com uma linha de pensamento nacionalista, dentre os quais encontram-se os trabalhos de Osório (1990; 2007), têm destacado a visão do conceito como “uma zona de encontro de áreas externas que não isolava as populações, mas, ao contrário, as colocava em contato” (FLORES; FARINATTI, 2009, p. 152).

Das questões referentes à fronteira, lançamos os trabalhos de Helen Osório (1990; 2007) como basilares para o entendimento da ocupação territorial do atual estado do Rio Grande do Sul bem como a posse e estrutura agrária no Continente de Rio Grande de São Pedro durante o período colonial. A partir de uma ampla série de documentos, a autora buscou analisar as características de estrutura da posse agrária no espaço do Continente, considerando o cenário de litígio em questão. Ao desmistificar a preponderância do latifúndio pecuarista no Continente, a historiadora demonstrou o caráter *misto* das unidades produtivas, além de uma significativa participação da agricultura no contexto de formação da estrutura agrária do Continente de Rio Grande de São Pedro.

Como já referido, Helen Osório (2007) demonstrou que em torno da metade daqueles apontados como “lavradores” e também dos “mais lavoura” eram considerados casais de número, denominação dada aos casais que migraram das Ilhas dos Açores para o povoamento da América lusa. Neste sentido, partimos do estudo geral de Osório (2007) sobre os possuidores de terra do Continente para identificarmos quais as formas de acesso à terra destes migrantes açorianos bem

como para verificarmos a composição do patrimônio produtivo dos mesmos e as atividades agropecuárias desenvolvidas por eles na freguesia de Taquari.

Desta forma, procuramos o aporte da história agrária para a compreensão da estrutura produtiva de Taquari no período analisado. De acordo com Maria Yedda Linhares (1997), a história agrária visa estabelecer a estrutura produtiva bem com as relações socioeconômicas do mundo rural, considerando três elementos imbricados: a terra, os indivíduos e as técnicas. A terra consiste no meio ambiente natural, o espaço de inserção da presença humana, enquanto força demográfica. Estando estes indivíduos na terra, as relações por eles desenvolvidas passam a se expressar nas técnicas utilizadas para o domínio daquele espaço. Em suma, a história agrária é a história social e econômica do mundo rural¹.

Em livro lançado em 2014, tendo Ana Sílvia Volpi Scott, Gabriel Santos Berute e Paulo Teodoro de Matos como organizadores, “Gente das Ilhas: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790” aborda a trajetória dos migrantes açorianos com uma série de artigos escritos pelos mais diversos pesquisadores. Os artigos que compõe este livro referem-se a uma nova forma de abordagem acerca de processos migratórios, calcando-se, fortemente, em estudos de demografia histórica e trajetória de migrantes. Para este estudo, baseamo-nos, principalmente, nos escritos de Ana Silva Scott e Gabriel Beirute, intitulado “‘Gestes das Ilhas’: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII”, no qual os autores traçam perspectivas acerca da migração de açorianos para diversas freguesias, dentre elas Taquari. Além disso, o artigo de Avelino Menezes, “Os açorianos na estruturação do Brasil do Sul: as levas de meados do século XVIII” confere dados relevantes acerca do processo migratório de saída dos Açores para o Continente de Rio Grande de São Pedro.

Silvio Marcus de Souza Correa e Juliana Bublitz no livro “Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul” (2006) abordam a colonização do Rio Grande do Sul em seu aspecto ambiental, traçando um cenário sobre a devastação ambiental no Vale do Taquari. Aos açorianos, os autores

¹O viés da história agrária já influenciou trabalhos sobre o Rio Grande do Sul, dentre os quais destacamos os de Luís Augusto Farinatti (2007) e Helen Osório (2007).

atribuem a primeira lavoura especializada do estado, com o cultivo do trigo, semente trazida junto das navegações que culminou num processo de defasagem da paisagem próxima ao rio Taquari.

As questões ambientais são consideradas de extrema relevância para esta pesquisa. Por muito tempo, a historiografia não se preocupou em considerar o meio ambiente também como um ator e agente histórico. Neste estudo, procuramos concentrar esforços na tentativa de compreensão de relações entre estes migrantes e o meio ambiente, ou seja, a forma como o homem lida com o ambiente e também as influências naturais na história humana (MARTINS, 2007).

José Augusto Pádua (2010) destaca que a história ambiental preocupa-se em compreender as relações entre os indivíduos e a natureza. De acordo com o autor, por muito tempo a historiografia não considerou o elemento ambiente como relevante na pesquisa histórica, procedimento que passou a ser adotado pela história ambiental.

Neste sentido, propomo-nos, metodologicamente, a inserir e considerar o ambiente na compreensão do processo histórico envolvendo a migração de ilhéus para o Rio Grande do Sul. A abordagem da história ambiental permite uma metodologia ampla em relação às fontes, considerando diversos tipos de documentos, e priorizando o diário de campo como fundamental para o conhecimento e escrita do processo histórico (MARTINS, 2007). Para tanto, valemo-nos, também do aporte metodológico da história oral, a qual pressupõe a relevância do registro oral como fonte de pesquisa histórica.

As fontes documentais utilizadas para a investigação são o Rol de Confessados da freguesia de Triunfo de 1758, disponível no acervo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, a qual foi criada em 1756, em virtude de assentamentos espontâneos para a criação de gado (OSÓRIO, 2015). Cabe salientar que a freguesia de Triunfo foi desmembrada dos Campos de Viamão, os quais compreendiam uma imensa área no nordeste do atual estado do Rio Grande do Sul. De acordo com Fabio Kuhn (2004), os Campos de Viamão foram criados a partir de assentamentos espontâneos de paulistas e lagunistas com a função de criar o gado. No Rol de Confessados de Trinfo de 1758, na região denominada de

“Do Cai até o Taquari” consta uma lista denominada “casais”, na qual pudemos averiguar alguns daqueles que receberam datas de terras na década de 1770.

Para o acesso à terra destes migrantes, procuramos o “Livro de Registros de Concessão da Datas de Terras” de 1770-1773, fundo F1229 disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) em Porto Alegre, o qual contém o para os casais residentes em diversas freguesias, dentre elas Taquari. Neste livro, encontramos diversas doações de datas de terras, as quais serviram de apoio para analisarmos quem recebeu as terras.

A “Relação dos moradores que tem campos e animais no Continente de 1784”, trata-se de uma importante fonte acerca da produção agropecuária do Continente de São Pedro em finais do século XVIII. Este documento, disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, sob o código F1198A e F1198B, colabora no sentido de que permite ao pesquisador analisar dados sobre o acesso à terra e estrutura socioeconômica destes casais migrantes na localidade de Taquari em finais do século XVIII.

Para analisarmos os aspectos referentes às marcas da migração açoriana no Vale do Taquari, nos reportamos para a História Oral. Para um entendimento acerca dos termos de Memória e Identidade, os autores Nora (1981), Pollak (1992) e Le Goff (2003) tangem considerações relevantes. Pierre Nora (1981), esfacela as faces da memória, no sentido de que as palavras memória e história evocam o passado. O autor também comenta a função dos lugares na evocação da memória. Neste sentido,

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais [...]. São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica (NORA, 1981, p. 21).

Michel Pollak (1992) considera que para a construção de uma identidade social, a memória é uma parte significativa do processo. Segundo o próprio autor, a “memória é socialmente construída”, e neste sentido cabe ao historiador (re)pensar o processo histórico por trás das memórias subjetivas. No mesmo sentido, Jacques Le Goff em seu livro “História e Memória” (2003) atribui à memória a importância de

construtora da identidade social. Segundo o autor, “a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 2003, p. 470). Sendo que, desta forma, a historiografia tem a capacidade de buscar elementos dentro desta que justificam a ligação com o passado, onde “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro” (LE GOFF, 2003, p. 471).

Outra série de documentos relevantes são os registros orais. Para esta pesquisa, elencamos onze produtores rurais descendentes de açorianos e que são residentes da região mais ao sul do Vale do Taquari². Como procedimentos adotados, num primeiro momento buscamos realizar uma inicial e a formulação de um diário de campo, em que anotamos as informações repassadas pelos entrevistados, bem como as observações sobre o ambiente local. Os diários são fundamentados a partir de duas abordagens, sendo uma da antropologia interpretativa e pela história ambiental. A partir de Geertz (1989) e seguindo sua metodologia de descrição densa, procuramos apreender os traços culturais do grupo em questão, através de perguntas sobre a história da família e costumes religiosos, gastronômicos e sociais.

A história ambiental, enquanto abordagem do campo histórico, permite a realização de diários de campo. Seguindo a metodologia proposta por Martins (2007), procuramos analisar os aspectos físicos e ambientais da porção sul do Vale do Taquari, atentando para a composição da paisagem, tais como as árvores, as formas de plantio, o desenho dos rios e o uso de agentes químicos. Para esta pesquisa, são doze diários de campo³ analisados e utilizados como fonte e os referenciaremos como “Diário de Campo” seguido da data em que o mesmo foi realizado.

Alicerçados nos procedimentos adotados por Paul Thompson (1992), em um segundo momento da visita procuramos gravar a entrevista com um roteiro de questões semiestruturado para que na sequência a entrevista fosse degravada e

² Dados disponíveis nos projetos de pesquisa “Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações” e “Identidades Étnicas na Bacia Hidrográfica Taquari/Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais”, ambos da Univates.

³ Ao total, são onze interlocutores, sendo um diário de campo para cada entrevistado. Contudo, um dos entrevistados possui dois diários de campo, referente à duas visitas realizadas.

empregada como um documento. É utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 1) com os produtores rurais entrevistados (APÊNDICE 2), na medida em que procuramos não revelar seus nomes. Assim, os produtores serão chamados, de E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10 e E11, residentes nos municípios de Taquari, Tabaí, Bom Retiro do Sul, Paverama e Cruzeiro do Sul, conforme podem ser observados no mapa (FIGURA 1).

Desta forma, as abordagens metodológicas exigem tratamentos seriados e qualitativos em relação às fontes. Assim, dispomos de uma série de documentos de origem variadas. Para compreendermos a disposição dos açorianos em terras americanas, lançamos mão de correspondências entre a Provedoria Geral da Fazenda e o Governador do Rio de Janeiro⁴ e também dos registros de concessão de datas de terras⁵. Referente a estes últimos, procuramos estabelecer dados quantitativos, na tentativa de buscar compreender por quem eram acessadas as datas de terras. No que diz respeito às correspondências, buscamos uma análise qualitativa, na medida em que nos preocupamos com a disposição dos casais e também com as questões referentes à fronteira.

Ainda em questões metodológicas, optamos pelo uso do termo *migrante* ou *migração açoriana* pelo fato de que os ilhéus se deslocaram do arquipélago dos Açores para o Continente do Rio Grande de São Pedro sem ultrapassar uma limitação jurídico-política. Assim, tanto as ilhas dos Açores quanto o território que hoje forma do estado do Rio Grande do Sul pertenciam ao império português. Para tal, nos abarcamos nos estudos de Luiza Iotti (2012) que considera que o primeiro grupo de imigrantes a adentrar o território hoje brasileiro foi o de suíços, ainda em 1808. Não desconsiderando imigrações anteriores (contudo individuais), João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (2010) também consideram os açorianos enquanto um grupo de migrantes, praticantes de uma movimentação interna dentro de um mesmo território, qual seja, o do império de Portugal.

Como capítulo um temos a introdução onde apresentou-se a temática, problema, hipóteses, objetivos, justificativas, bem como as abordagens teóricas, a metodologia e os procedimentos metodológicos em relação ao tratamento com as

⁴ Disponíveis no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁵ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Códice F1229/Maço 6 – Casais.

fontes bibliográficas documentais e orais utilizadas para a pesquisa. No segundo capítulo, procuraremos compreender os mecanismos motivadores para o processo migratório dos açorianos para o Sul da América portuguesa, além de discutirmos questões referentes à fronteira e também ao estabelecimento dos casais de ilhéus nas novas terras.

No terceiro capítulo, buscou-se compreender o acesso à terra e as estruturas produtivas estabelecidas pelos açorianos na localidade de Taquari. Além disso, buscamos compreender a influência dos açorianos e de seus descendentes na formação da categoria de lavrador nacional e daqueles proprietários de pequenas extensões de terras.

No quarto capítulo abordou-se questões referentes à presença açoriana na região que nos cercam nos dias atuais. Procurou-se, num primeiro momento, verificar as relações produtivas e de cultivos dos descendentes de açorianos moradores da região sul do Vale do Taquari até os dias atuais. Assim, podemos verificar o uso de agrotóxicos por muitos deles, aspecto que foi analisado no capítulo. Ainda intensionou-se compreender traços culturais da migração açoriana que nos alcançam até os dias atuais, principalmente a partir do exemplo da religiosidade.

Na sequência, as considerações finais apresentam a reavaliação das hipóteses e dos objetivos traçados. Após, apresentamos as referências, as quais encontram-se dispostas em dois conjuntos, sendo a primeira as fontes documentais utilizadas para a pesquisa e no segundo as referências bibliográficas.

Não pretendemos que este trabalho seja um ponto final sobre os estudos referentes à migração açoriana para o Vale do Taquari. Procuramos, sim, estabelecer pontos de diálogos sobre o processo histórico que envolve os açorianos e seus descentes no espaço que hoje corresponde ao Vale do Taquari.

2 ATRAVÉS DO ATLÂNTICO: FRONTEIRA, MIGRAÇÃO E DISPOSIÇÃO DOS AÇORIANOS NO CONTINENTE DE RIO GRANDE DE SÃO PEDRO

Neste capítulo, buscamos compreender o processo de migração dos casais açorianos a partir de dois aspectos, sendo que o primeiro condiz com as estratégias da Coroa portuguesa para o povoamento de uma região fronteiriça com a Coroa espanhola e a segunda acerca dos motivos que levaram o processo migratório a se concretizar. Para este último, consideramos os aspectos ambientais das Ilhas e também as constantes disputas pelo acesso à terra, que beneficiava nobres e Igreja. Também abordou-se o processo migratório e de arranchamento dos açorianos no Continente de Rio Grande de São Pedro, tendo, para tanto, a localidade de Taquari como foco principal de análise.

2.1 Gentes das ilhas no meridional da América portuguesa: aspectos fronteiriços envolvendo as coroas ibéricas

Em meados do século XVIII, casais de moradores das Ilhas atravessaram o Atlântico para o povoamento das terras meridionais da América portuguesa. Os casais que deixaram o arquipélago o fizeram em um momento de explosão demográfica, marcado também por questões relacionadas à falta de alimentos, devido às crises no cultivo do trigo, decorrente de questões climáticas como abalos sísmicos e erupções vulcânicas (GRAEBIN, 2004).

Adriano Comissoli (2011) trata sobre a intenção estratégica da Coroa lusa em adquirir as terras ao sul do Rio de Janeiro. De acordo com o autor, solicitações e doações destas terras foram realizadas ainda no século XVII. Contudo, as terras doadas transformaram-se em patrimônio régio em meados do século XVIII, sendo

vistas com bons olhos por Dom João, devido sua localização estratégica (COMISSOLI, 2011).

O interesse da Coroa portuguesa sobre as terras meridionais da América condizia com o interesse dos súditos espanhóis. Para estes últimos, o domínio da região estava relacionado com a proteção da prata de Potosí além de proteger Buenos Aires; por outro lado, para os portugueses, o interesse se dava na intenção de resguardar o ouro das Minas Gerais e o Rio de Janeiro (COMISSOLI, 2011). Os integrantes da frente de ocupação portuguesa, em um primeiro momento, deu-se pelos primeiros povoadores oriundos de Laguna e do interior de São Paulo, os quais vão se estabelecer sobre os Campos de Viamão (KÜHN, 2014)⁶. Concomitante a expansão de lagunistas, às margens da Lagoa dos Patos, em 1737 um forte era fundado. O povoamento deu-se junto à construção do mesmo e dali nasceu a Vila de Rio Grande, que foi elevada a tal categoria em 1747, constituindo uma câmara de Vereadores (HAMEISTER, 2006).

A partir de 1750, a frente de expansão portuguesa foi intensificada por migrantes provenientes do conjunto de Ilhas dos Açores, objeto que nos propomos a estudar na presente pesquisa. Tal projeto de colonização portuguesa com açorianos para o Continente de São Pedro do Rio Grande visava fortalecer as bases do império luso ao sul da América, cujos territórios encontravam-se em constante disputa pelas Coroas ibéricas (OSÓRIO, 1990). Nesta primeira abordagem, procuramos demonstrar o panorama de conflito existente entre as coroas de Portugal e Espanha pelo território que hoje é conhecido como Rio Grande do Sul. A vinda desses ilhéus se confunde com o litígio entre as coroas ibéricas e torna a explanação sobre o contexto de fronteira necessária para uma melhor compreensão do período e do processo migratório destes casais.

É espaço comum na historiografia sul rio-grandense afirmar que o interesse português pelo atual território do estado do Rio Grande do Sul se deu apenas a partir de meados do século XVIII. Fábio Kühn (2014), ao analisar a presença portuguesa nos Campos de Viamão, considera que tanto o povoamento de Laguna, último limite português do Tratado de Tordesilhas assinado entre as coroas ibéricas em 1494, quanto a descida para as terras de Rio Grande de São Pedro se deram,

⁶ Antes disso, podemos apontar a presença de tropeiros e das missões jesuíticas.

num primeiro momento, pelo interesse metalista. Ou seja, “o desejo luso de descobrir seu próprio Eldorado” (KUHN, 2014, p. 24). Cabe salientar que as minas de ouro no atual estado de Minas Gerais ainda não haviam sido encontradas, o que dava certa atratividade no projeto português de povoar as terras ao sul do Rio de Janeiro. Ainda de acordo com o autor, este interesse foi se esvaziando a medida que o ouro não era encontrado.

Laguna fora erguida a partir da presença de bandeirantes pelo extremo sul da América Portuguesa, sendo fundada em finais do século XVII. Domingos de Brito Peixoto e dois filhos, com suas famílias, se estabeleceram na região. Domingos escreveu a El-Rey: “me animei a querer fazer a conquista de Laguna, terras muito férteis e abundantes, de pescado e carnes e para mais a lavoura” (apud KÜHN, 2014, p. 23). Neste sentido, é importante considerarmos as características naturais como importantes para compreender a presença portuguesa no Brasil meridional, seja pelo desejo de encontrar riquezas naturais, seja pela necessidade do cultivo à terra e acesso a alimentos, como no caso da família paulista que se instalou em Laguna.

Outro ponto a destacar da presença portuguesa ainda ao sul do continente americano foi a fundação, em 1680, da Colônia de Sacramento, um entreposto comercial que os portugueses conseguiram erguer em terras com a forte presença castelhana. Na visão de geógrafos portugueses, os limites traçados pelo Tratado de Tordesilhas estariam de acordo com a fundação de Sacramento, ou seja, as terras que ali se configurava uma nova colônia seria, sim portuguesas (SANTOS, 2006).

A fundação de Rio Grande, a partir do forte Jesus-Maria-José, em 1737, é tida, pela grande maioria dos historiadores, como o marco central da presença portuguesa na fronteira sul ibero-americana. De acordo com Graebin (2004), o forte foi fundado justamente pela posição fronteiriça que a região colocava-se, e pelas constantes invasões dos espanhóis a Sacramento.

A relação entre os Campos de Viamão e a vila de Rio Grande foi marcada, ao longo do século XVIII, pela constante presença espanhola na fronteira entre as coroas ibéricas. As sucessivas invasões dos espanhóis a Sacramento foram um dos grandes motivos para a instalação de um forte – o de Rio Grande - entre a Colônia a Colônia do Sacramento e Laguna. A fronteira móvel, aberta, permitiu que lagunenses descessem as matas e se fixassem naquilo que convencionaram

chamar de Campos de Viamão. Mais tarde, com a fundação da freguesia de Viamão, que correspondia a diversos distritos, dentre eles, o que em 1764, tornou-se a Freguesia de Taquari⁷, a câmara da Vila de Rio Grande foi transferida para o local, devido a invasões espanholas à Rio Grande.

O litígio entre Portugal e Espanha era resolvida ora por conflitos, ora por tratados. Pelo Tratado de Tordesilhas, a coroa portuguesa exerceria seus domínios até Laguna, não tendo nenhum direito sobre territórios para além desta linha. Contudo, as pretensões portuguesas ultrapassaram os limites definidos por um acordo além-mar e no aquém, a Colônia de Sacramento foi fundada em 1680 por portugueses, em terras que, pelo tratado assinado em 1494, pelo visto seriam hispânicas. Em represália, os espanhóis estimularam os jesuítas a retornar à zona Missioneira, região que já havia sido ocupada pelos mesmos antes do século XVIII. Posteriormente, já no início do século XVIII, espanhóis tomaram a Colônia de Sacramento, devolvendo a antiga colônia aos portugueses. Não podendo mais negar a influência lusa na região, o Tratado de Madri (1750)⁸ concedia a região das Missões aos portugueses e em troca a Colônia de Sacramento seria parte dos domínios espanhóis (REICHEL, 2006). Para o povoamento da região missioneira, Portugal recrutara casais das ilhas dos Açores (GRAEBIN, 2004).

A situação de fronteira, então, deve ser posta em análise. Kühn (2004) considera que o atual estado do Rio Grande do Sul foi construído depois que o resto do Brasil, justamente por esta posição fronteiriça. Em diversos momentos da história, independente de tratados assinados pelas coroas ibéricas, ora pertencera a Portugal, ora à Espanha. Além disso, devemos considerar a fronteira no século XVIII com certa relatividade, pois o conceito de nacionalidade ainda não estava composto. É necessário, portanto compreendermos o período como uma disputa por terras e por poder. Como o mesmo salienta:

A noção de fronteira no período colonial entendido como espaço de conflito e animosidades mútuas entre portugueses e espanhóis, deve ser

⁷ Devemos destacar o processo histórico de emancipação de Taquari: após a fundação da Freguesia em 1764, Taquari pertenceu, em linhas gerais, a Porto Alegre até 1809, e em seguida ao município de Triunfo até o ano de sua emancipação, em 1849 (CRHISTILLINO, 2004).

⁸ “O mais importante tratado do século XVIII foi o de Madri, celebrado em 1750. Ele reconheceu o princípio o *uti possidetis*, assegurando aos portugueses os territórios que haviam ocupado no Continente de Rio Grande a partir da década de 1730. O que não era pouca coisa, considerando-se que o sul de Laguna a jurisdição era teoricamente espanhola. Nesse tratado, os portugueses levaram a vila de Rio Grande e os territórios adjacentes, além de garantirem os Campos de Viamão e as terras do vale do Jacuí. A única concessão feita estabelecia a troca Colônia pelos Sete Povos das Missões” (KÜHN, 2004 p. 35 – grifo do autor).

relativizada, pois não leva em conta a inexistência de Estados nacionais unificados e territorialmente difundidos ao longo do século XVIII. A noção de *nacionalidade* no contexto colonial setecentista não se colocava para homens e mulheres que vivenciaram os conflitos e tréguas entre Portugal e Espanha na região platina. Assim, sem desconsiderar a importância do povoamento e da ocupação luso-brasileira da região sulina do Brasil, queremos chamar a atenção para os variados influxos demográficos de um território fronteiriço (KÜHN, 2004, p. 26, grifo do autor).

Helen Osório (2007), ao analisar a estrutura agrária do continente de São Pedro do Rio Grande no contexto colonial, considera que a situação de fronteira possui funções distintas nas diferentes sociedades e só assim o é pelo fato de essas sociedades produzirem uma fronteira. Desta forma, a fronteira é incerta, móvel e não estática. Também, neste sentido, para a historiadora, a fronteira política entre Portugal e Espanha era de difícil visualização, “pois não havia diferenças marcantes naquelas terras recém-dominadas pelos dois impérios europeus, fosse em termos geográficos, demográficos ou de paisagem agrária” (OSÓRIO, 2007, p. 58).

Destarte, compreendemos que a fronteira entre os dois impérios caracterizava-se como imprecisa, provisória e móvel. Osório (2007) trata de três aspectos fundamentais para essa perspectiva de fronteira: deserção dos exércitos, contrabando de gado e apropriação de terras. Quanto ao primeiro, a situação do exército português era de péssimas condições⁹ e tal fato fazia com que os soldados de ambos os lados migrassem para o outro lado, o que causou deserções por ambas as coroas. O segundo aspecto, diz respeito ao roubo de gado. Em tempo de relativa paz, o roubo dos animais, que eram muitos nos campos sulinos, fazia-se, também por súditos tanto portugueses quanto espanhóis. Ainda neste aspecto, a autora salienta o fato de que estes roubos proporcionaram a criação de muitas estâncias. Por fim, a propriedade da terra também foi motivo de disputa entre as duas coroas: “a ausência de autoridades de ambos os lados incentivaram a fixação de colonos em suas terras, independente de sua naturalidade e origem” (OSÓRIO, 2007, p. 65).

Esta provisoriedade da fronteira política (OSÓRIO, 2007) foi característica marcante do século XVIII e se estendeu até meados do século XIX. Portanto, é necessário compreender que a fronteira meridional da América é historicamente construída, sendo que “a população dessa zona-fronteira, que nada tinha de estanque, situou-se de um ou outro lado da fronteira, conforme seus interesses mais

⁹ “Viviam os soldados: seminus e sem fardamento” (OSÓRIO, 2007, p. 59).

imediatos e quotidianos” (OSÓRIO, 2007, p. 66). É neste ambiente de litígio que casais das ilhas do arquipélago dos Açores são convocados para povoar o Continente de Rio Grande de São Pedro.

Com a promessa fundamental de manter o idioma português na fronteira com o espanhol (CARVALHO, 2002; MENEZES, 2014), a migração dos súditos açorianos se configurou como uma prática importante dentro das pretensões portuguesas para a manutenção do território lusitano na fronteira sul. Além disso, a migração dos súditos também imporia um maior contingente português em terras que, até então, eram espanholas.

2.2 Quando migrar é necessário: das ilhas do arquipélago para o Continente de São Pedro de Rio Grande

Além da condição de fronteira iminente na América meridional conforme abordado, condições no arquipélago dos Açores favoreciam a migração de súditos da coroa portuguesa para as terras de Laguna e ao sul da mesma¹⁰. Nesta exposição, destacaremos três fatores centrais, os quais consideramos de fundamental relevância para compreender o processo de migração, sendo eles: os cataclismos, a miséria dos ilhéus e o sistema de heranças predominante em Portugal.

O conjunto de ilhas dos Açores foi colonizado por portugueses no processo de expansão marítima iniciada a partir de finais de quatrocentos e, já no século XV, portugueses e flamengos passaram a ocupar a região de forma mais contundente. De acordo com Cleidirose Silva (2009), o nome do arquipélago provém de uma ave de rapina denominada “açor”. Ao todo, são nove ilhas divididas em três conjuntos: Santa Maria e São Miguel; Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico e Faial; Flores e Corvo (SILVA, 2009).

Estas ilhas, ao longo de um século, passaram por mais de trinta cataclismos distribuídos entre 1614 e 1755 (GRAEBIN, 2004). Abalos sísmicos e vulcões fizeram

¹⁰ Não podemos deixar de informar que a migração sempre foi uma constante na vida dos ilhéus. Antes mesmo do Edital de 1747, já havia levas de moradores do conjunto de ilhas que se deslocava para o Brasil. Isso também ocorreu após o Edital, tornando-se uma prática comum para os ilhéus (GRAEBIN, 2004; HAMAITER, 2006).

parte da história destes indivíduos que povoaram o arquipélago, sendo que entre os anos de 1713 e 1730, as ilhas de São Miguel, Pico, Terceira e Faial passaram por diversos abalos. Neste sentido, podemos inferir que as condições climáticas naturais, impreterivelmente, abalaram algumas condições socioeconômicas dos moradores das ilhas; além disso, “terror e incerteza seriam as palavras adequadas para caracterizar as condições em que viviam os habitantes do Arquipélago dos Açores” (GRAEBIN, 2004, p. 83).

Ainda na tese de Cleusa Graebin (2004), a autora explana a situação da ilha de Horta, na qual os habitantes, após inúmeros cataclismos terem acontecido nas outras ilhas sem que se repetisse naquela, passaram a realizar, anualmente, uma festa em honra a Santo Cristo, festa que acontece até hodiernamente. As orações faziam parte do dia a dia dos moradores do arquipélago e, nos momentos de dificuldade, a fé numa solução divina colaborava na manutenção dos sonhos destes habitantes.

Henrique Wiedersphan, na obra “A colonização açoriana no Rio Grande do Sul” (1979), ao se referir a uma erupção vulcânica na ilha de Faial em 1746, a considera como uma das piores que atormentaram as ilhas durante a primeira metade do século XVIII, sendo que duas das freguesias da ilha ficaram completamente destruídas. Humanos, animais e casas foram levados pelas lavas até o mar, abalando profundamente as esperanças dos moradores. Além disso, as pessoas que salvaram sofreram pela falta de alimentos, pois as lavouras também haviam sido destruídas.

Neste sentido, é importante compreender o quanto a natureza também pode influenciar a vida humana (MARTINS, 2007; PÁDUA, 2010). Juliana Bublitz (2010), em tese de doutorado sobre a imigração alemã e italiana para o Rio Grande do Sul a partir das relações destes indivíduos com a natureza, destaca:

Durante décadas, na historiografia ocidental, seres humanos foram retratados como protagonistas de superioridade incontestada frente à natureza, como se fossem imunes ao meio físico ou simplesmente estivessem acima dele. Passaram-se anos, e essa velha história baseada em fatos e em heróis já não podia mais responder às novas indagações. Na esteira das mudanças desencadeadas com o surgimento da Nova História, vieram também distintas e premissas correntes de pesquisa (BUBLITZ, 2010, p. 16).

Outro motivo que a historiografia aponta para estes grandes processos migratórios de gentes das ilhas é a miséria que os súditos do rei se encontravam. Os ilhéus sonhavam com condições melhores de trabalho e vida. Se Kühn (2014) nos lembra de que antes do descobrimento do ouro no centro da colônia portuguesa havia a forte intenção de migrar para o sul, os ilhéus ainda sonhavam com o seu Eldorado (GRAEBIN, 2006).

De acordo com Cleusa Graebin (2004), a imagem que os ilhéus tinham das terras brasileiras era povoada de possibilidade de enriquecimento rápido e fácil. Tais imagens eram divulgadas, principalmente, a partir de tripulantes que desembarcavam nas ilhas. Neste sentido, as imagens de possibilidade de prosperidade e ainda as más condições de vida que os habitantes do arquipélago enfrentavam, colaboraram para pedidos de transferência de gentes das ilhas para o meridional brasileiro. Esta miséria era advinda, principalmente, dos cataclismos acima referidos.

O trigo era o principal cereal colhido nos Açores. Durante os anos de 1742 a 1745, nenhuma grama de trigo havia sido produzido, o que aumentava em muito a miséria dos ilhéus. Era do comércio de trigo que a economia das ilhas se fazia. Conforme Graebin (2004, p. 87), “o trigo cultivado nos Açores, além de ser dos componentes fundamentais na alimentação dos ilhéus, também, era negociado nas praças de Lisboa, Marrocos e Brasil, sendo importante ao equilíbrio econômico das ilhas”. Com a queda da produção, tanto na alimentação quanto na venda dos ilhéus, a situação das ilhas tornava-se calamitosa.

Neste sentido, como considera Graebin (2004), a família camponesa dos açores era uma associação produtiva, que ligava o trabalho e a vida cotidiana. Portanto, “não ter cereais possuía um significado além do econômico e do simbólico; significava não ter garantias de ter o mínimo para o consumo próprio, nem para o mercado” (GRAEBIN, (2004, p. 88). Desta forma, as relações entre os moradores dos açores e a natureza, consolidados na produção agrícola, era de fundamental importância, inclusive, num sentido cultural.

A família dos açores, portanto, considerada por Graebin (2004) uma associação produtiva, ainda tinha outro sistema que, de acordo com Martha Daissou

Hameister (2006), colaborou na migração de ilhéus. A autora aborda a questão do sistema de heranças vigente em Portugal durante o Antigo Regime. Neste sistema, apenas o primogênito tinha direito às terras da família, enquanto que os outros filhos sofriam pela falta de herança. De acordo com a historiadora, portanto, migrar para estes filhos segundos representava a solução para o problema do acesso à terra.

Segundo Hameisteir (2006), o que a historiografia trata como algo dado, o problema da superpopulação, na verdade deveria ser revisitado. A autora salienta que a questão demográfica dava-se mais pela quantia de pessoas que povoavam o mesmo espaço do que propriamente uma superpopulação. Outro aspecto importante na tese da historiadora é que migraram muitos filhos nobres, conforme tratados anteriormente. Estes filhos se deslocariam para o sul da América portuguesa não apenas em busca de terras, mas já com um estatuto social diferenciado. Assim, Anna Silvia Scott e Gabriel Santos Berute atestam:

O deslocamento dessa população “excedente” resolvia a situação dos menos aquinhoados, aliviando a situação nas ilhas, ao mesmo tempo em que propiciava o acréscimo do número de povoadores para os territórios americanos. Por outro lado, também representava uma “válvula de escape” para os filhos das famílias melhor posicionadas na hierarquia social, mas que eram preteridos no sistema sucessório em vigor, que privilegiava alguns filhos em detrimento de outros (SCOTT, BERUTE, 2014, p. 112).

Ou seja, para aqueles que sonhavam com uma vida melhor, a situação de migrar poderia representar uma boa opção para melhorar de vida. Além disso, àqueles filhos segundos das famílias mais abastadas, havia a possibilidade de enriquecer em terras americanas, além de manter o *status quo* da família. Podemos considerar que migrar, portanto, significava a possibilidade de melhorar de vida.

O processo de migração das ilhas dos Açores para outras terras era uma constante na vida daqueles moradores. As intenções portuguesas de povoar com súditos as terras conquistadas ao longo da América faziam com que a migração fosse uma característica estruturante da sociedade portuguesa (MENEZES, 2014, p. 60).

Avelino de Freitas Menezes (2014), além de considerar a migração dos súditos como uma característica fundamental da sociedade portuguesa, ainda atenta para duas formas de migração durante o Antigo Regime português: ao se basear em estudos de outros historiadores, o autor afirma que haveria o emigrante e o

colonizador, sendo que as riquezas já encontradas no Brasil seriam os fatores de cisão entre os dois conceitos. Quanto ao primeiro, o interesse pessoal seria o motor de movimentação, o que resultaria em ganhos para si. Enquanto isso, o colonizador estaria a par de um projeto transcendente a ele próprio. Seria este o caso do povoamento inicial das ilhas do arquipélago, lugar em que a coroa estava interessada em expandir as possessões rumo ao Atlântico. Constituiria, então, aquele migrante, um colonizador. Sendo um colonizador, poderia desenvolver práticas relacionadas com a terra e a natureza, desenvolvendo uma relação nas novas terras que viriam a possuir.

Contudo, antes de desenvolvermos os escritos sobre a estadia e as primeiras relações com a natureza que estes migrantes tiveram, é importante destacar o processo de seleção para a migração. Como o projeto português dava conta de manter e também expandir a fronteira lusa frente às possessões espanholas, era importante selecionar pessoas que poderiam garantir que tal projeto fosse cumprido. Neste sentido, o Edital de 1747¹¹, que dava conta não apenas do transporte, mas também das condições que estes súditos migrantes deveriam ter. O objetivo era povoar as terras com homens e mulheres aptos ao trabalho na terra, afim de povoar e colonizar a fronteira.

Graebin (2004) reputa que não haveria como estabelecer um número exato de ilhéus que adentraram o Continente. No Edital de 1747, as provisões davam conta do transporte de até quatro mil casais para o meridional brasileiro. Além disso, o Edital abria a possibilidade de imigração de casais estrangeiros ou ainda que casais da ilha da Madeira também migrassem.

As condições para que os ilhéus migrassem seria de que os homens não poderiam ter mais de quarenta anos e as mulheres, trinta (MENEZES, 2014). Ademais, o Edital fixado em locais de grande circulação de pessoas dava conta de diversas garantias aos súditos que migrassem:

[...] as farinhas para a ração, que mando dar no 1º ano à gente, que se transportar, e este provimento, como também [...] mais, podereis mandar fazer por assento, quando assim vos pareça mais conveniente [...] a cada pessoa de quatorze anos para cima se darão 3/4 de farinha por mês, da

¹¹ O Edital foi transcrito e encontra-se disponíveis em diversas obras. Destacamos o livro organizado por Luiza Iotti, "Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915" (2001) e também o volume 1 dos anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (1977).

medida da terra, um arrátel de peixe ou carne por dia: às pessoas de 14 até 7 completos, a metade desta ração; e as de 7 até 3 anos completos, a 3ª parte, e às menores de 3 anos, nada. [...] Para o assento e logradouros público em cada lugar, destinará meia légua em quadro, e as demarcações destas porções de terras, se farão por onde melhor mostrar [...]. (PROVISÃO de 9 de agosto de 1747).

Neste sentido, consideramos, a partir das condições do Edital, que a natureza era vista, pelo Estado português, como um meio de acesso para a sobrevivência. De acordo com Isabel Carvalho (2009), a natureza deveria ser domada, vista como selvagem e ameaçadora. Além disso, ainda de acordo com a autora, construir casas e demonstrar o mínimo de civilidade seria o necessário para que se fizesse um contraponto à natureza.

Sendo assim, o mar também possuía seus desagradados. Visto como selvagem e ameaçador, a longa travessia no oceano Atlântico foi difícil para muitos açorianos. Em primeiro lugar, as condições do Edital não foram cumpridas pelos responsáveis pela viagem. Conforme Graebin (2004), além de os organizadores terem colocados mais pessoas que o permitido, adentraram os navios muitos doentes. O Governador de Santa Catarina, Manuel Escudeiro, acusava os transportadores de má organização:

No Navio em que a mortandade de gente, e sinfeconou de Malignas, e Escorbutos se embarcarão nas Ilhas seis centas, e oitenta e seis pessoas, alem dos sincoenta homens da sua tripolação; e me persuado a que nehua outra foy a cauza de tanto mal, que vir gente empilhada (ESCUDEIRO apud GRAEBIN, 2004, p. 102).

Graebin (2004), ao consultar arquivos disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino, em Portugal, chegou a números que podem nos ajudar a compreender o quão difícil foi a viagem para os ilhéus: apenas entre 1748 e 1749, foram registras 109 mortes durante a travessia e 77 em terra, de um total de 591 transportados. Ou seja, em torno de 1/3 dos transportados não puderam migrar de fato.

Aqueles que sobrevivem às longas viagens desembarcaram, inicialmente, em Santa Catarina e, após alguns meses, passaram para uma nova viagem rumo a Rio Grande. De acordo com Cleusa Graebin, temos:

[...] constata-se que havia a intenção das autoridades de povoar desde o Rio São Francisco até o Cerro de São Miguel, bem como as Missões com casais açorianos. Estes foram se fixando no Rio Grande de São Pedro a partir da Vila de Rio Grande, alcançando os Campos de Viamão (Viamão e Porto Alegre), Santo Amaro, Triunfo e Rio Pardo. Após a invasão do Rio Grande pelos espanhóis, as famílias que estavam vivendo na Vila de Rio

Grande se dispersaram para Estreito, Mostardas, Santo Amaro, Triunfo, Porto Alegre, Santo Antonio da Patrulha, Taquari e Osório [...] (GRAEBIN, 2004, p. 109).

Neste sentido, uma análise acerca das pretensões da Coroa portuguesa com a migração de açorianos para as terras do Continente de São Pedro de Rio Grande passam a ser relevantes para compreender a disposição destes casais. Assim, as conjunturas de guerra apresentadas contribuem para um entendimento acerca de tais questões. Contudo, as promessas realizadas por oficiais da Coroa não se concretizaram, dentre elas, a possibilidade de povoamento das Missões orientais.

2.3 É preciso se movimentar: o desembarque dos súditos migrantes e a disposição no Continente do Rio Grande de São Pedro

Os casais de sua majestade que migraram pensavam em estabelecer propriedade e uma vida de bonança assim que desembarcasse nas novas terras. Neste sentido, pretendemos analisar como se deu a disposição dos casais após o desembarque dos mesmos no porto da Vila de Rio Grande, bem como a chegada dos mesmos à freguesia de Taquari.

Adriano Comissoli (2009), ao analisar casais das ilhas que se instalaram na freguesia de Viamão, chama a atenção que desde a chegada em Santa Catarina, estes tinham por desejo principal o acesso à terra e às ferramentas prometidas pelo Edital de 1747. Em vista disto, muitos destes ilhéus continuaram a movimentar-se, principalmente para as terras ao sul de Laguna.

A assinatura do Tratado de Madri no ano de 1750 mostrou-se como um significativo passo nas pretensões portuguesas de ocupar territórios localizados na fronteira sul entre as coroas ibéricas. Chama-se a atenção que Laguna até meados do século XVIII era o último reduto português.

Contudo, tanto espanhóis quanto portugueses não esperavam pela resistência dos indígenas, que estavam aldeados nas Missões. O conflito que deflagrou a Guerra Guaranítica (1754-1756) entre indígenas Guarani e as coroas ibéricas foi um acontecimento importante para o remanejamento dos casais das Ilhas, pois, de acordo com o Tratado de Madri, os ilhéus seriam transportados até as Missões

para povoá-las. Sendo assim, o descontentamento e a resistência dos Guarani no conflito fez com que a coroa portuguesa repensasse os planos para os açorianos. Contudo, a eficácia do replanejamento levou em torno de um quarto de século para que se concretizasse.

Rio Grande, durante a primeira metade do século XVIII era a única vila do então continente do Rio Grande de São Pedro. Foi o porto desta vila que recebeu os súditos da coroa a partir de 1750. Como já referido anteriormente, não é possível estabelecer um número de migrantes, pois, juntos aos casais que desembarcavam no porto de Rio Grande, desembarcavam também, seus agregados. Rio Grande, à época, era formada por um porto, quatro pequenos quartéis, um armazém, uma ferraria, algumas moradias, uma igreja e ainda o forte Jesus-Maria-José (GRAEBIN, 2004). Este último fora construído ainda em 1737 quando das pretensões portuguesas de alargar a fronteira com o império espanhol e criar um entreposto entre os Campos de Viamão e a Colônia de Sacramento.

Ainda de acordo com Graebin (2004), a vida dos açorianos logo após do desembarque em Rio Grande foi de intensas movimentações e instabilidade. As demandas geradas devido o Tratado de Madri, tal como a Guerra Guaranítica e as constantes ameaças dos espanhóis, tomaram conta das preocupações lusitanas, fazendo com que o casais das ilhas ficassem sem o apoio necessário para construir suas pequenas propriedades. A demarcação das terras, bem como as promessas de mantimentos e ferramentas, também não puderam ser cumpridas. Tais instabilidades passaram a ser suprimidas apenas duas décadas depois, momento em que as primeiras datas de terras¹² passaram a ser doadas. Consideramos, ainda, que os tempos de dificuldades não afetavam apenas os casais açorianos. Não podemos deixar de considerar que grupos indígenas eram expulsos de suas terras por militares, tanto portugueses como espanhóis, sendo que a própria troca das Missões pela Colônia do Sacramento impactaria diretamente na presença dos indígenas no território missioneiro cuja pretensão seria ficar sobre a jurisdição da

¹² De acordo com Helen Osório (2007), havia tres possibilidades de se acessar a terra no Continente de Rio Grande de São Pedro durante o período colonial. A primeira, era a doação de sesmarias, normalmente concedidas àqueles responsáveis por feitos militares; a segunda, era por arrematação em praça pública e a terceira era a doação de datas de terras, concedidas, entre o período de 1750 e 1780 apenas aos casais açorianos migrados a partir do Edital de 1747. Ainda de acordo com a autora, as extensões das datas variavam entre 100 hectares e 300 hectares, sendo que em Taquari, as doações foram todas de 272 hectares.

Coroa Portuguesa. Contudo, este trabalho propõe-se a analisar a configuração da instalação dos casais das ilhas no Continente.

É o caso de Caetano da Silveira, conforme o requerimento ao Provedor da Fazenda (REQUERIMENTO de 1755 de Caetano de Silveira ao Provedor da Fazenda Real. Maço 06. Documento 01). O ilhéu, instalado provisoriamente nos Campos de Viamão, pedia, em 1755, à Provedoria, a isenção do recrutamento da expedição de Gomes Freire de Andrade. Alegava o cabeça de casal, ainda conforme o documento, que vivia em extrema pobreza juntamente com sua esposa, filha de casal, e as duas filhas. Caso não fosse possível a liberação, Caetano solicitava, então, que fosse mantida a ração para sua mulher e as filhas, que ficaram totalmente dependentes da colaboração da coroa. A aprovação da provedoria se deu através da liberação do serviço obrigatório ou da manutenção da ração para as filhas (REQUERIMENTO de 1755 de Caetano de Silveira ao Provedor da Fazenda Real. Maço 06. Documento 01). Consideramos, neste caso, um exemplo propício da situação calamitosa que estes casais encontravam-se logo após o desembarque em terras do Continente de Rio Grande de São Pedro. Além disso, vale salientar que os casais se utilizavam dos meios públicos para que a situação pudesse ser, de certa forma, resolvida. Como defende Marta Hameister (2006), tal documentação não é um indicativo de uma identidade açoriana firmada em terras sulinas, nos moldes que a historiografia clássica a enxergou, mas uma necessidade de reconhecimento quanto às promessas do Edital de 1747.

As doenças também afetavam a vida de muitos açorianos. Muitos daqueles que não morreram ou enfrentaram episódios de doenças durante a travessia, passaram a desenvolver alguma doença em terras meridionais americanas. Manoel Pinheiro da Silva, segundo requerimento realizado pelo mesmo, tratava-se de um morador dos Campos de Viamão e alegava à provedoria que, devido à escassez de alimentos, encontrava-se “gravemente enfermo”; o mesmo solicitava ainda que a provedoria reconhecesse a pobreza que se encontrava e, portanto, o permitiria receber a ração novamente (REQUERIMENTO de 1764 de Manuel Pinheiro da Silva ao Provedor da Fazenda Real. AHRGS. Maço 06. Documento 02). Neste sentido, conforme Graebin, temos:

No cotidiano, na falta de atendimento médico, buscava-se o medicamento no meio natural. Em moléstias de bexiga, usava-se como diurético o chá de

barba de milho; para as doenças estomacais, chá de macela; em casos de dor de cabeça, colocar nas “fontes” folha de laranjeira; para rouquidão, chá de flores de sabugueiro (GRAEBIN, 2004, p. 126).

Tanto o milho (*sea mays*) quanto a macela (*Achyrocline satureioides*) são plantas originárias da América. Contudo a laranjeira (*Citrus X sinensis*) é uma árvore que foi exportada para o continente americano. Neste sentido, é importante considerarmos as relações que os súditos da coroa estabeleceram com a natureza ao seu redor. Não foi possível levantar dados sobre a utilização dos chás nas Ilhas. O que nos é possível inferir é sobre as questões locais, sabendo que estes migrantes desenvolveram práticas de cultivo em sua volta.

O litígio entre os indígenas das Missões e as Coroas ibéricas fez com que os ilhéus fossem transportados para outras regiões do continente de São Pedro de Rio Grande. Comissoli (2009) considera que, para compreender a distribuição geográfica dos açorianos, é preciso analisar a frustrada tentativa de chegada às Missões. Ainda de acordo com o autor, dois trajetos foram seguidos pelos casais na tentativa de alcançar a região missioneira: a primeira se deu através da expedição demarcadora realizada por Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro. Nesta expedição, muitos homens açorianos foram obrigados a segui-lo e, com a expulsão dos europeus das Missões, muitos deles acabaram por ficar em Rio Pardo, onde o forte acabara de se construído¹³.

O segundo caminho reconstruído por Comissoli (2009) foi realizado a partir de Rio Grande em direção aos Campos de Viamão. O transporte foi realizado pela Lagoa dos Patos em barcas. A partir de Viamão muitos casais se dispersaram, formando novos povoados nas margens do Jacuí, dentre eles, Santo Amaro¹⁴. Explica Comissoli (2009, p. 77) que “esta rota explica o porquê de encontrarmos grupos de açorianos ao longo do lago Guaíba e rio Jacuí”.

¹³ O forte de Rio Pardo foi construído no ano de 1751, em função da demarcação de terras a partir do Tratado de Madri, realizado em 1750; a freguesia de mesmo nome seria criada apenas uma década após, em 1762. A fundação da freguesia se dá justamente pela fundação da fortaleza (OSÓRIO, 2015).

¹⁴ Santo Amaro foi fundado a partir de Rio Pardo: a função central seria de ser um ponto de abastecimentos para as tropas portuguesas que navegavam em direção a Rio Pardo (CHRISTILLINO, 2004). A freguesia de Santo Amaro foi fundada em 1773 enquanto que o Armazém Real já funcionava desde 1752 (OSÓRIO, 2015). Atualmente, Santo Amaro pertence ao município de General Câmara.

Casais povoaram, então, Santo Amaro, onde já havia um Armazém Real, e Taquari. De acordo com Karen Pires (2016), em trabalho sobre a população negra escravizada em Taquari, Santo Amaro e Estrela durante o século XIX, a situação de litígio entre as coroas ibéricas fez com que, pelo lado português, fortificações fossem erigidas, justamente com a função de proteger e abastecer as tropas lusas durante os períodos de conflito. Nesse sentido, a povoação de Santo Amaro organizou-se em torno de catorze quilômetros do rio Jacuí e a dezoito do rio Taquari. O número de casais instalados em Santo Amaro foi menor do que em Taquari, devido às doações de sesmarias à chefes militares, como, por exemplo, ao Capitão Francisco Xavier de Azambuja.

O desembarque de gentes das ilhas em Taquari se deu antes da década de 1760. A povoação ficava às margens do rio Taquari, este entendido como uma fronteira natural caso os inimigos espanhóis atacassem novamente (GRAEBIN, 2004). Neste contexto, a fundação de Taquari também possuía uma estratégia militar, na medida em que os conflitos com os espanhóis não diminuam (CHRISTILLINO, 2004).

Pelo Rol de Confessados de Triunfo de 1758, podemos perceber que a presença açoriana na região já se dava tempos antes da criação da freguesia. Conforme Osório (2015), a freguesia de Triunfo foi criada a partir de assentamentos espontâneos e chegava até as margens do rio Taquari. No documento, uma das referências às regiões próximas ao Taquari se dá no item “Do Caí até o Taquari”, em que há uma referências aos casais. Nesta lista, a de casais, constam trinta e três famílias, sendo que algumas das quais já possuíam escravos (ROL de Confessados da Freguesia de Triunfo de 1758. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre).

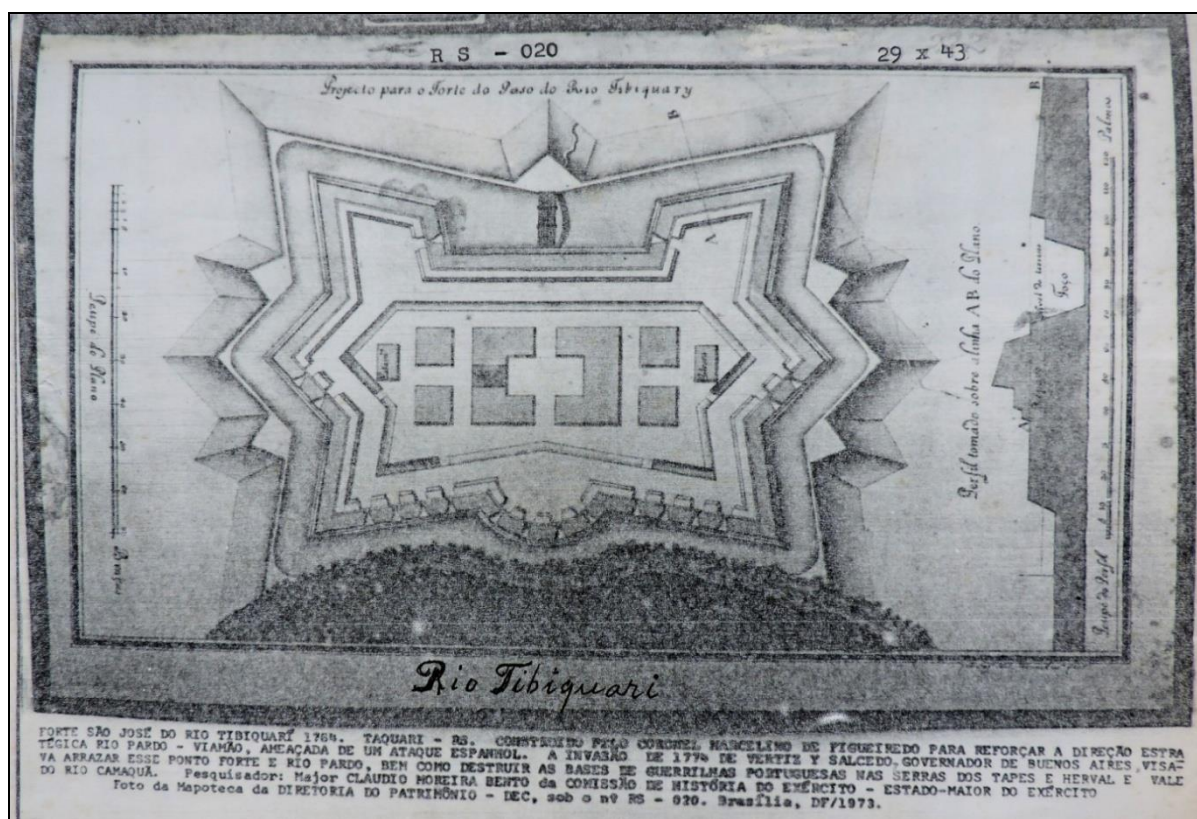
Neste sentido, a hidrografia do Continente de São Pedro colaborou para que diversos grupos, dentre eles os açorianos, pudessem se estabelecer ao longo da região. O rio Taquari¹⁵ é afluente do rio Jacuí, que por sua vez, deságua no Lago

¹⁵ O Taquari faz parte da Bacia Hidrográfica do Taquari-Antas. Esta, localizada na porção nordeste do estado do Rio Grande do Sul, abrange as províncias geomorfológicas do Planalto Meridional e Depressão Central do Jacuí. Os principais afluentes são o rio das Antas, o rio Forqueta, o rio Guaporé e o rio Taquari. A bacia do Taquari-Antas atinge parte dos campos de cima da serra e a região do Vale do Taquari (SECRETARIA do Ambiente e Desenvolvimento, <<http://www.sema.rs.gov.br/bacia-hidrografica-taquari-antas>>. Acesso em 30 de junho de 2017).

Guaíba. Portanto, toda esta rede hidrográfica na manutenção não apenas do comércio e do deslocamento das tropas portuguesas, mas também para a realocação dos casais.

A fundação do povoado de Taquari se deu concomitante à construção do Forte no local (FIGURA 3), pois sua localização permitia o controle da navegação sobre o Taquari. De acordo com Cristiano Christillino (2004, p. 28), “o acesso fluvial deste estava controlado, mas ainda era necessário o domínio sobre as áreas de campo da margem oposta”.

Figura 3: Planta do Forte de Taquari de 1764



Fonte: Acervo Museu Municipal Costa e Silva, Taquari.

Helen Osório (2007) também considera que os rios desempenharam papel fundamental na disposição dos povoados ao longo do Continente de São Pedro. Conforme a autora, “todas essas freguesias encontravam-se às margens dos rios, o

que permitia o escoamento de algum excedente agrícola para as redondezas ou mesmo para Porto Alegre” (OSÓRIO, 2007, p. 98).

A fundação da freguesia de Taquari se deu a partir da instalação dos casais, no ano de 1764. De acordo com Osório (2015), Taquari foi fundado por parte da iniciativa do governador e também pela necessidade da instalação dos açorianos. Católicos, estes casais trataram de organizar uma capela para que fossem celebrados casamentos e batismos com a proteção divina e também pelo fato de que a religião oficial do Estado português era o catolicismo.

A paróquia de São José de Taquari foi erigida um ano após a chegada dos casais. Ainda em 1765 foi nomeado o primeiro pároco, Pe. Manoel da Costa Mata. Arlindo Rubert (1994) acredita que o mesmo seja das Ilhas também, justamente pela característica de povoamento da região. Ainda conforme o autor, Igreja Matriz foi construída na década de 1770, sendo o que as bases do prédio ainda permanecem as mesmas até os dias atuais.

Nesta paróquia, os súditos poderiam batizar seus filhos, casar-se e sepultar os familiares. Além disso, instalados, ainda que de forma provisória, puderam desenvolver práticas agrícolas e relações com a natureza.

Conforme visto procuramos abordar neste capítulo, temas referentes à disposição dos casais de açorianos no Continente de Rio Grande de São Pedro. Contudo, para compreender esse processo migratório nos foi necessário entender acerca das condições as quais se encontravam os súditos do rei no arquipélago dos Açores e que se mostraram de fundamental importância para apreender este que foi o primeiro grande processo de migração de famílias para o Brasil.

Além disso, para a compreensão a disposição dos súditos das ilhas no Continente, nos foi necessário interpretar o caráter provisório da fronteira entre os impérios ibéricos. A situação de litígio pela posse das terras que hoje formam o estado do Rio Grande do Sul entre as coroas de Portugal e Espanha foi essencial para, em primeiro lugar, definir o processo migratório das ilhas e, em segundo, definir para quais localidades do Continente estes açorianos seriam dispostos.

3 OS QUE AQUI CHEGAM E COMO CHEGAM: SÚDITOS NA FREGUESIA DE TAQUARI

Neste capítulo procuramos analisar como se deu a instalação dos casais açorianos em Taquari e as atividades que desenvolveram. Para tal, buscamos entender, um primeiro momento, acerca dos aspectos ambientais do espaço que atualmente denominamos de Vale do Taquari e como o rio que dá nome à região foi fundamental para o processo migratório. Além disso, procuramos compreender o estabelecimento dos casais açorianos a partir de documentos como as doações de datas de terras e também a Relação de Moradores de 1784.

3.1 Aspectos ambientais do Vale do Taquari/RS

Como esta pesquisa versa sobre a perspectiva ambiental da migração açoriana para a região conhecida atualmente como o Vale do Taquari, vale compreender questões atinentes ao ambiente que cerca o território. Neste sentido, compreendemos que uma breve análise sobre as características ambientais do vale são relevantes. Neste sentido, mesmo se tratando de um trabalho histórico, os estudos de cientistas das ciências naturais podem colaborar no processo de entendimento acerca das questões investigadas pela história ambiental, pelo fato desta abordagem ser interdisciplinar (MARTINS, 2007).

O território atualmente conhecido como Região Vale do Taquari, no mínimo possui três características fisionômicas diversas: uma localizada na encosta inferior do Planalto Meridional, outra na Depressão Central Gaúcha e outra ainda localizada na região conhecida como Campos de Cima da Serra. A área localizada na encosta inferior do Planalto Meridional é caracterizada pelo escarpamento acentuado devido

à dissecação provocada pelo curso inferior do rio Taquari, formando assim pontos de grande aclave e porções com morros. Desenvolveu-se, nesta área, a Floresta Estacional Decidual ou Semi-Decidual, cuja superfície mapeada é de aproximadamente 31.000 km². Os solos que se formam nestas encostas são muito utilizados para a silvicultura e fruticultura, principalmente devido às limitações quanto à declividade (ECKHARDT, 2005).

A região de Depressão Central Gaúcha é observada na porção mais ao sul do Vale, correspondente aos municípios de Taquari, Tabai, Bom Retiro do Sul, Paverama e Fazenda Vila Nova. Nesta área, o relevo apresenta-se de forma mais homogeneizada, sem muitas variações na altitude. É neste espaço que os casais de açorianos receberam as doações de datas de terras a partir de 1770.

O relevo desta região é resultante da evolução da drenagem como também das formas de dissecação. Nesta porção, os rios apresentam-se de maneira mais alargada, como é o caso do Taquari, que desemboca no rio Jacuí. A Unidade Geomorfológica Depressão do rio Jacuí recebe este nome justamente pelo fato do Jacuí, principal rio da região, “ordenar a área de drenagem de padrão subdendrítico” (KREUTZ, 2008, p. 48).

No que tange a vegetação, a região geomorfológica insere-se no bioma da Mata Atlântica dentro das características da Floresta Estacional Decidual, principalmente nos municípios do centro e sul do Vale. De acordo com Marcos Rogério Kreutz, baseado em Teixeira e Neto (1986), sabe-se:

A região Fitoecológica Floresta Estacional Decidual [...] situa-se na vertente sul do Planalto das Araucárias, Serra Geral e Patamares, recobrimdo basaltos do Juracretáceo. Recobre também parte da Depressão Central Gaúcha, ao sul da Serra Geral, estendendo-se pelas planícies dos rios e terraços aluviais dos rios desta região (KREUTZ, 2008, p. 48).

A composição desta floresta se dá em dois estratos arbóreos distintos. O primeiro é caracterizado por árvores com altura entre 25m e 35m enquanto que o segundo apresenta espécies cuja altura não ultrapassa os 20m. Além disso, um dos estratos apresenta-se como aberto e decíduo a medida em que o outro apresenta-se como dominado e contínuo (KREUTZ, 2008).

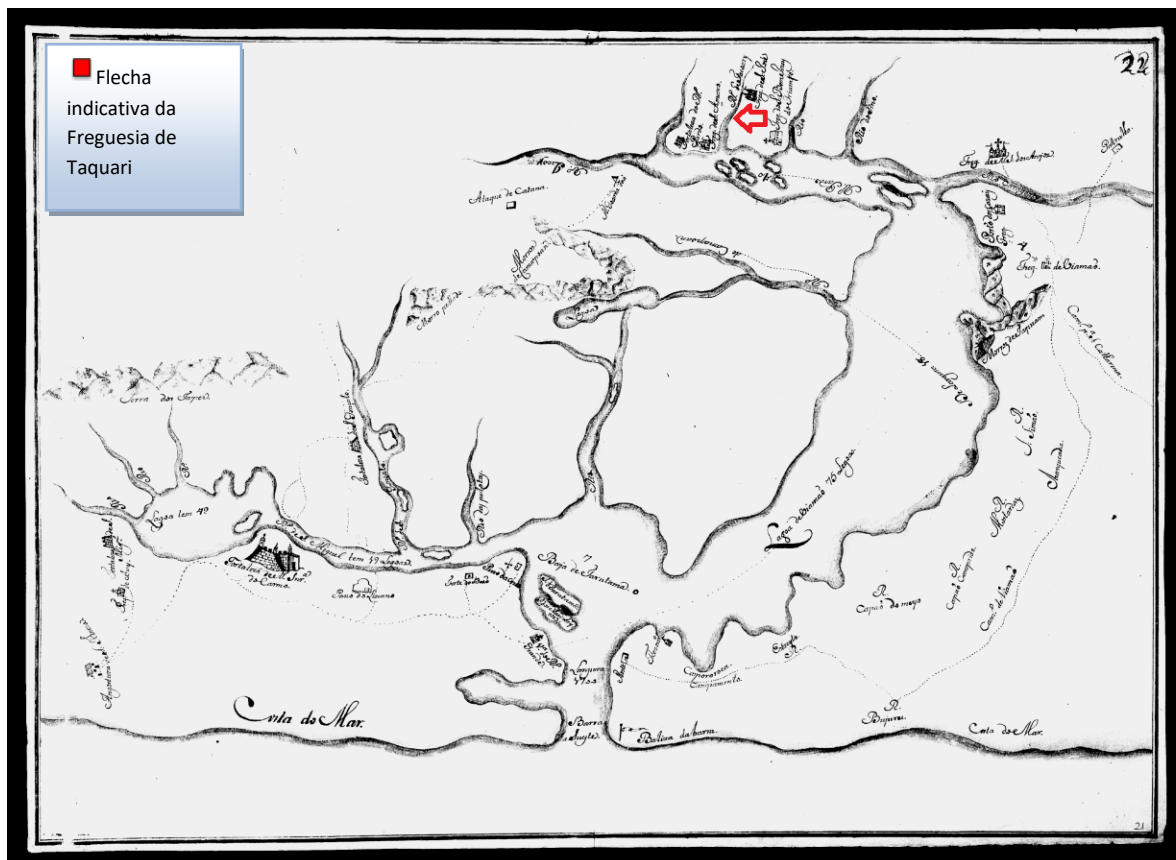
De acordo com Rafael Eckhardt (2005), o Vale do Taquari apresenta uma ampla e densa rede de drenagem. Os afluentes que formam a bacia hidrográfica do

Taquari-Antas são de primeira, segunda e terceira ordem. Neste sentido, os rios de terceira ordem, ou seja, os maiores, apresentam uma largura que varia entre 15 e 50 metros. Os rios Forqueta, Fão, Guaporé e Carreiro são os maiores, bem como o rio Taquari. Os afluentes de segunda ordem são: Arroio Forquetinha, Jacaré, Sampaio, Castelhana, Santa Cruz, Potreiro, Estrela, Boa Vista, da Seca, Augusta e Zeferino, os quais apresentam largura entre 10 e 15 metros. Os afluentes de primeira ordem são aqueles que apresentam largura entre 1 e 10 metros e, em sua maioria, são pequenos córregos. “Em termos gerais, a hidrografia corresponde a 2,35% da área total do Vale do Taquari” (ECKHARDT, 2005, p. 27). Sendo assim, os principais afluentes do rio Taquari são os rios Guaporé, Forqueta e Taquari-Mirim, na parte direita e, na esquerda, os arroios Boa Vista e Estrela. Tratando-se do Rio Taquari, tem-se:

[...] nasce nas superfícies elevadas da Unidade Geomorfológica Planalto dos Campos Gerais, em cotas altimétricas por vezes superiores a 1.000 m. A confluência dos rios Taquari e Jacuí dá-se em áreas de relevos aplanados, em altitudes inferiores a 50 m, na Unidade Geomorfológica Depressão do Rio Jacuí. O acentuado desnível altimétrico entre a nascente e a foz constitui um dos fatores responsáveis pela intensa dissecação que se observa na Unidade Geomorfológica Serra Geral. O rio Taquari nasce no extremo leste do Planalto dos Campos Gerais com a denominação de rio das Antas. Com traçado de direção geral E-W, apresenta vale em ‘V’ profundo. Descreve no seu curso sinuosidades de ângulos bem fechados. Apresenta-se adaptado às linhas estruturais do sistema de diaclasamento existente na área, assim como seus tributários. Estes apresentam os cursos com certo paralelismo e são de pequenas extensões; os da margem direita tem direção geral N-S; os da margem esquerda, SE-NW. A partir da confluência com o rio Carreiro, nas imediações de Bento Gonçalves, passa a denomina-se rio Taquari, apresentando seu curso fluvial com uma orientação geral NE-SW, iniciada a montante, logo após a confluência com o rio Lajeado Grande (MACHADO; FRANCO *apud* KREUTZ, 2008, p. 52).

De acordo com Dante Laytano (1952) o Taquari já era relacionado em publicações de espanhóis ainda no século XVII acerca da bacia do rio da Prata, principalmente àquelas condizentes com a cartografia. Nestes textos, “podemos assinalar as referências a Taquari ou Tibiquari como rios da América Portuguesa no Rio Grande seicentista” (LAYTANO, 1952, p. 187). Os portugueses também já reconheciam o rio Taquari que desembocava no Jacuí, sendo representado em um dos mapas das cartas topográficas realizadas durante o conflito com os indígenas Guarani aldeados nas Missões Orientais, conforme é possível observar no mapa (FIGURA 4).

Figura 4: Demonstração das Lagoas de Viamão



Fonte: Cartas topográficas do Continente Sul e parte meridional da America Portuguesa com as Batalhas que o Ex Conde de Badella ganhou aos Indios das Missões do Paraguay. 1775. Disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

A navegação fluvial, principalmente durante o século XVIII, e as ferrovias no século XIX foram importantes meios de comunicação e transporte de mercadorias e pessoas. Percebe-se a relevância da navegação fluvial também em outras partes do território brasileiro, a exemplo do estudo de Lopes (2002), ao informar que o comércio interno no Pará na primeira metade do século XIX, antes do incremento das ferrovias - grande meio de locomoção que adentrou o Brasil oitocentista e provocou uma “revolução nos transportes” - os rios compreendiam um papel central no desenvolvimento da região.

Tratando-se do espaço em estudo, salienta-se que o rio Taquari, o qual dá nome à região, e que desempenhou um papel de relevância na história regional, também é o rio mais importante da bacia, com uma extensão maior que 150 km de

comprimento. Além disso, durante o século XIX, os principais produtos transportados nos caminhos líquidos eram milho, feijão, erva-mate, galinhas, ovos, carne, gordura animal (banha), entre outros (FERRI, 1991; KREUTZ et.al, 2011)

Neste sentido, consideramos que o Taquari, como principal rio da região, desempenhou papel de fundamental importância tanto para as populações ameríndias, que já povoavam o território antes do contato com o europeu como também após a presença e povoamento tanto de portugueses quanto de espanhóis, antes mesmos dos séculos XVII e XVIII. Ainda nos anos 1700, as vias fluviais eram consideradas um dos principais caminhos para os deslocamentos, tanto econômica quanto social. Osório (2007), ao analisar as características agrárias do atual Rio Grande do Sul durante o final do século anterior, considera que os principais povoados e freguesias colocaram-se inicialmente às margens ou próximos aos rios, já que desta forma haveria uma maior facilidade no escoamento de algum excedente agrícola para as redondezas e até mesmo para Porto Alegre.

3.2 Esta terra que é nossa: primeiras concessões de terras a casais das Ilhas em Taquari

Na continuidade do projeto colonizador da Coroa portuguesa nos trópicos no sul do Brasil Meridional, pelas vias fluviais, os casais de gentes das Ilhas foram sendo realocados nos novos domínios lusitanos. Muitos destes casais foram encaminhados, pela Coroa, de Rio Grande para os Campos de Viamão, de onde, parte deles, seria remanejada para outras localidades, como, por exemplo, a de Rio Pardo.

A expedição demarcadora dos limites, comandada pelo Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, iniciada após o Tratado de Madri de 1750, foi a rota, também, de deslocamento dos casais. Muitos açorianos participaram desta expedição que visava a expansão para o Oeste nos domínios meridionais, através da margem norte do rio Jacuí. De acordo com Helen Osório (1990, p. 96), era comum a prática metropolitana de “povoar novos presídios com casais portugueses e insulares”, como no caso de Rio Pardo.

Nesta tentativa de demarcação dos limites e de chegada às Missões Orientais, através do rio Jacuí, muitos casais foram realocados em diversas freguesias. Estima-se que no início da década de 1760, em torno de 14 casais de açorianos se instalaram às margens do rio Taquari, onde, em 1764, seria fundada a freguesia, conforme já informada em capítulo anterior deste trabalho (GRAEBIN, 2004).

Contudo, como salientam Helen Osório (1990) e Cleusa Graebin (2004), as promessas de terras, ferramentas e ração não eram cumpridas pela Coroa. A hipótese lançada por Osório (1990) é de que, devido à situação de conflito entre as Coroas ibéricas, as demandas dos casais ficaram em segundo plano. Também de acordo com a referida autora, as primeiras doações de datas de terras foram registradas apenas vinte anos após o desembarque em Rio Grande, sendo que apenas a freguesia de Taquari apresentava uma situação diferente aos casais:

A única exceção foi o início do povoamento de Taquari, depois de 1764, mas cujas concessões devem ter sido poucas e não foram registradas. Nos livros [de registro] da Provedoria não existem registros de concessões a casais até 1770 (OSÓRIO, 1990, p. 101).

A instalação de casais das Ilhas em Taquari e a posterior demarcação de algumas áreas de terra se deram após a chegada do Coronel José Custódio de Sá e Faria, com determinações do então Vice-Rei do Brasil, Conde da Cunha. Essas determinações diziam respeito à demarcação de terras para os casais que estavam nos Campos de Viamão, que deveriam ser realocados para as proximidades do rio Taquari. O Coronel José Custódio, em carta ao Vice-Rei do Brasil no ano de 1768, Conde de Azambuja relembra sobre estas acomodações.

[...] famílias que das ilhas havia Sua Majestade mandado conduzir a este continente para o povoarem, as quais se achavam dispersas sem lhes haverem cumprido as promessas que Sua Majestade lhes fez, quando os mandou sair das suas terras, e para eu os arrumar em povoações tirasse das fazendas que se tivessem dado de sesmaria as porções de terreno preciso para lhes inteirar as suas datas. Logo que cheguei a este governo procurei dar cumprimento a esta importante ordem, seguindo em tudo as de Sua Majestade que se acham nesta Provedoria a respeito das mesmas famílias, e com efeito fundei a primeira povoação junto ao passo do rio Taquari [1764] em situação que achei própria para as unidades e lavouras dos mesmos povoadores, e lhas fiz com toda a regularidade, em ruas, casas e praças [...] (CUSTÓDIO *apud* GRAEBIN, 2004, p. 192).

Esta ação correspondia às tentativas da Coroa de estabelecer um marco divisório no qual a doação de grandes quantidades de terra não seria mais possível.

Como constata Osório (1990), as doações de sesmarias, registradas na Relação dos Moradores que tem Campos e Animais no Continente, de 1785, não aconteceram durante a década de 1760. Apenas a fundação da freguesia de Taquari, em 1764, é mencionada neste período, justamente como uma função estratégica de proteção dos domínios portugueses.

Ainda nesta constatação acerca da disposição no território de açorianos e demais integrantes da frente de expansão portuguesa, Maximiliano Menz (2006), em tese de doutoramento acerca da formação do Rio Grande durante a crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1822), analisa que a migração açoriana, sob o patrocínio do governo de Pombal, visava, tanto para indígenas quanto para açorianos, as doações de terras próximas a serra. Estas terras seriam próprias para a agricultura, pois os campos já haviam sido ocupados pelos grandes estancieiros, que não estavam dispostos a ceder suas terras para os novos habitantes. Conforme Francisco José da Rosa, informante do marquês de Lavradio, temos:

[...] os ilhéus e índios como agricultores [...] que são os em toda a parte fazem dos países abundantes de gêneros [...] se lhes dessem terras encostadas a serra, na qual tem água, barros e matos que são as mais capazes de fazer neles grandes criações de animais cavalares e vacuns para assim fazer existir abundância e riqueza no continente (ROSA *apud* MENZ, 2006, p. 39).

Helen Osório (2007), por sua vez, não considera que os ilhéus participaram de um projeto de colonização para a agricultura, como Menz (2006) afirma. Para a autora, a função da migração açoriana era justamente a de servir como uma *proteção* para os grandes estancieiros, como também, servir para povoar com gentes o Continente de Rio Grande.

Avelino Menezes (2014) afirma que o principal argumento dos açorianos que solicitavam povoar a América portuguesa era o de manutenção da língua em um território de conflito e marcado pela fronteira política e étnica. Política devido aos impasses entre as coroas e os constantes conflitos e invasões espanholas no Continente e étnica¹⁶ devido à presença de grupos indígenas, os quais destacamos os Guarani missioneiros, de europeus, em que podemos considerar o grupo de migrantes de açorianos, além dos negros escravizados, que, em um primeiro

¹⁶ Consideramos o termo a partir de Barth ([1969] 2000).

momento foram cativos dos grandes estancieiros, que em seguida passou a ser adotado por pequenos produtores (PETIZ, 2009).

Neste sentido, tendemos a concordar com Osório (1990), pela hipótese de que a migração açoriana para o Continente do Rio Grande de São Pedro teve como função primordial a proteção das grandes estâncias, justamente para a criação de gado. Osório (1990) destaca que com a ida de casais açorianos para a região das Missões, foco primeiro do projeto migratório, a função destes casais seriam de formar pequenas propriedades para que sucumbissem primeiro às ofensivas castelhanas. Desta forma, acreditamos que se a tentativa da Coroa era de estabelecer uma lavoura produtiva no continente, as doações de datas de terra teriam acontecido mesmo em cenário de conflito entre as Coroas ibéricas. De acordo com o livro de registros de doações de datas de terras disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), primeiras doações de terras no Continente foram realizadas apenas na década de 1770. A freguesia de Taquari, regularizada em 1764, foi exceção no sentido de estabelecer os casais das ilhas em uma localidade, mas sem a devida regularização da posse da terra.

De acordo com Cleusa Graebin (2004), este assentamento não resolveu os problemas dos migrantes açorianos, muito em função das datas de terras não concedidas. Ainda de acordo com a historiadora, cada povoação poderia ter, no máximo, em torno de sessenta casais. Conforme Osório (1990, p. 97) “o objetivo primordial da imigração açoriana ao Rio Grande foi estratégico. Visava-se antes de tudo o estabelecimento de povoados que resguardassem o domínio português”. Ainda de acordo com a historiadora, a região de Taquari configurava-se como um entreposto entre os Campos de Viamão – densamente povoado – e a região de Rio Pardo, que figurava como a fronteira à oeste da frente de expansão portuguesa.

Os conflitos entre portugueses e castelhanos refletiam, diretamente, no dia a dia dos casais. A invasão espanhola a Rio Grande, em 1763, fruto da Guerra dos Sete Anos (1758 – 1763) na Europa, foi um desdobramento deste conflito. Conforme Osório (1990), enquanto na metrópole não houve maiores consequências após os conflitos, na América pertencente aos impérios português e espanhol, os espanhóis invadiram a Colônia do Sacramento (pertencente a Portugal) e ainda marcharam rumo a Rio Grande.

O efeito em relação a esta invasão foi o recuo de portugueses para os Campos de Viamão até Rio Pardo, na tentativa de escapar aos invasores. Francisco Barreto Pereira Pinto, comandante de Rio Pardo no período, demonstra como a situação, principalmente a vivida pelos ilhéus, era de calamidade.

[...] o povo sempre nestas faltas discorre com atrevimento, de tal sorte que estes Ilheos, e mais alguns moradores, todo o seu ponto é passarem o Taquari, sendo-me preciso pôr guardas a embarcá-los, animando-os e esforçando-os quanto posso para que se defendam (PINTO *apud* OSÓRIO, 1990, p. 103).

Neste sentido, segundo Helen Osório (1990), a função da migração açoriana para o Continente de Rio Grande de São Pedro seu deu pela necessidade de povoar a fronteira. Antes do povoamento com açorianos no continente, a ideia da Coroa lusa era ceder terras àqueles que se comprometessem com a manutenção do território português, limitando-se, como forma de apropriação da terra e cultivo da mesma, a criação de gado. Ou seja:

Observe-se que povoar significava introduzir animais e não estabelecer pessoas. Essa significação para o verbo foi empregada durante todo o período colonial; o “povoamento” sempre foi feito com animais e como decorrência deste e, nem sempre, com homens (OSÓRIO, 1990, p. 93).

Havia um interesse claro, tanto da Coroa como dos grandes produtores, de não deixar com que os açorianos se espalhassem pelo Continente, bem como adquirissem terras para a produção (OSÓRIO, 1990). O caso do casal Antonio Machado Fagundes pode colaborar nesta análise. Antonio Machado, em requerimento para a transferência dele e de sua família para Rio Pardo, considera que se instalando nas novas terras este poderia “melhor grangear sua vida com mais comodidade” como também para poder sustentar a mulher e os filhos do mesmo (REQUERIMENTO de 1758, F1243, fl 131 - 131v, AHRS).

Como não poderia fazê-lo sem ordem do Governador, o requerimento foi feito em 1768. O Provedor da Viamão informou ao governador que depois de ter repartido as terras em Rio Pardo “não teria lugar de se mudar de sua situação”, mas como os terrenos ainda não haviam sido registrados, poderia dar-se outro terreno ao suplicante.

A resposta do Governador foi um desestímulo ao suplicante para que o mesmo fosse povoar Rio Pardo. O Governador concedia a licença para retirar-se de

Taquari e mudar-se para Rio Pardo, mas não permitia que o mesmo pudesse entrar em uma lista de possíveis suplicantes nas doações de datas de terras que viriam a acontecer em Rio Pardo. Ou seja, a possibilidade de movimentar-se pelo continente não era possível, pois o povoador deveria solicitar autorização para o governador.

Outro fato que contribui para o argumento que estamos defendendo, em acordo com Osório (1990), é o que Rio Pardo representava a fronteira a oeste do império português. Neste sentido, migrar para a região para estabelecer lavouras não estaria dentro dos planos do império português, pois a freguesia encontrava-se com uma defesa debilitada (OSÓRIO, 1990). Desta forma, “enquanto aos antigos povoadores concederam-se várias sesmarias, ao ilhéu negou-se uma data” (OSÓRIO, 1990, p. 113).

O pedido de transferência de freguesia foi realizado em 1768 e, na Relação de Moradores que tem Campos e Animais no Continente de 1785, constamos que Antonio Machado Fagundes permanecia como morador da freguesia de São José do Taquari (RELAÇÃO de 1784 - 1786). Neste documento, o casal, designado como lavrador, permanece como morador nas terras de outro açoriano, Matheus Teixeira, que apresentava uma data de terras e vivia de suas lavouras.

As doações de datas de terras a açorianos, de acordo com Helen Osório (1990), têm sua datação a partir da década de 1770 e, como já discutida anteriormente, a situação da Freguesia de São José de Taquari foi um caso à parte no que tange tais doações aos casais arranchados no Continente de Rio Grande de São Pedro. Contudo, tais concessões devem ter sido poucas e não registradas (OSÓRIO, 1990).

A partir da década de 1770 é que as doações de datas de terras passaram a ser registradas no Livro de Registros da Provedoria (LIVRO de Registros de Concessão de Datas de Terras. 1770-1773). Constatamos que todos estes casais recebedores de datas de terras em Taquari receberam um terreno com quinhentos e sessenta e duas mil e quinhentas braças quadradas, o que, em média, corresponde a 272 ha. Novamente, para tais concessões, nos reportamos à dissertação de Helen Osório (1990), a qual indica que em Taquari tais concessões, além de ocorrerem antes das outras freguesias, também foram as maiores concessões de datas de terras

doadas, pois, em outras freguesias, a média de hectares não ultrapassava os 200 ha.

Tal situação, além de provocar uma disparidade entre os registros de terras, a exemplo das relações de sesmaria no Continente do Rio Grande de São Pedro, também reforça o argumento que vimos sustentando acerca do objetivo do império português com a migração açoriana, no que tange, principalmente, o resguardo das grandes propriedades, aquelas destinadas à criação do gado vacum. Tais propriedades estariam, então, cercadas por pequenas propriedades de açorianos, que, em sua grande maioria, formaria o núcleo urbano das freguesias (OSÓRIO, 1990).

Nos registros de doações de datas de terras (LIVRO de Registros de Concessão de Datas de Terras. 1770-1773)¹⁷ consta que o cabeça de casal, sempre homem, salvo as exceções em que a mulher era viúva, era suplicante das Ilhas e transportado a partir do Edital de 1747. Além disso, constatamos que doações foram realizadas para os casais das ilhas como também para filhos de casais, bem como homens casados com filhas de açorianos transportados pelo Edital referido (EDITAL de 1747, apud IOTTI, 2009).

Estas doações, realizadas a partir de janeiro de 1771, nos mostram cinquenta e cinco casais suplicantes que receberam as datas de terras na freguesia de São José de Taquari, num período de dois anos. Estes casais, provavelmente já se encontravam arranchados na freguesia, aguardando pela demarcação das terras, provavelmente, desde o início de década de 1760. No livro referido, podemos encontrar as seguintes categorias dos recebedores de datas de terras: casal (41%), filho de casal (35%), sem referência (11%), agregado casado com filha de casal (8%) e ainda casos como de Ana de São Pedro, viúva, e também de filho de agregado casado com filha de casal (LIVRO de Registros da Provedoria, 1770, Códice F1229).

Desde total de cinquenta e cinco suplicantes, encontramos apenas uma mulher recebedora de data de terra. Ana de São Pedro, viúva de casal, recebeu sua

¹⁷ Cabe salientar que as datas de terras não eram formas de doação apenas para os casais dos açores. Osório (1990) destaca para algumas doações, ainda incipientes, ainda na década de 1730, duas décadas antes do desembarque dos casais no Porto de Rio Grande.

data de terra em fevereiro de 1771. Além disso, podemos visualizar em torno de 40% dos suplicantes como casais das ilhas, os quais o homem era o cabeça de casal. Nesta relação não encontramos o nome do suplicante Antonio Machado Rodrigues, cabeça de casal já referido, que havia solicitado a mudança da freguesia de Taquari para Rio Pardo (LIVRO de Registros de Concessão de Datas de Terras. 1770-1773).

Em torno de 34% dos suplicantes pertenciam à categoria “filho de casal”. Neste sentido, acreditamos haver duas possibilidades para as doações de terras para estes homens filhos de casais dos Açores. A primeira, é a possibilidade de falecimento dos pais e o filho mais velho receber, como uma compensação por parte da Coroa portuguesa, a data de terra que seria para o pai, o cabeça de casal. A segunda possibilidade é de a Coroa ter concedido as datas de terras também a estes homens, já casados, visualizando a possibilidade de estabilidade do povoamento da Freguesia de Taquari. Desta categoria, “filho de casal” suplicantes recebedores de datas de terras, apenas um era casado com filha de agregado de casal, enquanto que os demais encontrava-se casados com filhas de casais.

Chama-nos atenção que agregados casados com “filha de casal” também tiveram a concessão de datas de terras. Neste caso, podemos encontrar três doações realizadas. Não podemos informar a origem destes homens, pois caberia consultar os registros de batismo ou casamento da Freguesia de São José do Taquari, metodologia não proposta para este trabalho (LIVRO de Registros de Concessão de Datas de Terras. 1770-1773).

Outra constatação relevante que o Livro de Registros da Provedoria de 1770 nos traz é acerca dos cabeças de casal em que não há referência sobre a origem do mesmo. As referências são condizentes às mulheres, as quais são relacionadas como “casado com filha de casal”, “casado com agregada de casal” ou ainda “casado com viúva de casal”.

Todos estes dados, acerca das doações de datas de terras, permitem-nos fazermos algumas considerações. A primeira é pelo condizente de casais recebedores de datas de terras. De acordo com Helen Osório (1990), a ideia da Coroa era de que os povoados não ultrapassem sessenta casais de açorianos, o

que podemos perceber em Taquari. Contudo, não podemos afirmar que este era o contingente inicial, pois alguns autores, como João Borges Fortes (1978) e Henrique Oscar Wiederspahn (1979) nos apontam para um número inferior a vinte casais no início do povoamento da freguesia.

Outro ponto a ser considerado é o número de filhos de casais recebedores de datas de terras casados com filhas de casais. Estes dados podem nos apontar para um crescimento endógeno do grupo, sem deixar de considerar, é claro outros casamentos de filhos e filhas destes casais. Martha Hameister (2006) e Fabio Kühn (2004) nos demonstram como as filhas de gentes das ilhas compunham um aparato feminino de valor, principalmente, porque se apresentavam como mulheres brancas, numa sociedade de fronteira marcada pela presença de mulheres negras escravizadas e indígenas.

Desta forma, podemos considerar que a presença e disposição açoriana em terras meridionais da América de seu a partir da necessidade de povoamento para um território fronteiriço. A freguesia de Taquari, criada a partir da instalação de casais das Ilhas próximo ao rio Taquari foi uma presença marcante, principalmente após a instalação, na década de 1760, até o fim do período colonial brasileiro.

3.3 Na terra enfim conseguida: açorianos em Taquari através da Relação dos Moradores de 1784

Um dos documentos mais relevantes para compreender a estrutura fundiária do Continente de São Pedro nas décadas finais do século XVIII é a “Relação dos Moradores que tem campos em animais no Continente”¹⁸. A Relação, como será chamada neste trabalho, foi produzida durante os anos de 1784 e 1786 em todas as freguesias do Continente. A preocupação central de Luís de Vasconcelos e Souza, o então Vice-Rei do Brasil, era de que a situação da apropriação da terra no Continente estava confusa e com irregularidades.

¹⁸ Os “originais” estão dispostos no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Consultamos os borradores, que se encontram no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, sob os códices F1198 A e B.

O Provedor da Fazenda do Rio Grande, Diogo Osório Vieira, elaborou a relação a partir dos dados enviados de cada distrito e das freguesias, a partir dos títulos que comprovavam a posse da terra (OSÓRIO, 2007). Neste sentido, o documento pode ser considerado uma importante fonte para a compreensão do acesso à terra que os casais das ilhas tiveram em Taquari. A preocupação do Vice-Rei também se dava no sentido de estabelecer como o Continente de São Pedro agregava-se ao comércio da América Portuguesa.

Além disso, a Relação de 1784 e 1786, estabelece categorias sobre os que possuíam terras: as quatro categorias mais citadas na lista são de “lavrador”, “criador”, “criador e lavrador” e “mais lavoura que criação”. Helen Osório (2007), ao analisar toda a Relação chegou ao consenso de que mais de três quartos da Relação era composta pelas categorias relacionadas à lavoura. Desta forma, a autora argumenta que “a primeira constatação que a ‘Relação’ possibilita é a de que, no Rio Grande, região comumente considerada como o ‘reino da pecuária’, o número de possuidores de terras dedicadas à agricultura predominava amplamente sobre o de criadores de gado”(OSÓRIO, 2007, p. 82).

Outro dado importante que a historiadora nos traz é o de que quase metade do “lavradores” e dos “mais lavoura” foi identificada como açorianos ou casais de número (OSORIO, 2007). Desta maneira, a relação contribui para a compreensão de como os ilhéus se estabeleceram no Continente, além das ligações com a economia e estrutura fundiária locais como também das relações que estes ilhéus estabeleceram com a natureza.

A Relação pode ser considerada um “espelho” das décadas de 1780 e 1790 e neste estudo é relevante para análise ao que concerne à Freguesia de Taquari (RELAÇÃO DE 1784 - 1786). Ela foi realizado em 1784, sendo um reflexo das doações de datas aos casais açorianos ocorridas a partir de 1771. Na freguesia de Taquari predominavam as datas de terras, em sua maioria com 272 ha de tamanho. Há também um forte número de pessoas vivendo “a favor” nas terras que, normalmente, eram de parentes. Ainda de acordo com Osório (1990), não é possível identificar se estas pessoas que moravam “a favor” arrendavam, pois, no geral, os membros da família é que viviam nas terras uns dos outros.

Para melhor compreensão da situação agrária que os ilhéus se encontravam três décadas depois do desembarque em rio Grande, selecionamos, metodologicamente, aqueles que se encontravam como os donos de “datas de terra”. É importante salientar que apenas aqueles que provavam sua condição de casal das ilhas ou então filho de casal poderia receber uma data. Ou seja, a escolha da categoria como “dono de data de terras” se deu justamente pela configuração que as datas foram doações exclusivas em um primeiro momento para os açorianos pertencentes ao edital de 1747¹⁹. Além disso, a presença açoriana em Taquari já foi debatida no capítulo anterior, sendo que a fundação da freguesia se deu a partir da chegada dos casais.

Na Relação de todo o Continente de Rio Grande de São Pedro que nos reportamos anteriormente, Helen Osório (2007, p. 83) constata que em torno de quase metade dos “lavradores” e dos “mais lavoura” foram identificados como casais de número, ou seja, casais “originalmente enviados para povoar o Rio Grande em 1752”. Estes casais, em sua grande maioria, eram representados pela Relação de 1784 como lavradores. Eram poucos os casos de açorianos dedicados à “criação”, outra categoria da Relação.

No Livro de Registros da Provedoria em que contam as doações de datas de terras da freguesia de Taquari (LIVRO de Registros de Concessão de Datas de Terras. 1770-1773) constamos doações a cinquenta e cinco casais nos primeiros anos da década de 1770. Uma década e meia depois, ou seja, em finais do século XVIII encontramos quarenta e dois proprietários de datas de terras de um total de cento e treze proprietários na Freguesia de Taquari, ou seja, em torno de 40% da posse de terra no último quarteto do século XVIII na freguesia de Taquari pertenciam a açorianos.

Constatamos, também, proprietários de datas de terras por herança e venda. Os proprietários de herança ou a recebiam pela parte paterna ou ainda por falecimento do sogro e, neste caso, podemos considerá-los como filho de açorianos. Por outro lado, não conseguimos averiguar aqueles que tem o título de compra de

¹⁹ De acordo com Osório (2007), havia três formas de obtenção de terras pelos produtores: sesmarias, datas de terras e arrematação. Esta última era realizada em praça pública a partir das terras que a Coroa confiscasse. As sesmarias eram doações realizadas pelo governador do Rio de Janeiro ou então pelo Vice-Rei do Brasil, enquanto que as datas de terras eram concedidas pelo governador do Rio Grande os pequenos proprietários, em sua grande maioria os casais açorianos.

data de terras como açorianos, pois não consta nos registros²⁰ da Relação de Moradores a origem de cada proprietário.

A primeira constatação que podemos fazer é que a freguesia de Taquari tinha como base econômica a lavoura. Contudo, como nos adverte Helen Osório (2007), os criadores de gado possuíam lavoura como também os lavradores possuíam animais de corte, não apenas para o serviço na propriedade. O “caráter *misto*” destas unidades produtivas é uma conclusão a qual a autora chega para as propriedades do Continente do Rio Grande de São Pedro e podemos observar este mesmo caráter em uma análise da Freguesia de São José do Taquari. Contudo, a freguesia apresentava, em 1784, todos os proprietários ligados à lavoura, com três categorias: “lavoura”, “mais lavoura” e “lavoura e criação” (OSÓRIO, 2007, p. 84).

Nesta última categoria constam apenas dois proprietários, dos quais podemos considerá-los açorianos. Francisco dos Santos, açoriano, dono de um título de concessão de data de terras, dedicado à “lavoura e criação” apresentou 400 animais de gado vacum, além de 4 bois, 5 cavalos e 100 éguas. Jachinto Mathias da Silva declarou ter 100 animais de gado vacum além de 8 bois, 6 cavalos, 30 éguas e 7 potros, que criava em suas terras dispostas além da data de terra concedida em 1772, uma chácara que havia comprado (RELAÇÃO DE 1784 - 1786).

Estes dois açorianos eram os maiores criadores de gado da freguesia. Contudo, se compararmos aos maiores criadores de gado vacum da freguesia de Santo Amaro, próxima a Taquari, podemos considerar a criação de gado tanto de Jachinto Mathias da Silva quanto de Francisco dos Santos ínfima. O capitão Agostinho Gomes Jardim, por exemplo, morador de Santo Amaro, possuía um plantel de 2500 animais de gado vacum, além de 10 bois, 60 cavalos, 1500 éguas, 100 potros, 48 mulas, 30 burros e 50 burras. Ou seja, além de uma quantidade muito superior aos dois maiores criadores da freguesia de Taquari, o capitão da Freguesia

²⁰ Para sabermos das possibilidades destes compradores serem açorianos, a leitura possível seria dos registros de batismo ou casamento, em que, por ventura, o pároco anotava o local de batizado dos pais ou noivos. Infelizmente, para este trabalho, os registros de batismos não foram contemplados, justamente pela questão falta de tempo.

de Santo Amaro ainda possuía mais espécies de animais (RELAÇÃO DE 1784 - 1786)²¹.

A presença de animais como bois e cavalos demonstra uma relação não apenas de criação de animais, como também de lavoura. Este dado é um indicativo da prática de agricultura, uma vez que o boi era utilizado como animal de tração fosse para o arado, fosse para os carros e carretas que escoavam o excedente agrícola da propriedade (OSÓRIO, 2007).

Os “mais lavoura” representavam em torno de 6,5% dos proprietários de terras em Taquari. A média de animais destes homens era de 43 animais de gado vacum, sendo que o maior criador desta categoria, Miguel Teixeira de Quadros também era açoriano, com dois títulos de posse de terra, sendo uma carta de data de terras e mais uma compra de um terreno. Miguel Teixeira de Quadros era dono de 150 cabeças de gado vacum, além de 8 bois, 5 cavalos e 50 éguas. Por outro lado, o menor criador de gado na categoria dos “mais lavoura” era Antonio Machado de Souza, dono de uma certidão de data de terras. Antonio apresentava-se como dono de 16 cabeças de gado vacum, 4 bois, 2 cavalos e 2 éguas (RELAÇÃO de Moradores que tem Campos e Animais no Continente, 1784).

Estes proprietários, com mais de 100 reses e dedicados mais à lavoura do que à criação demonstram, de acordo com Osório (2007, p. 85, grifo da autora), que “rebanhos de tal monta não eram suficientes para o sustento de uma família, o qual provinha *principalmente* da agricultura”. Neste 6,5% podemos identificar que em torno de 40% dos homens desta categoria possuíam como título de propriedade, datas de terra. Os demais apresentavam-se como donos de chácara e também moradores a favor.

A situação dos moradores na condição de acesso à terra “a favor” merece algumas considerações. Em primeiro lugar, as categorias que estas famílias que viviam “a favor” estavam relacionadas com “mais lavoura” e “lavoura”. Em torno de 32% dos nomes contidos na Relação de Moradores viviam a favor na freguesia de

²¹ Cabe-nos salientar que o contexto de fundação da Freguesia de Santo Amaro é diferente do contexto de formação da Freguesia de Taquari. Esta foi fundada a partir da chegada dos casais de açorianos, enquanto que Santo Amaro serviu, inicialmente, como um armazém real, um entreposto de abastecimento das tropas do império português que navegavam, pelo rio Jacuí, para o Forte de Rio Pardo (OSÓRIO, 2015).

Taquari. Através dos nomes dos proprietários de terras as quais se encontravam arranchados, podemos concluir que, em torno de 90% dos moradores da categoria de acesso à terra “a favor” eram açorianos ou moravam em propriedades de açorianos.

Helen Osório (2007) levanta possibilidades para os arrendamentos e moradores a favor no Continente do Rio Grande de São Pedro. De acordo com a autora, a presença de arrendamentos em todo o continente foi mínima, tendo acontecido, em sua grande maioria, em terras não fronteiriças entre as Coroas ibéricas. Este fato, de acordo com a autora em questão, demonstra a não vontade de muitos filhos de migrantes açorianos de migrar para outras freguesias.

Recordamo-nos aqui da situação vivida pelo casal Antonio Machado Fagundes, o qual solicitava sua transferência para a freguesia de Taquari ainda no ano de 1768. O caso deste açoriano foi resolvido pelo governador a partir da permissão para o deslocamento de Taquari a Rio Pardo, mas com a proibição de poder solicitar uma nova de data de terra na freguesia. Antonio Machado Fagundes, na Relação de moradores de 1784 aparece como “a favor” nas terras de Mateus Teixeira, outro açoriano dono de uma carta de data de terras (RELAÇÃODE 1784 e 1786). Neste sentido, consideramos que, além do medo e das imprecisões que a migração interna que estes casais poderiam sofrer, havia também um repúdio por parte da Coroa no tangente ao deslocamento de freguesias pelos açorianos.

A terceira categoria imbricada pela Relação de moradores de 1784 diz respeito àqueles que pertenciam a categoria “lavoura”. Dos 113 moradores de Taquari, 101 encontravam-se empregados nas lavouras. Na Reação do Continente, os lavradores formavam em torno de 52,2% dos possuidores de terras (OSÓRIO, 2007). Ou seja, enquanto que em todo o Continente, pouco mais da metade dos proprietários dedicavam-se à lavoura, em Taquari era em torno de 90%.

Destes lavradores, temos muitos proprietários com uma quantidade até maior de cabeça de gado vacum do que entre os “mais lavoura”. Mateus Teixeira, dono de uma certidão de data de terras possuía, em seu plantel, 180 animais de gado de corte além de 4 bois, 4 cavalos, 100 éguas e 70 potros. A média de animais destes lavradores era de, em torno, 50 animais no total, incluindo o gado de corte além de

bois e cavalos (RELAÇÃO de Moradores que tem Campos e Animais no Continente, 1784).

Para exemplificar esta relação, trazemos o inventário de Caetano Jose Neto, falecido no ano de 1795 e morador da freguesia de Taquari (INVENTÁRIO de 1795). Caetano recebeu uma data de terras em 1771 e aparecia na Relação de moradores de 1784 ainda como dono da data de terras. Possuía, na década de 1780, 30 animais de gado vacuum além de 4 bois, 3 cavalos e 20 éguas. Além disso, a Relação demonstra-nos que vivia de suas lavouras.

Sua viúva, Tereza de Jesus, juntamente com os três filhos do casal, resolveram realizar o inventário de Jose Caetano pelo fato de que um dos seus genros estava causando sérios problemas de convívio entre a vizinhança (INVENTÁRIO de 1795) Caetano falecera deixando como bem mais preciso, além da data de terras, três escravos²². Os dois homens e a mulher escravizados valiam, cada um, a seguinte quantia:

Declarou a inventariante Tereza de Jesus ter ficado pelo falecimento de seu marido Joze Caetano Netto um escravo por Nome Fortuozo Nação Angola que sendo bem visto [...] pelos avaliadores se acharão a soma a quantia de sesenta e quatro mil reis. [...] Declarou a dita inventariante ter ficado por falecimento de seu marido sua escrava por nome Izabel cazada com o dito Fortuozo de nação Angola [...] pelos dotes se acharão a quantia de sinquenta e um mil e duzentos mil reis. [...] Declarou a inventariante ter ficado para seu casal por falecimento seu marido hum preto de nação Angola que sendo bem [...] Vinte e tres mil e duzentos reis (INVENTÁRIO de 1795, APRS).

Neste sentido, é relevante frisarmos que a possuir negros escravizados para o trabalho na lavoura era uma prática recorrente no continente de Rio Grande de São Pedro (OSÓRIO, 2007). De acordo com Helen Osório (2007), o número médio de escravos possuído pelo grupo de lavradores no continente era de 3,3 por plantel, número que se assemelha ao de Caetano José Neto, açoriano. Recordemos que em torno da metade do grupo de lavradores era composta ou por homens das ilhas ou ainda por filhos destes casais.

Isto é, a presença do negro escravizado na lavoura de pequeno porte se fez tanto no Continente bem como freguesia de Taquari. Ainda de acordo com Osório

²² Cabe salientar que como o processo de inventário era custeado pela família, apenas as famílias de mais posses faziam tal procedimento (FARINATTI, 2007). Contudo, em alguns casos, como o de Caetano, o inventário também fora realizado.

(2007) estes escravos eram utilizados para o trabalho na lavoura como uma complementação da mão de obra familiar. Contudo, acreditamos que o fato de ser uma complementação e não a única forma de trabalho não reduz o fato de este grupo de africanos terem sido subjugados e mantidos em cativeiro, sob a posse de um senhor.

Outro dado relevante no inventário de Caetano José Neto é o fato de que a produção agrícola da família girava em torno do trigo. Além das ferramentas de colheita do cereal – três foices avaliadas em duzentos e quarenta réis – arado e animais de tração (bois) foram citados no inventário (INVENTÁRIO de Caetano José Neto, de 1795). Isso pode nos demonstrar que estes açorianos, moradores da freguesia de Taquari, estavam de acordo com os produtos comercializados pelo porto de Rio Grande, onde o trigo era o terceiro produto em nível de exportação. Contudo, as freguesias de maior produção de trigo eram as de Mostardas – 48,2% das exportações – e Porto Alegre com 30,8% (OSÓRIO, 2007).

Tanto a freguesia de Mostardas quanto a de Porto Alegre receberam casais das Ilhas para o povoamento de suas regiões (LIVRO de Registros de Concessão de Datas de Terras. 1770-1773). Neste sentido, podemos considerar que o trigo era parte integrante da prática cultural açoriana. Helen Osório (2007) relaciona, diretamente, o cultivo o trigo, cereal que já era cultivado nas ilhas dos Açores, como o produto que passa a representar a principal fonte de renda e de alimento para estes migrantes.

Apoiados em Clifford Geertz (1989), com um método interpretativo de cultura, compreendemos que o indivíduo se encontra emaranhado numa teia de relações que ele próprio conseguiu tecer. Desta forma, é possível compreender que o trigo também já se integrava como um elemento cultural dos moradores das Ilhas com reflexos em Rio Pardo.

Como demonstra Graebin (2004), além do sentido econômico, o trigo representava a união da família, formando um elo entre a vida produtiva e a cotidiana. Assim, “não ter cereais possuía um significado além do econômico e do simbólico; significava não ter garantias de ter o mínimo para o consumo próprio, nem para o mercado” (GRAEBIN, 2004, p. 88). Desta forma, as relações entre os

moradores dos Açores e o ambiente, consolidados na produção agrícola do trigo, eram de fundamental importância, inclusive, num sentido cultural.

De acordo com Cristiano Luís Christillino (2004), a grande produção agrícola de Taquari, desde a fundação da freguesia até o período de emancipação de Triunfo, ocorrida em 1849, foi o trigo, que teve queda de produção a partir da segunda metade do século XIX, com uma praga de nome ferrugem. Ainda de acordo com o autor em questão, a partir de então, o trigo, muito cultivado pelos lavradores, os quais, boa parte, incluíam-se os açorianos e seus filhos e netos, passou a ser cultivado em menor escala e o grande produto de Taquari, a partir de 1850, foi a extração de madeira para a fabricação de tabuado.

Os lavradores, a partir de meados século XIX, formaram uma categoria conhecida dentro da historiografia pela difícil definição do grupo (CHRISTILLINO, 2004; OSÓRIO, 2007; GERHARDT, 2012). Neste estudo o termo caboclo é entendida como uma designação mais tardia para os lavradores. Portanto, caboclo trata-se:

[...] um dos nomes dados ao povo que descendeu do cruzamento de luso-brasileiros pobres, de indígenas e de africanos vindos ao Sul como escravos. Ele também era chamado de brasileiro, nacional, moreno, pelo duro ou 'pessoa de cor'. A ele foram associados, preconceituosamente, atributos como: pobre, preguiçoso, isolado geograficamente, morando precariamente, imprevisto, relapso, perigoso, intruso e posseiro. Por outro lado, a historiografia tem denominado esta população de trabalhadores livres, lavradores nacionais, lavradores pobres ou camponeses nacionais, em um esforço conceitual de inclusão (GERHARDT, 2012, p. 243).

De acordo com o historiador Marcos Gerhardt (2012), o lavrador nacional possuía uma relação com o ambiente de menor impacto, se comparado com a pecuária, de caráter extremamente extrativista, pois necessitava do corte da árvore para alocar os grandes rebanhos. Neste sentido, o trabalhador nacional, possuía uma relação de cultivo com a erva mate (*Ilex paraguariensis*), fazendo parte de sua produção e sustento diário. Além da venda de erva-mate, estes lavradores também a consumiam.

Na segunda metade do século XIX, as atividades econômicas de Taquari, elevado a categoria de município desde 1849, eram, principalmente, ligadas às florestas. A produção de tábuas de pinho ocupava o primeiro lugar no início da década de 1850. A serra próxima a Vila de Taquari era rica nestas madeiras e a

proximidade com a região de Porto Alegre colaborava no ramo. Em segundo lugar, a extração de erva mate e em terceiro, a extração de pedras (CHRISTILLINO, 2004). Tais extrações vinham a montar um panorama geral de produção do Vale do Taquari e dentre os cultivos agrícolas que vinham a se destacar, podem ser apontados o feijão, a mandioca e o milho (CHRISTILLINO, 2004; CARVALHO, 2002). Estes últimos eram também empregados na criação de porcos e destes, além da carne, retirava-se a banha.

É possível, então, perceber que a economia da região de Taquari ligava-se diretamente com a extração do meio natural, demonstrando uma intensa relação entre o homem e o meio, sendo que o primeiro colocava-se em posição de domínio sobre o segundo. Sendo assim, tanto a extração de madeira quanto de erva mate ou de pedras, colaborava numa alteração do meio local, e ainda, os rios se colocavam como de fundamental importância para a escoação da produção, já que o acesso fluvial era o meio mais rápido para se chegar à capital da província, Porto Alegre.

Desta forma, podemos considerar que estes descendentes de açorianos instalados em Taquari também desenvolviam atividades relacionadas com a extração do meio natural. Cabe lembrar que a Relação de Moradores de 1784 demonstrava que grande parte dos casais das Ilhas estava relacionado com as formas de produção agrícola, principalmente, o trigo (RELAÇÃO de 1784 e 1786. AHRIS). Após a crise do trigo, levantamos a hipótese de que estes descendentes – aqui formados por filhos e netos – dedicaram-se a atividades de extração, principalmente, de árvores. Além disso, o argumento defendido em nosso ponto de vista está relacionado a categoria de lavrador nacional, elencado anteriormente.

Marcos Gerhardt (2012) levanta a hipótese de que os caboclos criassem muitos animais domésticos. A exemplo, o cavalo, utilizado para o transporte e ainda animais para o consumo, seja através dos produtos que os mesmos ofereciam ou pela carne, tais como de vacas, de galinhas e de porcos. Kreutz et.al (2011), ao tratar de transportes no Taquari, salienta que muitos eram os produtos transportados pelo rio, o que pode significar pequenas produções na região. Osório (2007), ainda considera que os lavradores nacionais, ainda no final do século XVIII, tinham animais em suas propriedades e uma das funções seria o de alimentação também.

Desta forma, podemos compreender que as principais atividades desenvolvidas pelos casais de açorianos, seguido de seus descendentes, estavam relacionados com a produção agrícola. Assim, a proximidade com o rio Taquari possibilitou que o excedente da produção pudesse ser exportado para outras freguesias, principalmente o trigo. Além disso, podemos perceber que as doações de datas de terras e a proximidade com as categorias de “lavrador” e “mais lavoura” aproximaram estes açorianos e seus descendentes à categoria de “lavradores nacionais” no século XIX.

4 CULTIVOS E PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS DE DESCENDENTES DE AÇORIANOS NA PORÇÃO SUL DA REGIÃO VALE DO TAQUARI

No presente capítulo, procuramos analisar as principais atividades agropecuárias desenvolvidas pelos descendentes de açorianos. Vale salientar que neste capítulo estaremos abordando somente os descendentes de açorianos, pois procuramos observar a partir da segunda metade do século XIX, o que nos conduz para uma possível terceira geração. Para tanto, utilizaremos-nos das fontes orais associadas à revisão bibliográfica e a utilização de teóricos, para uma melhor compreensão do processo. Ademais, buscamos analisar como o uso de agrotóxicos influencia no dia a dia dos descendentes de açorianos estudados, na tentativa de compreender sobre qual aspecto os agentes químicos são entendidos, quais sejam os de *veneno* ou *remédio*. Também procuramos compreender aspectos relacionados à presença açoriana no Vale do Taquari nos dias atuais, a partir da abordagem da Longa Duração.

4.1 Cultivos envolvendo descendentes de açorianos nas microrregiões Sul, Centro e Centro-Oeste do Vale do Taquari

Conforme abordado anteriormente, as primeiras levas de casais de açorianos desembarcaram em Laguna em 1750, quando assinado o Tratado de Madri. Em seguida, alguns deles foram transportados para Rio Grande e acabaram por se estabelecer na localidade conhecida atualmente como município de Taquari, após conflitos com espanhóis. Helen Osório (2007), a partir da “Relação de Moradores” - documento que também se utilizou em capítulo anterior – destacou que os açorianos

formavam um contingente relevante dentro das categorias de “mais lavoura” e “lavradores”. Além disso, a mesma autora demonstrou como o trigo teve uma crescente proeminência dentro da tabela de exportações de produtos do porto de Rio Grande, ficando apenas atrás do charque, em primeiro, e dos couros, em segundo (OSÓRIO, 2007).

Neste sentido, destacamos que a porção territorial atualmente denominada de microrregião sul do Vale do Taquari apresenta-nos como uma área de maior incidência de descendentes de açorianos. É claro que não devemos desconsiderar as migrações internas do próprio Vale do Taquari e que descendentes de diferentes grupos se encontram ao sul do vale bem como podemos observar descendentes de açorianos em outras áreas. Contudo, historicamente temos a Região do Vale do Taquari como possuidora de três grandes processos migratórios, qual sejam de imigrantes ou descendentes de açorianos, alemães e italianos.

O trigo representou, desde o estabelecimento destes açorianos em Rio Pardo até o início do século XIX, a principal fonte de sustento e de renda para os migrantes e seus descendentes. Contudo, uma praga conhecida como ferrugem acabou por praticamente extinguir as lavouras de trigo na região (CHRISTILLINO, 2004). Após o fracasso da triticultura, ainda em meados do século XIX, a opção tomada pelos descendentes dos açorianos encontrava-se na lavoura de subsistência.

Desta forma, muitos dos produtores rurais descendentes de açorianos lembram que seus antecedentes produziam uma agricultura para o sustento da família e o excedente da produção era comercializado ou entre vizinhos, ou para regiões próximas a localidade de Taquari. É o caso do interlocutor²³, microrregião sul, em que o mesmo relata que o maior cultivo da família era o de mandioca em finais do século XIX, e que o excedente de produção era vendido para Taquari, e de lá era exportado através do rio para outros lugares (DIÁRIO de Campo, 26/10/2017).

Destacamos também o do produtor rural E6, morador do município de Cruzeiro, em que o mesmo diz que seus pais plantavam mandioca para o consumo próprio, sendo utilizada tanto na forma original, a partir do cozimento como também através da produção dos seus derivados, como por exemplo, a farinha que era utilizada para o preparo de diversos alimentos. A atafona era utilizada como

²³ Nesta pesquisa, utilizaremos sempre o artigo masculino para tratar os interlocutores, independente se for um homem ou uma mulher ou então um casal de entrevistados, numa tentativa de manter a identidade dos entrevistado em sigilo.

instrumento para a produção da farinha de mandioca, que servia para o preparo de diversos alimentos, dentre eles o beiju, prato típico da migração açoriana no Vale do Taquari (DIÁRIO de Campo, 26/10/2017). Sobre o uso da atafona, o produtor rural E1, do município de Paverama, informa:

Atafona é, como eu te disse: tem que buscar a mandioca, plantar a mandioca, arrancar a mandioca, botar na carroça, trazer e largar. Tinha uma raspadeira, aí não funcionava porque não tinha água, aí nós tínhamos que raspar à mão, assim ó, a mandioca, aí raspava a mandioca, largava dentro de um cocho, aquele cocho botava no rodízio, o rodízio moía aquela mandioca, saía a massa! Da massa a gente agarrava e botava na prensa. Na prensa, a gente tocava a prensa até secar aquela massa. Quando aquela massa estava seca, aí mexia com a mão assim, tinha uma coisa que a gente agarrava assim, né, e botava dentro do tacho do fogo. Aí era um tacho, como daqui lá assim, bem grandão, e aí tinha umas muletas dentro, que fazia assim, mexia o tacho né, ia andando em roda com aquela farinha assim, né, com a massa, até virar farinha de mandioca (E1, 21/06/13, p. 10).

A mandioca, que era utilizada para o sustento da família na alimentação dos seus integrantes, colaborava também enquanto alimento de animais, como os porcos. No caso do produtor rural E9 (2016) também do município de Tabaí, o tubérculo desempenhava, ainda no início do século XX, diferentes funções para a família, tanto como forma de alimento, como produto a ser vendido. O interlocutor também faz distinção entre mandioca e aimpim²⁴:

A mandioca é só pros animal, se a gente comer daí faz mal e o aimpim é pro gasto, pra gente comê. Aí fazia farinha na atafona, tirava o porvilho, enchia um tanque grande de porvilho, cada tanque cheio era sete saco de porvilho, aí secava e vendia, pro gasto dava pra vende. Hoje eu digo que eu compro porvilho em quilo e eu digo que eu me criei, levava a bacia uma saca cheia de porvilho e fazia a rosca (E9, 06/12/16, p. 2).

Neste sentido, é importante ressaltar o papel que a produção de mandioca desempenhava na economia local nas primeiras décadas de 1900, movimentando não apenas os mercados e comércios locais, mas também no sustento da própria família. Como é destacado pelo produtor rural E9 de Tabaí, a farinha de mandioca era vendida, tanto para os vizinhos, quanto em mercados e armazéns próximos a propriedade (DIÁRIO de Campo, 06/07/16).

Um acontecimento interessante acerca do cultivo de mandioca se deu pela década de 1940. Do total de produtores rurais entrevistados, muitos deles

²⁴ Apenas alguns dos produtores rurais entrevistados pelo projeto fazem esta distinção. Como a maioria dos produtores opta pelo termo mandioca, este trabalho o utiliza.

relataram-nos que uma nuvem de gafanhotos infestou as plantações do tubérculo por volta da década de 1940. Nas linhas a seguir, conferimos o relato de um dos produtores que testemunhou o ocorrido:

O céu ficou vermelho da cor de um pinhão e em pouco tempo, os gafanhotos começaram a cair no chão. Eram muitos e haviam destruído toda a plantação de milho. Tinha que, inclusive, cuidar para que tais insetos não adentrassem as casas, por isso janelas e portas foram trancadas. Na terra, os gafanhotos colocavam os ovos e algum tempo depois, filhotes dos mesmos começaram a nascer. Contudo, aqueles filhotes, que ainda não tinham asas, não podiam voar e passaram a comer todas as plantas que estavam a seu alcance, no chão. De acordo com o casal, aquele ano foi de muita miséria, pois os filhotes haviam comido a rama da mandioca, então a planta não cresceu. A base da dieta local havia sido destruída pelos gafanhotos (DIÁRIO de Campo, 13/07/2017b, p. 3).

Assim, podemos concluir que uma praga natural afetou diretamente a vida e a economia das pessoas que viveram aquele momento. Na microrregião Sul do Vale do Taquari, local de maior presença de descendentes de açorianos, a mandioca foi o principal alimento atingido, alcançando as famílias e desregulando as formas de reciprocidade locais, as quais seriam de troca de alimentos entre os moradores da região.

De acordo com dados extraídos de diários de campo, podemos concluir que a média de propriedade dos produtores rurais entrevistados atualmente é de 30 hectares. O produtor rural E8 (2016) nos relatou que a propriedade é da família por cinco gerações, do que podemos concluir que a mesma possa ter sido acessada por açorianos da grande leva do Edital de 1747, o que já foi referido. Esta propriedade se localiza às margens do rio Taquari e o interlocutor nos disse que os pais e avós comentavam que a propriedade era maior, em torno de 200 hectares na época do seu avô. Com as divisões de herança e ainda venda de alguns hectares, hoje a terceira geração da família acaba contando com poucos hectares (DIÁRIO de campo 19/02/16). Destacamos que é recorrente, nas entrevistas as quais fazemos que a necessidade da terra está intimamente ligada com o labor do produtor rural, sendo que poucos hectares da mesma correspondem a um menor potencial de produtividade (DIÁRIO de Campo, 18/01/2016; DIÁRIO de Campo, 19/02/2016).

A soja também foi um produto relevante na economia local do Vale do Taquari. Produzida por algum tempo por produtores da Microrregião Sul, destacamos as condições geográficas de tal microrregião, já que a área é de planícies e fica próxima ao rio Taquari, o que facilita produções do grão (DIÁRIO de

campo, 19/02/16). O produtor E8 (2016) do município de Tabaí destaca que a produção de soja na família era apenas para o consumo dos animais²⁵ e que o pai deste, já na segunda metade do século XX o fazia, sendo seguindo, a *posteriori*, pelos filhos (DIÁRIO de Campo, 06/12/16).

Segundo Kreutz et.al (2014), a soja, grão de origem asiática, teve sua entrada no Brasil a partir da imigração de pessoas de origem asiática, ainda nas primeiras décadas do século XX. No Rio Grande do Sul, durante os primeiros anos de cultivo do grão, a produção se concentrou em pequenas propriedades, com um espaço de produção entre 5 e 50 hectares, sendo o principal fim da produção o alimento de animais (KREUTZ, et al, 2014). Ainda de acordo com os autores, a produção em pequenas propriedades se estendeu até a década de 1950, quando o grão foi elevado à categoria comercial e passou a ser produzida em grandes propriedades, principalmente com o subsídio do governo.

Outros produtores tinham na soja o sustento da família, já que vendiam a mesma. É o caso do entrevistado E8 (2016) de Tabaí, que nos descreve que o grão era trocado por outros produtos, tais como erva e açúcar ou tecidos para fazer as roupas, ou então vendido em armazéns, movimentando a economia local. A soja era utilizada também para o alimento dos animais, mas a grande utilização dela era para o mercado. Contudo, devido a algumas inovações tecnológicas no mercado da soja, muitos produtores deixaram de plantá-la, pois o investimento no maquinário tornaria-se muito caro.

O interlocutor do município de Paverama teve que substituir a soja devido à concorrência de grandes produtores (DIÁRIO de Campo, 18/01/2016). De acordo com o relato do mesmo, a soja passou a ser substituída pela acácia, o que se deu acerca de trinta anos atrás, ou seja por volta de 1986. Logo em seguida, a acácia foi sendo substituída pelo eucalipto, árvore que até os dias atuais traça contornos na paisagem do sul do Vale do Taquari.

Queiroz (2011) ao analisar o papel do desenvolvimento nacional, considera importante o papel do estado enquanto provedor de um sustento econômico e também o quão o progresso técnico pode colaborar no desenvolvimento econômico, entendido pela autora como uma estrutura maior, que depende de

²⁵ Vacas, bois e porcos. As vacas, além do leite, colaboravam no transporte dos produtos, bem como na alimentação, assim como o boi e o porco. Deste último, também se utilizava a banha, gordura extraída do animal quando morto (DIÁRIO de campo, 13/07/2017b).

forças estatais e setores da sociedade. Durante os anos 1970, o governo federal colaborou com o Sistema Nacional de Crédito Rural, dando incentivo para produções de maior porte (MOURA, 2005). Neste sentido, é possível perceber que na Microrregião Sul do Vale do Taquari, o pequeno produtor ficou desassistido por uma política nacional, que promovesse o desenvolvimento econômico dos mesmos, obrigando muitos produtores rurais de pequeno porte a pensarem em alternativas para o sustento familiar.

A colonização açoriana, predominante na microrregião Sul, teve por muito tempo o trigo e a mandioca como principais produtos. Podemos perceber que a partir do crescimento da soja enquanto produto comercial - o que dificultou o cultivo em pequenas propriedades - muitos agricultores voltaram-se para o cultivo de madeira, alguns primeiro com a acácia e em seguida com o eucalipto, enquanto que outros iniciaram já com este último. Como comenta o produtor rural E7 (2016) do município de Tabaí:

O mato foi surgido depois né, aí o mato também foi substituído essas outras culturas da mandioca e se plantava soja também a soja foi ficando, pro pequeno agricultor assim ficando ruim né e aí foi substituído pelo mato a acácia né, depois eucalipto e talvez futuramente também vai se acabar já tá indo pra esse lado o eucalipto e a acácia também porque os grandes produtores começaram a plantar aconteceu a mesma coisa com o porco e a soja, os grandes produtores começaram a produzir e aí afeta o pequeno quanto tem grande quantidade uma margem de lucro pequena fica mais fácil com bastante. em cada saco de soja ou um quilo de porco vamos supor aí vai dar bastante como pequeno produtor produz pouca coisa aí não compensa. Por aí vai (E7, 18/01/2016, p. 3).

De acordo com Vital (2007), o eucalipto teve sua gênese no Brasil ainda nas primeiras décadas do século XX, apesar de já ser utilizado no século anterior principalmente como quebra-vento ou para fins ornamentais. É a partir da década de 1930 que a planta passou a ser utilizada em escala comercial, sendo usado como material para construção de casas e ainda como combustível em caldeiras. Conforme narrativa de um interlocutor de Taquari, os produtos mais produzidos nas proximidades do Taquari são o eucalipto e o arroz. Este mesmo produtor diz que não produz eucaliptos em sua propriedade, mas que é possível ver nos arredores que há bastante produtores que o fazem (DIÁRIO de campo, 13/07/2017a).

Já um outro produtor rural, identificado como E8, morador de Tabaí conta que o plantio do eucalipto começou acerca de vinte anos, sendo que o motivo principal seria uma renda extra para a família. Atualmente, a propriedade da família é de

cerca de trinta hectares, sendo que a metade dela se destina ao plantio da árvore (DIÁRIO DE CAMPO, 19/02/2016).

Neste sentido, tanto o produtor rural E8 quanto o E7, os quais produzem a madeira, vale salientar que o destino da mesma é, em sua grande parte, para as caldeiras e também para a produção de móveis em MDF, conforme segue:

O eucalipto a gente colhe e manda... a gente produz aqui na região é cortado em medida ou... madeira de metro pras caldeira né, ou toras ou postes pra energia elétrica, hoje é menos, a maioria é de concreto. Ou então 5,20m de comprimento e 2,20m que vai maciça, ela é triturada que vai pra celulose. Então hoje o comércio da madeira de eucalipto é imensa e a produção também é. E o mercado é bem amplo né (E8, 01/04/2016, p. 6).

A grande maioria das matas de eucaliptos no Brasil são para a produção de papel (VIDAL, 2007). Na região do Vale do Taquari, pode-se perceber que o eucalipto insere-se de maneira um tanto diferente da nacional, já que os fins variam. O Rio Grande do Sul não está entre os maiores cultivadores de eucaliptos do Brasil, mas na microrregião sul do Vale do Taquari é possível observar que a planta está presente na paisagem local, contribuindo para o desenvolvimento econômico da região.

Desta maneira, é possível constatar que eucalipto colabora no desenvolvimento econômico local, já que no município de Tabaí, a produção agropecuária representa boa parte do Produto Interno Bruto (PIB) do município, enquanto que no município de Taquari, conforme IBGE (2006), há cerca de quatro mil hectares destinados à utilização de terras para a floresta.

4.2 É veneno ou é remédio? Uso de agrotóxicos por produtores rurais descendentes de açorianos nas Microrregiões Sul, Centro e Centro-Oeste do Vale do Taquari

Ao longo das saídas de campo, nas quais são realizadas as entrevistas com os produtores rurais, um dos dados que aparecem constantemente na pesquisa é acerca do uso de agrotóxicos. Destacamos que, nesse sentido, em todas as microrregiões do Vale do Taquari encontramos relatos de produtores que se utilizam destes químicos para a produção e cultivo de plantas.

A utilização de agrotóxicos no Brasil tem sua gênese em torno dos anos de 1960-1970, a partir de uma política conhecida como o Sistema de Crédito Rural (SNCR), que vinculava a concessão de empréstimos aos produtores a partir de uma fixação de um percentual que deveria ser gasto com agrotóxicos, considerados, então o grande símbolo da modernidade no campo (MOURA, 2005). Essa política pública passou a ser concedida em um momento de expansão da indústria de agroquímicos pelos países da América Latina, África e Ásia (MOURA, 2005).

Regina Horta Duarte (2005) destaca que em finais da década de 1950 já havia uma discussão acelerada em países com um grau de desenvolvimento superior, tais como Estado Unidos e alguns países europeus acerca da influência do uso de agrotóxicos tanto para o meio ambiente quanto para a saúde humana. Duarte (2005) menciona o livro “Primavera Silenciosa” lançado em 1962 pela bióloga Rachel Carson em que há uma crítica ao uso dos pesticidas na agricultura, que alardeava a todos os cantos os perigos iminentes da chamada Revolução Verde:

[...] [a publicação do livro] teve verdadeiro efeito de uma “farofa no ventilador” do otimismo desenvolvimentista, que alardeava a todos os cantos ter empreendido uma “revolução verde”, ao introduzir o uso maciço de pesticidas na agricultura após a Segunda Guerra Mundial, dinamizando a produção de alimentos como nunca. O livro caiu como uma mosca na sopa dos consumidores, pois afirmava e buscava demonstrar que os efeitos a longo prazo na saúde das pessoas e no meio natural seriam absolutamente desastrosos [...] (DUARTE, 2005, p. 20).

Com a reprovação da produção e consumo dos agroquímicos, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, as empresas criadoras destes produtos passaram a migrar para regiões menos desenvolvidas, dentre elas o Brasil. De acordo com Nara Núbia Moura (2005), em um estudo sobre o uso de agrotóxicos no cultivo de tomate por pequenos produtores no estado do Rio de Janeiro, os primeiros usos mais intensivos de pesticidas e herbicidas se deu a partir da década de 1970, justamente o período conhecido como o *boom* nacional na economia.

No caso brasileiro, ainda de acordo com Moura (2005), as grandes transnacionais, quando aqui chegaram encontraram condições favoráveis para uma rápida expansão das vendas e do consumo interno. Moura (2005, p. 7) ainda adverte que “como decorrência dessa atuação do Estado, amparado por uma legislação que pouco se preocupou em proteger a saúde ambiental e dos grupos

populacionais envolvidos, hoje vivenciamos [...] uma diversidade de riscos associados ao uso indiscriminado” destes produtos agroquímicos.

O estudo de Moura (2005), já referido, serve como uma referência para compreendermos o uso de agrotóxicos por parte de produtores rurais. De acordo com dados da autora, os produtores rurais são aqueles que mais sofrem com o uso direto de tais produtos, principalmente a partir de intoxicações, pois grande parte do trabalho é feita, ainda, de forma manual.

Outro estudo relevante para a construção dessa perspectiva de análise é o livro de Frederico Peres e Josino Costa Moreira (2003), intitulado como “É veneno ou é remédio?”. Na introdução do livro os autores destacam que o termo “remédio” foi cunhado pelas multinacionais produtoras destes agroquímicos, pois os mesmos salvariam as colheitas de pestes e outras doenças. Ainda de acordo com os autores, atualmente o Brasil aparece entre os dez maiores consumidores de agrotóxicos do mundo.

Por muito tempo, os agrotóxicos foram associados à ideia de “defensivos agrícolas”. Contudo, como salientam Peres e Moreira (2003), estudos do grupo de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o termo “defensivo agrícola” carregaria uma conotação errônea de que as plantas seriam completamente vulneráveis à ação de pragas e doenças, e ainda esconderia o efeito negativo dos agrotóxicos para a saúde humana.

Assim, ainda de acordo com os autores referidos no parágrafo anterior, o termo mais correto seria o de agrotóxicos. Portanto, salientamos que o termo que utilizaremos para esta pesquisa será o de *agrotóxicos*. De acordo com o Decreto nº 4.074 de 2002, o termo corresponde o seguinte:

Agrotóxicos e afins - produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (BRASIL, Decreto nº 4.074, de 04/02/2002, texto digital)

Amparados por estes estudos, destacamos que as perguntas acerca do uso de pesticidas giravam em torno do termo *agrotóxicos*. A tentativa era justamente compreender qual a impressão que os produtores rurais descendentes de açorianos possuíam acerca de tais agentes, se os consideravam *remédios* ou *veneno*. O número de produtores rurais descendentes de açorianos entrevistados são de onze.

Quando perguntados sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), a afirmação, durante a entrevista, foi de que todos os interlocutores utilizavam o equipamento. Não temos como confirmar a afirmativa dos entrevistados, porque durante a entrevista, eles podem ter se sentido compelidos a afirmar tal prerrogativa. O que podemos considerar é que estes produtores conhecem a existência de tais equipamentos, sendo que alguns deles são mencionados durante as entrevistas (DIÁRIO de Campo 04/12/2014; DIÁRIO de Campo, 13/07/2017b).

De acordo com Sznitowski e Menegon (2012), os Equipamentos de Proteção Individuais são luvas, respiradores, viseira facial, boné árabe, jaleco e calça, avental e botas. Um dos produtores rurais de Taquari afirma que os vizinhos também utilizam os EPIs quando trabalham com os agrotóxicos (DIÁRIO de Campo 13/07/2017b).

Assim, consideramos que as discussões que acontecem na nossa sociedade também são levadas em conta pelos produtores rurais. Consideramos aqui, a partir do antropólogo Clifford Geertz (1989), que o homem se encontra envolto em uma teia de relações que ele próprio teceu. Desta forma, as pesquisas de campo têm demonstrado que os produtores rurais das microrregiões Sul, Centro e Centro-Oeste do Vale de Taquari acompanham os debates referentes ao uso e consumo de agrotóxicos que acontecem tanto na mídia quanto no dia a dia da sociedade.

Muitos produtores rurais acreditam que o uso de agrotóxicos se faz necessário. Moura (2005) destaca que o discurso vendido ainda na década de 1980 pelas grandes empresas produtoras destes agentes químicos seria de que os agrotóxicos seriam os responsáveis pelo aumento da produção e, conseqüentemente, a erradicação da fome no mundo. Esse discurso, pode ser observado em algumas falas de produtores rurais.

Podemos considerar, portanto, que os agrotóxicos fazem parte da rotina de trabalho destes produtores. Do total de produtores entrevistados, cinco confirmaram o uso de tais agentes químicos. Contudo, cinco produtores entrevistados são idosos e aposentados, não dedicando-se mais ao trabalho no campo. Portanto, de um total de onze entrevistados, podemos considerar seis que ainda possuem algum vínculo de trabalho com o mundo rural e desta seleção, mais de 80% dos entrevistados utilizam os agrotóxicos como uma ferramenta para o aumento da produção, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Uso de agrotóxicos por produtores rurais descendentes de açorianos no Vale do Taquari/RS

Produtor	Uso de agrotóxico	Forma de produção	Tamanho da Terra	Local
E1	s/r	s/r	s/r	Paverama
E2	s/r	Eucalipto	30ha	Paverama
E3	Sim	hortaliças	10ha	Taquari
E4	Sim	Leite (milho) e hortaliças	19ha	Taquari
E5	s/r	s/r	12ha	Bom retiro do sul
E6	Sim	Arroz	240ha	Cruzeiro do Sul
E7	Sim	Eucalipto	s/r	Paverama
E8	Não	Hortaliças	20ha	Taquari
E9	Sim	Eucalipto	25ha	Tabaí
E10	s/r	s/r	Há	Tabaí
E11	s/r	s/r	10ha	Tabaí

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Diários de campo e entrevistas realizadas pelos projetos de pesquisa “Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações” e “Identidades Étnicas na Bacia Hidrográfica Taquari/Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais”, ambos da Univates durante os anos 2013 a 2017.

Quando questionados sobre o uso de produtos químicos no cultivo de plantas, alguns dos interlocutores respondem que a utilização dos mesmos se dá pela necessidade de contenção de pragas e também pela *vantagem* econômica. Sobre isto o entrevistado E3 (2014), relata o seguinte:

E- Vocês utilizam agrotóxicos?

E3 - Assim, ó, eu boto meu adubinho, tem que botá, exterquinho sabe, boto exterco e quando mais assim, mais o pepino as vezes, qui pedi mais outras coisinhas que a gente né, tem valor passa prá, os produto assim, assim a

genti tem quibotá, uma coisinha da mosca prá não dá aquela bichinha, né, mais a gente controla, a umidade que a gente tem que colocá a irrigação né, dá umidade si não dá peste, i mais as outra cultura não, tudo natural, a não ser exerce assim prá adubo, mas indo bem o pé, mais nada, outras coisa, até gosto muito de um alface então meu deus, agora eu to sem alface, o pepino, nos tamo pensando em largá um pouco os pepino, dá muito trabalho, ficá muito ruim sabe, ela até peste i, im terra pra trabalhar em cima di produto e tentá fazê alguma coisa prá não si entristece tanto né... (E3, 14/03/2014, p. 17-18).

O entrevistado E4 (2014) também informa que o uso de agrotóxicos é recorrente na região, sendo uma prática seguida por muitos dos vizinhos, os quais se utilizam da capacidade de liquidação de pragas dos agentes químicos para benefício da produção. Neste sentido informa:

E4- É que pro pequeno agricultor isso é bom porque não precisa ficar capinando né, não precisa de tanta mão-de-obra né, não precisa ficar ali em cima né. Pro grandw também, porque se ele quer, que tem terreno gigante, se ele qué passa veneno, vai assim, em questão di um dia só já tá pronto, né. Só que o problema é depois, quem é que vai comer, consumir isso aí né (E4, 04/12/2014, p. 15-16).

Corroborando para a questão o produtor rural morador de Tabaí relata o primeiro uso de agentes químicos na região. Um trecho do diário de campo realizado com o produtor em questão traz a seguinte informação:

Nos disse que o primeiro veneno era um para formigas, chamado “Tatu”, que vinha em uma latinha, bem pequena. Esse tipo de químico era utilizado para matar as formigas e, de acordo com ela, após a morte de uma pessoa (que ela disse que não acredita que tenha relação, mas as pessoas acreditavam que sim) ninguém o levava para casa. O “Tatu” após usado, era escondido nas tocas, justamente para não se levar para casa. Ela disse ainda que o mesmo matava as formigas muito rapidamente e que havia muitas delas nas propriedades. Esse agrotóxico “era danado” e, pelo o que a mesma se lembra, ele já era utilizado pela família antes do 18º aniversário dela (DIÁRIO de Campo, 13/07/17a, p 4).

Como o entrevistado possui uma idade superior aos 80 anos, acreditamos que este primeiro uso se deu em meados do século XX. Cabe ressaltar que este mesmo interlocutor mencionou o termo veneno sem que o induzíssemos a isso. O uso do termo veneno é comum por produtores rurais entrevistados na microrregião sul do Vale do Taquari. Podemos constatar que dentre os produtores rurais entrevistados, nenhum deles utilizou o termo *remédio* e que alguns deles se utilizaram de *veneno*. Esta oposição dos termos foi melhor verificada por Moura (2005) ao pesquisar cultivadores de tomates em Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro.

Desta forma, compreendemos que os interlocutores desta pesquisa conhecem os malefícios do uso de agrotóxicos. Contudo, aqueles que ainda utilizam o fazem por necessidades econômicas como, por exemplo, o aumento da produção e a substituição da mão de obra familiar pelos agentes químicos.

4.3 No vai e vem do tempo histórico: migração açoriana na perspectiva da longa duração

A migração de gentes das Ilhas para o Continente do Rio Grande de São Pedro se deu ainda em meados do século XVIII. O estabelecimento de casais no que hoje conhecemos pelo território do Vale do Taquari, conforme aborda em capítulo anterior ocorreu, por volta da década de 1750, pois já havia açorianos entre os rios Caí e Taquari no Rol de Confessados da freguesia de Triunfo do ano de 1758 (ROL de Confessado Freguesia de Triunfo de 1758).

Ao se estabelecerem nas novas terras, estes migrantes passaram a produzir e se relacionar, seja com o ambiente local ou com os demais moradores. Assim, (re)significaram práticas e saberes. Cleusa Graebin (2004) reporta-se a um fato curioso entre os açorianos estabelecidos no Continente do Rio Grande de São Pedro. Ou seja, como os moradores das Ilhas desconheciam enchentes, as primeiras casas foram construídas às margens dos rios. De acordo com a autora, no recém povoado de Taquari, houve uma chuva torrencial, que acabou por elevar a quantia de água do rio e assim provocou enchentes. Como os moradores desconheciam o fenômeno, as casas às margens dos rios foram inundadas (GRAEBIN, 2004).

Este é um reflexo que pode ser observado na longa duração. Nas sucessivas saídas de campo em busca de produtores rurais descendentes de açorianos, costeamos o rio Taquari, e podemos perceber que as casas às margens do leito do rio possuem uma estrutura mais elevada, justamente pela necessidade de se *escapar* do fenômeno. Não estamos dizendo que este é um reflexo na longa duração relacionado apenas com descendentes de açorianos, mas é uma marca efetiva da relação entre homem e natureza.

Neste item pretendemos discutir alguns aspectos que cercam a presença açoriana na região até os dias atuais. Para isso, utilizaremos a abordagem da longa duração proposta pelo historiador francês Fernand Braudel. O autor, em um artigo publicado na década de 1960 propunha uma forma de análise das estruturas a partir de um tempo longo, na tentativa de compreender processos e similitudes que acompanham a trajetória humana ao longo da história.

De acordo com Braudel (1965), essa duração na escala do tempo também é base atual da vida social. Assim, a necessidade de se compreender os tempos múltiplos da história humana se torna um imperativo para o processo de fazer história. Ainda de acordo com Braudel (1965), a história tradicional, atenta ao tempo breve e aos acontecimentos políticos estava restrita a uma ineficácia operacional. O tempo de média duração, entre vinte e cinquenta anos ajuda no entendimento de processos econômicos, mas não colabora no entendimento de processos históricos culturais. Assim, de acordo com o referido autor, a longa duração, responsável por compreender períodos superiores a um século, contribui nas inquirições acerca dos processos socioculturais. Neste sentido:

Entre os tempos diferentes da história, a longa duração apresenta-se, assim, como uma personagem embaraçosa, complicada, muitas vezes inédita [...]. Para o historiador, admiti-lo é prestar-se a uma mudança de estilo, de atitude, a uma mudança de pensamento, a uma nova concepção de social. E familiarizar-se com um tempo mais lento, por vezes quase no limite do instável [...]. Todos os andares, todos os milhares de andares, todos os milhares de fragmentos do tempo da história são compreendidos a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade; tudo gira em torno dela” (BRAUDEL, 1965, p. 271).

Desta forma, procuramos entender algumas das marcas da presença açoriana no Vale do Taquari que nos alcançam até os dias atuais. Em vista disto abordaremos acerca de duas perspectivas desta presença, sendo uma a influência da religiosidade e outra a respeito dos sabores proporcionados pelo cultivo da mandioca.

Um dos eventos marcantes, ainda no conjunto de Ilhas dos Açores, onde os constantes abalos sísmicos das primeiras décadas do século XVIII causaram efeitos de pânico e medo para os moradores (GRAEBIN, 2004). Das nove ilhas que formam o arquipélago, apenas a ilha do Faial não foi atingida, fato que incorreu, de acordo

com Graebin (2004), em uma festa anual de agradecimento em honra da imagem do Santo Cristo.

Estes migrantes que se deslocaram dos Açores para o povoamento das terras meridionais americanas carregavam consigo fortes traços de religiosidade. Além da presença cristã em associação com o Estado Absolutista português, devemos considerar que estas pessoas eram carregadas de subjetividade e consciências de mundo diferentes da nossa consciência hodierna.

Assim, a partir de Fragoso e Gouvêa (2010), consideramos que estes migrantes possuíam uma visão corporativa de sociedade e que esta percepção migrou juntamente com o deslocamento humano destes ilhéus. Ainda de acordo com os historiadores, tal sociedade corporativa era marcada por um sistema de normas, “ou, se preferirem, como um emaranhado de estruturas ou de relações sociais” (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 15). Assim, a cabeça, que comandaria o corpo, seria marcada pela figura do monarca, e as demais partes do corpo, formadas pelos membros inferiores e superiores, desempenhariam funções específicas.

Martha Hameister (2014) salienta que havia corpos sociais para onde quer que se olhasse: Igreja, praticantes, exército etc. Portanto, “no olhar que mira do mais simples ao mais complexo, o Estado e a Igreja são os mais amplos e abrangentes” o que, ainda de acordo com a autora seria “mais difícil [...] de determinar o limite da porção menor desses corpos que preservava todas as suas propriedades” (HAMEISTER, 2014, p. 91).

Ainda de acordo com Hameister (2014), nessa concepção de sociedade, em que a analogia do corpo humano serve de base para o entendimento das relações sociais, a relação com a religiosidade também se fazia presente. Assim, estes homens e mulheres que migraram do conjunto de ilhas dos Açores carregavam consigo os ensinamentos cristãos e passaram a replicar nas novas moradias²⁶.

Desta forma, a partir do prisma religioso, reflexos na longa duração podem ser observados. Dos onze produtores rurais selecionados para esta pesquisa, todos

²⁶Cabe salientar que no Brasil a união entre Estado e Igreja Católica, somente deixou de existir com instauração da República no Brasil.

se disseram seguidores da Igreja Católica. Fiéis à tradição católica, muitos entrevistados relataram que o casamento entre pessoas de religiões diferentes era considerado um sacrilégio e visto com maus olhos pela círculos sociais de seus pais e avós, o que nos leva ao início de 1900 até 1950.

De acordo com Cleusa Graebin (2004), o cotidiano dos ilhéus recém arranchados no Continente de Rio Grande de São Pedro era povoado por rituais, dentre eles as práticas de benzedura. Ainda de acordo com a autora, o perigo do quebranto povoava o imaginário dos pais açorianos, que buscavam na figura da benzedeira a solução para os males enfrentados pelos filhos.

Essa herança permanece no Vale do Taquari. Um produtor rural de Taquari informou que até hoje é comum levarem as crianças para serem benzidas, principalmente aquelas com as quais acreditam que estejam com o quebranto (DIÁRIO de Campo 13/07/2017). Além disso, alguns produtores costumam “benzer o tempo”, quando há a formação de um temporal. De acordo com um produtor rural de Tabaí, o ato de benzer o tempo se dava ao levantar um machado “contra aquele tempo que se armava” e fazer algumas rezas.

Não só de continuidades vive a longa duração. Braudel (1965) alerta-nos para compreendermos as transformações ocorridas ao longo da passagem dos grupos humanos sobre a terra. O fato referido em linhas anteriores, acerca da festa anual que acontecia em Horta (Ilha do Faial) em homenagem à imagem Santo Cristo devido aos tremores de terra não registrados em tal ilha ainda nas primeiras décadas do século XVIII pode ser considerado um reflexo do imaginário popular e da forte presença de religiosidade dos açoritas, em uma sociedade ainda com traços do Antigo Regime.

Consideramos que tais concepções migraram juntamente com os açorianos. Contudo, tais estruturas mentais não encontraram resquícios nos dias atuais. Em saídas de campo e conversas com os produtores rurais, uma das perguntas realizadas a eles era acerca dos medos sobre os eventos naturais, sobre os quais o ser humano não possui domínio. Muitas foram as respostas relacionadas com o fato de não acreditarem ser um castigo ou uma bênção divina quando as plantações

eram afetadas ou não por tais acontecimentos (DIÁRIO de Campo, 26/10/2017; DIÁRIO de Campo, 13/07/2017).

Outro resquício da longa duração possível de se ver na microrregião sul do Vale do Taquari acerca da presença açoriana é o cultivo da mandioca. De acordo com Carvalho (2002), a mandioca, um tubérculo de origem americana, passou a ser plantada pelos açorianos a partir da chegada em terras americanas. Conforme demonstrado em capítulo anterior acerca do cultivo de mandioca e que consta no inventário de Caetano José Neto. A inventariante, sua mulher Tereza de Jesus, declarou que havia ficado, na data da morte do marido, dezoito alqueires de farinha de mandioca.

Desta forma, supomos que o cultivo de mandioca tenha passado as gerações e se estabelecido até os dias atuais. A mandioca e o processo de cultivo da planta não representavam apenas uma garantia de alimento e sobrevivência econômica uma vez que tinha um significado social e cultural na medida em que as pessoas se reuniam em volta das atafonas para o preparo, tanto da farinha de mandioca quanto de demais derivados dela. De acordo com um produtor rural de Tabaí, a atafona representava a união da família, amigos e vizinhos (DIÁRIO de Campo, 13/07/2017).

Como a produção da farinha da mandioca se dava no inverno, logo após a colheita do tubérculo, as atividades na atafona também eram nesse período. Dessa forma, as pessoas se arranchavam próximos ao fogo da estrutura e cantavam cantigas para que a noite passasse mais depressa e assim se afugentar do frio (DIÁRIO de Campo, 25/02/2014).

Assim, acreditamos que a reciprocidade entre os vizinhos era uma prática constante na vida dessas pessoas. Podemos elencar a hipótese de estratégias de sobrevivência dessas pessoas, pois na tentativa de buscar as melhores condições de vida, a prática da reciprocidade tornava-se uma possibilidade. Desta forma, tal prática não dava-se apenas por bons atos entre as pessoas, mas justamente na tentativa de se colocar bem frente às imposições da vida cotidiana.

Giovanni Levi (2000), no livro “A Herança Imaterial”, compreende o significado de estratégia a partir da assunção de racionalidade específica. O autor trata dessa possibilidade para sociedades do Antigo Regime ou então com resquícios dela

(FRAGOSO; GOUVÊA, 2010), a partir da ideia de que haveria um sistema estruturado dado e que este sistema estava sujeito a falhas e imprecisões, pois estaria em constante movimento, facilitando a busca de variadas estratégias de sobrevivência por homens e mulheres do período. Aqui, no período proposto, não estamos falando em sociedades de Antigo Regime nem com resquícios dela, mas consideramos o conceito de estratégias adotado por Levi (2000), justamente por acreditarmos que algumas heranças nos alcançam na longa duração.

Outra ideia lançada por Levi (2000), no referido trabalho, é acerca da concepção de sociedades do Antigo Regime. De acordo com o autor, a visão tradicional seria de que tais sociedades estavam vinculadas em um ritmo lento, de pessoas sem estratégias próprias de sobrevivência ou ainda sobre uma visão idílica dos processos, calcado na ideia de que não havia conflito entre as pessoas pertencentes aos grupos. Concordamos com o autor ao discordar de tal visão justamente com dados do inventário de Caetano José Neto, no qual a inventariante solicitava abrir o processo, pois o seu genro estaria causando problemas na vida cotidiana da comunidade.

Uma visão idílica, poderíamos dizer de senso comum, é a de que as comunidades do interior do Vale do Taquari, já no século XX, também eram regadas por laços de solidariedade recíproca, sem que houvesse interesse, ou então, o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência. Consideramos, a partir das entrevistas realizadas com produtores rurais descendentes de açorianos e ainda inspirados nos escritos de Levi (2000) que os laços de reciprocidade estabelecidos pelos mesmos seriam referentes à adoção de uma estratégia de sobrevivência socioeconômica.

Assim, a troca de alimentos relatada por muitos dos entrevistados pode ser vista como uma estratégia. Essa troca entre os vizinhos, de acordo com os produtores rurais se dava em maior quantidade antes do estabelecimento da energia elétrica na região e compra de eletrodomésticos tais como a geladeira (DIÁRIOS de Campo, 26/10/2017; DIÁRIO de Campo, 26/06/2016; DIÁRIO de Campo 13/07/2016; DiÁRIO de Campo, 13/07/2016). A carne de gado, por exemplo,

da qual em partes era feito charque²⁷, também era levada para um vizinho, que, quando procedia no ato de sacrificar o animal para o consumo, devolvia o gesto (DIÁRIO de Campo, 06/07/2016). A partir deste exemplo da carne de gado, acreditamos que os laços de reciprocidade eram elevados à categoria de estratégias de sobrevivência adotadas por estas pessoas.

A realização de tarefas em conjunto, na lida no campo, também pode ser considerada uma estratégia. De acordo com os entrevistados, a prática de colaborar nas colheitas dos vizinhos era uma constante. Desta forma, havia uma troca entre os produtores rurais, a qual muitos denominavam de *pixurum*. De acordo com o produtor rural E2 (2013):

(...)na agricultura eles realizavam os multirões, né, o *pixurum*, que é a mesma coisa. E durante o trabalho de capina ou de derrubada das árvores, porque eles derrubavam as árvores pra fazer roça (...). E o trabalho era todo braçal, pra derrubar as árvores era de machado e tanto na capina como na derrubada das árvores eles tinham uma toada, eles cantavam. Eles capinavam e cantavam, e derrubavam de machado e cantavam também, era uma toada própria, que também não sei mais (E2, 12/07/2013, p. 5).

Desta forma, podemos compreender que, vista a partir do panorama da longa duração, ações desenvolvidas por estes produtores rurais e seus antecedentes privilegiavam formas de estratégias de sobrevivência. Assim, Levi (2000) demonstrou que a sociedade do Antigo Regime não era composta apenas por pessoas inconscientes, mas dispostas a uma racionalidade seletiva, temos, guardadas as proporções, estratégias de sobrevivência cotidiana empregadas pelos entrevistados.

Desta forma, buscamos compreender como a presença açoriana na região que atualmente conhecemos como Vale do Taquari foi se solidificando, de modo que podemos perceber traços ainda nos dias atuais. Assim, uma das fortes características da microrregião sul do Vale, o plantio de mandioca, pode ser visto como uma grande influência da presença açoriana em terras brasileiras.

²⁷ Colocar sal na carne e deixar, por algum tempo, no sol para que a mesma secasse (DIÁRIO de Campo 05/07/2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região que hoje conhecemos como Vale do Taquari possui fortes resquícios da migração açoriana, que passou a acontecer, principalmente, a partir do século XVIII. Em dois séculos e meio de presença no Vale do Taquari, principalmente na microrregião sul, ainda percebemos uma relação com o processo, principalmente na cidade de Taquari, freguesia criada em 1764 após a chegada de açorianos.

O que se apresentou nas linhas acima é resultado foi uma tentativa de compreensão de um dos maiores processos migratórios de gentes das ilhas para o atual Sul do Brasil. Partimos da freguesia de Taquari e a disposição dos casais para compreender como essas pessoas se estabeleceram nas novas terras, criaram laços e relações, fosse com o meio ambiente ou então com as pessoas a sua volta. Houve também a tentativa de perceber aspectos na longa duração, dos quais alguns nos alcançam nos dias atuais e outros se perderam ao longo do processo histórico, inerente a ele.

A primeira hipótese que buscamos alcançar dizia respeito à disponibilidade dos casais açorianos no Continente de Rio Grande de São Pedro e as ideias adjacentes da Coroa portuguesa sobre tal processo migratório. Assim, no segundo capítulo procuramos compreender qual o ambiente de inserção desses migrantes às margens do Rio Taquari e a influência que os meios fluviais tiveram sobre o processo migratório. A hipótese da qual partimos centrava a análise do arranhamento dos açorianos em terras americanas a partir das intenções de proteção das fronteiras (culturais, políticas e étnicas) do império português. Desta forma, tanto os documentos analisados quanto a revisão bibliográfica nos indicaram que os açorianos formaria um *cordão* de proteção para os grandes estancieiros além de resguardar o idioma português em um espaço fronteiriço. Para tanto, os objetivos centravam-se na análise do processo de acessar a terra por parte dos migrantes e

também a compreensão da estrutura produtiva dos açorianos na freguesia de Taquari.

A segunda hipótese que traçamos estava relacionada com a tentativa de compreender os motivos de saída dos moradores das Ilhas dos Açores, na qual partimos da presunção de que os acontecimentos de ordem natural influenciaram diretamente o processo migratório e a busca de novas terras. Além de confirmarmos a hipótese, a revisão bibliográfica indicou outros fatores como o processo de herança da sociedade do Antigo Regime português e a disputa por terras, escassas nas freguesias do Arquipélago. Neste sentido, procuramos alcançar os objetivos de compreender o processo de migração dos açorianos a partir da situação de litígio e fronteira entre as Coroas ibéricas e analisar os motivos da migração de casais das Ilhas para o Continente de Rio Grande de São Pedro.

A análise dos documentos, principalmente a Relação de Moradores que tem Campos e Animais no Continente de 1784, corroborou nesta afirmativa, principalmente pelo fato de que a maioria dos açorianos estabeleceu-se na categoria de “lavradores”. Contudo, algumas questões não conseguimos alcançar da forma como gostaríamos neste capítulo, principalmente o questionamento, por exemplo, da categoria de lavradores, pois o maior possuidor de gado *vacum* na freguesia de Taquari se declarava “lavrador” enquanto que outros possuidores de terra com menor número de cabeças de gado encontravam-se na categoria “mais lavoura que criação”, por exemplo. Neste caso, acreditamos que um estudo de caráter serial associando a “Relação” a outras fontes, tais como inventários *post mortem* e outros documentos de origem variada, pode contribuir para tal discussão.

Referente à terceira hipótese, buscamos compreender os alcances da migração açoriana na longa duração. Assim, tentamos compreender quais os cultivos e produções agropecuárias desenvolvidas pelos açorianos e seus descendentes desde o estabelecimento ainda na década de 1750 até os dias atuais. Para alcançar tal hipótese, reportamo-nos aos objetivos de analisar as relações com o ambiente local que os descendentes de açorianos possuem atualmente e averiguar as permanências e mudanças tanto sociais quanto econômicas e culturais ainda presentes na região.

A partir do conceito de longa duração do historiador francês Fernand Braudel, partimos da suposição de que os costumes religiosos se mantiveram, assim como o cultivo da mandioca, planta que passou a ser cultivada por açorianos na chegada à América e passou a representar significações para o grupo. Alguns dos aspectos da hipótese de continuidade foram confirmados, como por exemplo, no sentido que todos os entrevistados descendentes de açorianos se disseram católicos. Contudo, não tivemos afirmações no tocante à crença de que acontecimentos de ordem natural seriam entendidos como castigos divinos. Assim, aspectos da migração açoriana permanecem na longa duração bem como rupturas aconteceram, tal como afirma Braudel.

Além disso, podemos perceber que o cultivo de mandioca se manteve como um costume desde a chegada dos casais de gentes das ilhas na região. Analisamos e concluímos que o cultivo da mandioca não se dava apenas para fins econômicos e alimentares, mas era entendido como um símbolo daquele grupo. Neste sentido, traçamos algumas linhas acerca do desenvolvimento de estratégias adotadas pelos mesmos, a partir da hipótese de que a reciprocidade entre os vizinhos se dava por necessidades econômicas. Desta forma, procuramos não reduzir os produtores rurais à perspectiva de uma visão idílica sobre as sociedades rurais dos séculos XIX e XX, mas sim a partir da assunção de uma racionalidade específica, que, guardadas as proporções, assemelha-se àquela traçada por Giovanni Levi sobre sociedades do Antigo Regime.

Além disso, experimentações metodológicas foram feitas. Partimos dos aportes da história ambiental e da história agrária, além do conceito de longa duração de Braudel, já abordado em linhas anteriores, para a realização desta pesquisa. Em alguns momentos faltaram-nos fôlego para prosseguirmos com análises mais detalhadas acerca dos processos históricos que tangem a migração açoriana para a freguesia de São José de Taquari e os aspectos que nos alcançam até hoje.

A relevância da história ambiental se deu justamente na perspectiva de compreender os aspectos tangentes às relações desenvolvidas entre os migrantes açorianos e o meio ambiente, os quais, muitas vezes são esquecidos ou deixados de canto pela historiografia. A história agrária contribui neste estudo para

compreendermos a disposição e o alcance de terras pelos ilhéus em terras de disputa, tanto entre as Coroas ibéricas, como por disputas internas entre proprietários portugueses e luso-brasileiros. Além disso, colaborou no sentido de trazermos aspectos referentes ao cativo de africanos por migrantes açorianos, fazendo com que compreendêssemos que a o ato de subjugar pessoas no Continente do Rio Grande de São Pedro não fosse realizado apenas por proprietários de grandes extensões de terras.

Este trabalho não se propõe a ser uma conclusão. Propõe-se, antes de tudo, a discutir questões pertinentes ao processo migratório de açorianos para o Rio Grande do Sul. Assim, esperamos que este estudo sirva não apenas de apoio como também de inspiração para novas pesquisas acerca de tal processo migratório. Com certeza, há muito o que se pesquisar e problematizar.

6 REFERÊNCIAS

6.1 Documentais

ACERVO do Museu Costa e Silva de Taquari. Planta do Forte de Taquari, 1764.

BRASIL. **Decreto 4.074, de 4 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a importação, a exportação, o destino final resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=515>> Acesso em 29 de maio de 2017.

CARTAS topográficas do continente do Sul e parte meridional da América portuguesa com as batalhas que o Ilmo. e Exmo. conde de Bobadela ganhou aos índios das missões do Paraguai. Recopiladas pelo governador e capitão general de São Paulo, dom Luis Antônio de Souza Botelho Mourão. [S.l.: s.n.], [1775]. 25 p., il., 50 x 70 cm. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1461104/mss1461104.pdf>. Acesso em: 12 JUL. 2017.

DIÁRIO DE CAMPO de 20 de junho de 2013. **Projeto Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações**. Visita a descendentes de açorianos. Paverama. Lajeado: Univates, 2p.

DIÁRIO DE CAMPO de 25 de fevereiro de 2014. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações**. Visita a descendentes de açorianos. Taquari. Lajeado: Univates, 2p.

DIÁRIO DE CAMPO de 04 de dezembro de 2014. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações**. Visita a descendentes de açorianos. Taquari. Lajeado: Univates, 3p.

DIÁRIO DE CAMPO de 26 de junho de 2015. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações**. Visita a descendentes de açorianos. Cruzeiro do Sul. Lajeado: Univates, 4p.

DIÁRIO DE CAMPO de 18 de janeiro de 2016. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações**. Visita a descendentes de açorianos. Paverama. Lajeado: Univates, 4p.

DIÁRIO DE CAMPO de 19 de fevereiro de 2016. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações**. Visita a descendentes de açorianos. Taquari. Lajeado: Univates, 2p.

DIÁRIO DE CAMPO de 26 de junho de 2015. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações**. Visita a descendentes de açorianos. Tabaí. Lajeado: Univates, 3p.

DIÁRIO DE CAMPO de 06 de julho de 2016. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações**. Visita a descendentes de açorianos. Tabaí. Lajeado: Univates, 3p.

DIÁRIO DE CAMPO de 19 de fevereiro de 2016. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações**. Visita a descendentes de açorianos. Tabaí. Lajeado: Univates, 2p.

DIÁRIO DE CAMPO de 13 de julho de 2017a. Projeto **Identidades Étnicas na Bacia Hidrográfica Taquari/Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais**. Visita a descendentes de açorianos. Tabaí. Lajeado: Univates, 5p.

DIÁRIO DE CAMPO de 13 de julho de 2017b. Projeto **Identidades Étnicas na Bacia Hidrográfica Taquari/Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais**. Visita a descendentes de açorianos. Tabaí. Lajeado: Univates, 4p.

DIÁRIO DE CAMPO de 26 de outubro de 2017. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações**. Visita a descendentes de açorianos. Tabaí. Lajeado: Univates, 2p.

E1 - **Entrevistado 1**: relato [21 jun 2013]. Entrevistador: Evanilson de Moraes, Nicolas Dal Magro. Vale do Taquari /RS: s.e., 2013. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Evanilson de Moraes, Nicolas Dal Magro. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações**.Lajeado. Univates. 20p.

E2 - **Entrevistado 2**: relato [12 jul 2013]. Entrevistador: Evanilson de Moraes, Nicolas Dal Magro. Vale do Taquari /RS: s.e., 2013. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Evanilson de Moraes, Nicolas Dal Magro. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações**.Lajeado. Univates. 22p.

E3 - **Entrevistado 3**: relato [14 mar 2014]. Entrevistador: Evanilson de Moraes, Ana Paula Castoldi. Vale do Taquari /RS: s.e., 2014. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Evanilson de Moraes, Ana Paula Castoldi. Projeto

Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações.Lajeado. Univates. 30p.

E4 - **Entrevistado 4:** relato [04 dez 2014]. Entrevistador: Evanilson de Moraes, Ana Paula Castoldi. Vale do Taquari /RS: s.e., 2014. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Evanilson de Moraes, Ana Paula Castoldi. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações.**Lajeado. Univates. 25p.

E7 - **Entrevistado 7:** relato [18 jan 2016]. Entrevistador: Julia Leite Gregory, Ana Paula Castoldi. Vale do Taquari /RS: s.e., 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Julia Leite Gregory, Ana Paula Castoldi. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações.**Lajeado. Univates. 20p.

E8 - **Entrevistado 8:** relato [01 abri 2016]. Entrevistador: Cibele Caroline da Rosa, Luciana Krebs Malmann. Vale do Taquari /RS: s.e., 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Cibele Caroline da Rosa, Luciana Krebs Malmann. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações.**Lajeado. Univates. 30p.

E9 - **Entrevistado 9:** relato [06 dez 2016]. Entrevistador: Cibele Caroline da Rosa, Luciana Krebs Malmann. Vale do Taquari /RS: s.e., 2016. Gravação em máquina digital. Entrevista concedida a Cibele Caroline da Rosa, Luciana Krebs Malmann. Projeto **Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações.**Lajeado. Univates. 22p.

INVENTÁRIO de 1795. Inventário *post mortem* de Caetano José Neto. Autos 34, Maio 1. 2ª Vara Cível e Crime. Comarca de Santa Catarina, 1795. **Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.**

LIVRO de Registros de Concessão de Datas de Terras. 1770-1773. Fundo F1229. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

PROJETO Desenvolvimento Econômico e Sociocultural do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações. da Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES.

PROJETO Identidades Étnicas na Bacia Hidrográfica Taquari/Antas: história, movimentações e desdobramentos socioambientais. Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES.

PROVISÃO de 9 de agosto de 1747. Dá providências para a condução e o estabelecimento de casais de açorianos no Brasil. In.: IOTTI, Luiza Horn (org.) Imigração e Colonização: Legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS. Caxias do Sul: EDUCS, 2001. p. 35-37.

RELAÇÃO dos Moradores da Freguesia de Santo Amaro e da Freguesia de Taquari como possuem os terrenos que possuem e dos seus empregos em 25 de setembro de 1784. RELAÇÃO de 1784 e 1786. Relação dos Moradores que tem campos em

animais no Continente 1784 e 1786. Códice F1198 A e B. Borradores. **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.**

REQUERIMENTO de Caetano de Silveira ao Provedor da Fazenda Real. Maço 06. Documento 01. **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.**

REQUERIMENTO de Manuel Pinheiro da Silva ao Provedor da Fazenda Real. AHRGS. Maço 06. Documento 02. **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.**

REQUERIMENTO de 1778. Registro de um requerimento de Antônio Machado Fagundes. Códice F1243 Fl 131-131v. **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.**

ROL de Confessados da Freguesia de Triunfo de 1758. **Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.**

6.2 Bibliográficas

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In.: BARTH, Frederik; LASK, Tomke (org.). **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.** Rio de Janeiro: Contracapa, [1969], 2000. p. 25-67.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História.** nº.62, ano XVI, 1965. p. 261-294.

BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical:** uma história da colonização europeia no Rio Grande do Sul. 2010. 203 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História Social. Rio de Janeiro. 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Paisagem, historicidade e ambiente: as varias naturezas da natureza. **Confluente** – revista de estudos iberoamericanos. Vol. 1. Nº 1. 2009. Universidade de Bologna. p. 136-157.

CARVALHO, Vera Regina. Da ilha de açores à freguesia de Taquari: uma trajetória dos imigrantes açorianos no continente de Rio Grande. **Revista Estudo & Debate,** v. 9, n. 1, Lajeado, 2002. p. 39-57.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Estranhos em seu próprio chão:** o processo de apropriações de terras na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889). 2004. 374f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio Sinos. Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História. São Leopoldo, 2004.

COMISSOLI, Adriano. Do arquipélago ao continente: estratégias de sobrevivência e ascensão social na inserção açoriana nos Campos de Viamão (séc. XVIII). **Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.** 2009. p. 74-96.

_____. **A serviço de Sua Majestade:** administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c. – 1831c.). 2011. 390 p. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História Social. Rio de Janeiro. 2011.

CORREA, Silvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. **Terra de promessa:** uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade Santa Cruz do Sul, 2006.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ECKHARDT, Rafael Rodrigo. **Zoneamento Ambiental do Vale do Taquari-RS.** 2005. 67f. Monografia (Graduação). Curso de Biologia, Centro Universitário Univates: Lajeado, 2005.

FARINATTI, Luis Augusto Ebling. **Confinos meridionais:** famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). 2007. 424p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós Graduação em História Social. Rio de Janeiro, 2007.

FARINATTI, Luis Augusto; FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. A fronteira manejada: apontamentos para um história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In.: HEINZ, Flavio M. (org). **Experiências nacionais, temas transversais:** subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 145-177.

FERRI, Gino. **História do rio Taquari-Antas.** Encantado: Grafen Encantado, 1991

FORTES, João Borges. **Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul.** 2ª Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978.

FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. Introdução: Desenhando perspectivas e ampliando abordagens – de “O Antigo Regime nos trópicos” a “Na trama das redes”. In.: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **Na trama das redes:** política e negócios no império português, séculos XVI – XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 10-40.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GERHARDT, Marcos. Os caboclos e a história da paisagem. In.: ZARTH, Paulo A. **História do campesinato na fronteira Sul.** Porto Alegre: Letra e Vida; Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012. p. 239-260.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. **Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência:** os Açorianos no Rio Grande de São Pedro. 2004. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio Sinos. Centro de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo. 2004.

_____. Vida Cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In.: In.: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (org). **Colônia.** Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 203-223.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação**: Estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763). 2006. 474f. . Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em História Social. Rio de Janeiro. 2006.

_____. Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII. In.: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al (orgs). **História da família no Brasil Meridional**: temas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014. p. 75-110.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e Colonização**: legislação de 1747 a 1915. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

KREUTZ, Marcos Rogério. **O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas no Vale do Taquari – Rio Grande do Sul**. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES. Programa de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento. Lajeado. 2008.

KREUTZ, Marcos Rogério [et.a]. **Arroio do Meio**: entre rios e povos. Lajeado: Ed. da Univates, 2011.

_____; MACHADO, Neli Galarce; SCHNEIDER, Fernanda; WOLF, Sidnei; GHENO, Diego Antonio. O cultivo da soja e a supressão da vegetação durante a década de 1970: um estudo sobre minifúndios do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí, ano 12, nº 26, abr/jun 2014, p. 320-346.

KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul**. Lajeado, 2017.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

_____. **Gente da Fronteira**: família e poder no Continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800). São Leopoldo: 2014.

LAYTANO, Dante. Cidade Açoriana da América Portuguesa: Taquar e a historicidade de sua fundação. **Revista do Museu Júlio e Castilhos e Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul**. n.1, Janeiro de 1952. p. 185 – 267.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In.: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 85-110.

LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio no Pará oitocentista: atos, sujeitos sociais e controle entre 1840-1855**. 255f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará. Programa de Pós Graduação em História. Belém, 2002.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e Meio Ambiente**. São Paulo: Annblume; Faculdades Pedro Leopoldo, 2007.

MENEZES, Avelino de Freitas. Os açorianos na estruturação do Brasil do Sul: as lavas de meados do século XVIII. In.: SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (org.). **Gentes das Ilhas: Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 60-81.

MENZ, Maximiliano. **Entre dois impérios: formação do Rio Grande na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 – 1822)**. 2006. 308 f Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo – USP. Programa de Pós Graduação em História Econômica. São Paulo, 2006.

MOURA, Nara Núbia de. **Percepção de Risco do uso de agrotóxicos: o caso dos produtores de tomate de São José de Ubá/RJ**. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1981. p. 7-39.

OSÓRIO, Helen. **Apropriação da terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino**. 1999. 246 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em História. Porto Alegre. 1990.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

OSÓRIO, Helen. A organização territorial em um espaço de fronteira com o império espanhol e seu vocabulário. Notas de Pesquisa. **Claves**. n.1. Montevideu, dezembro de 2015. p. 67-90.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, 24(68), 2010.p. 81-101.

PERES, F., and MOREIRA, JC. (orgs). **É veneno ou é remédio?: agrotóxicos, saúde e ambiente**[online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. 384 p. ISBN 85-7541-031-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Available from SciELO Books.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 6. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

PETIZ, Silmei de Sant'Ana. **Caminhos cruzados: famílias e estratégias escravas na fronteira oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835)**. 2009. 322 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Programa de Pós Graduação em História. São Leopoldo, 2009.

PIRES, Karen. **O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS: final do século XIX**. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento). Centro Universitário Univates. Lajeado, 2016.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. 1992, p. 200- 212.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

QUEIROZ, Julia Mello. Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergência no debate. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, jul./dez. 2011, p. 143-170.

REICHEL, Heloísa Jochmins. Fronteiras no espaço platino. In.: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (org). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. P. 43-65.

RUBERT, Arlindo. **História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial (1626-1822)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. (Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=ZxGXgcZk-9lC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=true). Acesso 30 de junho de 2017.

SANTOS, Corcino Medeiros. Importância da Capitania do Rio Grande para o Brasil. In.: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (org). **Colônia**. Passo Fundo: Méritos, 2006. p. 65-85.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos. “Gestes das Ilhas”: repensando a migração do Arquipélago dos Açores para a capitania do Rio Grande de São Pedro no século XVIII. In.: Scott; Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (org.). **Gentes das Ilhas: Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p. 60-81.

SCOTT; Ana Silvia Volpi; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro de (org.). **Gentes das Ilhas: Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

SECRETARIA do Ambiente e Desenvolvimento, <<http://www.sema.rs.gov.br/bacia-hidrografica-taquari-antas>>. Acesso em 30 de junho de 2017).

SILVA, Cleidirose. **Cultura açoriana em Taquari e Paverama: costumes e religiosidade preservados ao longo do tempo**. 2009. 150 p. Monografia (Graduação). Curso de História, Centro Universitário Univates: Lajeado, 2009.

SZNITOWSKI, A. M.; MENEGON, N. L. Comportamento adotado pelos agricultores familiares, no uso e manuseio de agrotóxicos: um estudo de caso no Assentamento Guapirama, em Campo Novo do Parecis-MT. GEPROS. **Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Ano 7, nº 2, abrjun/ 2012, p. 51-64.

VITAL, Marcos H. F. Impacto ambiental de Florestas de Eucalipto. **Revista do BNDS**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 28, dez 2007, p. 235-276.

WIEDERSPAHN, Oscar Henrique. **A colonização açoriana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/ Instituto Cultural Português, 1979.

ZANI, Liliane Baldan. **Caracterização da ontogenética do pau-brasil**. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal). Universidade Federal do Espírito Santo, 2014. 75 página.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) dos projetos “Desenvolvimento econômico e sociocultural na Região do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações” e “Identidades Étnicas em espaços territoriais da bacia hidrográfica Taquari-Antas/RS: História, Movimentações e Desdobramentos Socioambientais”

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Eu,....., aceito participar com fornecimento de informações para o Projeto de Pesquisa “**Desenvolvimento econômico e sociocultural na Região do Vale do Taquari/RS: determinantes, dinâmicas e implicações**”, do Centro Universitário UNIVATES coordenado pela professora Júlia Elisabete Barden e tendo como pesquisadores os professores Luís Fernando Laroque, Valdir José Morigi e a bolsista Cibele Caroline da Rosa, como voluntária a doutoranda Janaíne Trombini, cujo objetivo é analisar o desenvolvimento econômico e sociocultural na Região do Vale do Taquari, levando em consideração sua dinâmica, seus determinantes e suas implicações.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre Esclarecido declaro como entrevistado(a) a concordância em participar desta pesquisa e de uma possível continuidade da mesma, após ser informado de forma clara e detalhada dos propósitos e justificativa do projeto, bem como dos procedimentos relacionados ao levantamento dos dados. A participação dar-se-á através de informações que serão fornecidas no momento da visita à propriedade, previamente agendada, por meio de entrevistas gravadas e registro fotográfico.

Estou ciente de que o único possível desconforto será o tempo que disponibilizarei para a realização do levantamento de dados e que poderei solicitar esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, tendo a liberdade de recusar-me à participar ou de retirar o meu consentimento a qualquer momento.

Minha participação é feita por um ato voluntário, o que me deixa ciente de que a pesquisa não me trará qualquer apoio financeiro, dano ou despesa e que as informações contidas nas entrevistas e os resultados do estudo podem ser utilizados para fins de publicação e divulgação em eventos e revistas científicas, tendo a garantia de sigilo que assegure a privacidade.

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com o (a) entrevistado e a outra em posse dos pesquisadores.

Data ____/____/____

Nome do entrevistado(a)

Assinatura do entrevistado(a)

Nome do entrevistador
Telefone:

Assinatura do entrevistador

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Eu....., aceito participar com fornecimento de informações para o Projeto de Pesquisa **“Identidades Étnicas em espaços territoriais da bacia hidrográfica Taquari-Antas/RS: História, Movimentações e Desdobramentos Socioambientais”**, do Centro Universitário UNIVATES coordenado pelo Professor Luís Fernando da Silva Laroque, tendo como pesquisadora a professora Margarita Rosa Gaviria Mejía e pesquisadores voluntários os professores Tiago Weizenmann, Fernanda Pinheiro Brod e Neli Teresinha Galarce Machado. Os bolsistas inseridos neste projeto são os acadêmicos Cibele Caroline da Rosa, Jéferson Luís Schäffer, Natália Sarmento e Ramon Scheid, tendo também como voluntária a doutoranda Janaíne Trombini. O projeto tem como objetivo geral analisar ocupações, dinâmicas de movimentações e desdobramentos socioambientais envolvendo identidades indígenas, de europeus e seus descendentes, americanas e africanas localizadas em territórios da Bacia-hidrográfica do Taquari-Antas e adjacências no decorrer do processo histórico.

Pelo presente Termo de Consentimento Livre Esclarecido declaro como entrevistado(a) a concordância em participar desta pesquisa e de uma possível continuidade da mesma, após ser informado de forma clara e detalhada dos propósitos e justificativa do projeto, bem como dos procedimentos relacionados ao levantamento dos dados. A participação dar-se-á através de informações que serão fornecidas no momento da visita à propriedade, previamente agendada, por meio de entrevistas gravadas e registro fotográfico e filmico.

Estou ciente de que o único possível desconforto será o tempo que disponibilizarei para a realização do levantamento de dados e que poderei solicitar esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, tendo a liberdade de recusar-me a participar ou de retirar o meu consentimento a qualquer momento.

Minha participação é feita por um ato voluntário, o que me deixa ciente de que a pesquisa não me trará qualquer apoio financeiro, dano ou despesa e que as informações contidas nas entrevistas e os resultados do estudo podem ser utilizados para fins de publicação e divulgação em eventos e revistas científicas, tendo a garantia de sigilo que assegure a privacidade.

Este termo será assinado em duas vias, sendo que uma ficará com o (a) entrevistado e a outra em posse dos pesquisadores.

Data ____/____/____

Nome do entrevistado(a)

Assinatura do entrevistado(a)

Nome do entrevistador
Telefone: _____

Assinatura do entrevistador

Apêndice 2 – Roteiro de questões semi-estruturadas realizado com os descendentes de açorianos

ROTEIRO DE QUESTÕES SEMI ESTRUTURADAS DA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

1. Vocês têm conhecimento de onde vieram os antepassados da família (região da Europa, região para onde se instalaram aqui no Rio Grande do Sul e se houve migração dentro do Estado)?
2. As terras ocupadas e utilizadas atualmente são propriedade da família há quanto tempo? Qual o tamanho da propriedade em hectares?
3. Quais eram as atividades realizadas no campo pelos antepassados? Como eram realizadas?
4. A família ainda permanece nas mesmas atividades? Se não, por quê? Se sim, como são realizadas as atividades (manejo de solo, utilização de máquinas, agrotóxicos, destino dos dejetos da produção animal)?
5. Quantas famílias residem na propriedade? Idade e grau de escolaridade?
6. As práticas agropecuárias que vocês realizam hoje foram aprendidas com os antepassados ou adquiridas posteriormente? Como aprenderam?
7. Os jovens da região estão permanecendo no meio rural? Se sim, estão dando continuidade às atividades da família ou estão acrescentando e/ou inovando novas atividades na propriedade? Se não, por quê?
8. Que tipos árvores e animais existiam no passado? Destas espécies de animais e árvores, quais ainda é possível enxergar e quais desapareceram?
9. Há relatos na família de como era o ecossistema local (árvores nativas, espécies de animais, rios, etc...)? Como foi o processo de abertura de estradas, de roças e construção da comunidade?
10. Na sua opinião, quais as principais mudanças que ocorreram na agropecuária e no meio ambiente da região?
11. Como a família trabalha a questão dos agrotóxicos?
12. Vocês têm conhecimento de como era a vida dos pais e avós ou demais antepassados (escola, brincadeiras, trabalho, comércio, relação com os vizinhos e comunidade)? Destes aspectos quais ainda continuam?
13. Quanto ao comércio, o que havia na região (moinho, armazém)? Como funcionava a troca de produtos ou relação de compra e venda?

14. Vocês percebem se ocorreram mudanças na localidade? Se sim, quais mudanças (na paisagem, práticas de trabalho, sociais...)
15. Existiam outras etnias (alemães, italianos, portugueses, negros, indígenas) na localidade? Como eram as relações com estes grupos?
16. Quando a família se estabeleceu na localidade, falavam algum dialeto? Qual? E hoje como é isto?
17. E quanto aos casamentos? Como eram antigamente e na atualidade?
18. Qual a religião da família? Como era a relação com outras religiões e como é atualmente? A família ainda participa das atividades da comunidade?
19. Em relação às festividades, vocês têm conhecimento de quais aconteciam na comunidade? Como eram no passado e como estão atualmente estas festividades?
20. Quanto às comidas típicas, quais eram? Quais as que se mantêm? Que outras comidas a comunidade passou a utilizar?
21. Havia algum causose ou história difundida na região?
22. Vocês tem alguma história que marcante que queiram dividir?